

Concurso CLACSO-Asdi 2013 “Estudios sobre políticas públicas en América Latina y el Caribe: Ciudadanía, democracia y justicia social”

**RUMORES E CRÍTICAS EM FAVELAS "PACIFICADAS":
um estudo sobre como moradores e policiais avaliam as Unidades de Polícia Pacificadora**

PALLOMA VALLE MENEZES

Pesquisadora do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade – CEVIS
Doutoranda em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)
e do Department of Social and Cultural Anthropology da Vrije University Amsterdam

Entrega do relatório
Dezembro de 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
I – A UPP COMO OBJETO INDETERMINADO	2
1. AS UPPs COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	2
2. A CHEGADA DA POLÍCIA ANUNCIADA PELA MÍDIA	6
3. A UPP COMO OBJETO DE EXPERIMENTAÇÃO DO GOVERNO	8
4. A UPP COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO DOS MORADORES	15
II – A UPP COMO OBJETO PROBLEMÁTICO	18
1. A PROLIFERAÇÃO DE RUMORES PELAS FAVELAS “PACIFICADAS”	18
2. BREVES NOTAS SOBRE UMA SOCIOLOGIA DOS RUMORES	19
3. POR UMA ABORDAGEM SITUACIONAL DOS RUMORES	22
4. MAPEAMENTO DOS RUMORES EM “FAVELAS PACIFICADAS”	24
5. PONTO DE PARTIDA: O RUMOR DE QUE A UPP VAI ACABAR	26
6. RUMORES SOBRE REPRESÁLIAS DE TRAFICANTES A MORADORES QUE APOIAM A UPP	30
7. O PROBLEMA DA APROXIMAÇÃO NO “POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE”	33
8. DUPLO MAPEAMENTO	38
III – A UPP COMO OBJETO “ESTABILIZADO”	45
1. OS RUMORES E A “ROTINIZAÇÃO” DA UPP	45
2. A UPP “ESTABILIZADA” E A RECONFIGURAÇÃO DOS PROBLEMAS NAS FAVELAS “PACIFICADAS”	46
3. RUMORES SOBRE A VOLTA DO FORTALECIMENTO DO TRÁFICO E A “DESESTABILIZAÇÃO” DA UPP	53
4. A UPP COMO OBJETO DE CRÍTICA	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
BIBLIOGRAFIA	60

INTRODUÇÃO

Este relatório é fruto da pesquisa “Rumores e críticas em favelas “pacificadas”: um estudo sobre como moradores e policiais avaliam as Unidades de Polícia Pacificadora”, financiada pelo Concurso CLACSO-Asdi 2013 “Estudios sobre políticas públicas en América Latina y el Caribe: Ciudadanía, democracia y justicia social”. Esta investigação buscou realizar uma avaliação empiricamente fundamentada das UPPs, assim como de seus limites e implicações, privilegiando o ponto de vista, por um lado, dos moradores de áreas “pacificadas” e, por outro, dos policiais que atuam nas UPPs. O estudo foi desenvolvido com o objetivo de avaliar as UPPs a partir de uma análise das críticas que esses dois grupos - que, obviamente, não são homogêneos - fazem ao projeto. A ideia foi investigar as percepções que moradores e policiais têm do projeto e dos impactos que o processo de “pacificação” gerou na rotina e na sociabilidade nas favelas “pacificadas”.

Visando mapear como o projeto das UPPs vem sendo percebido e criticado, a metodologia desta pesquisa envolveu a realização de trabalho de campo, entrevistas qualitativas (semi-estruturadas) individuais e coletivas com moradores, traficantes e policiais de três favelas “pacificadas”. Além disso, a pesquisa incluiu também o acompanhamento de seminários, congressos e debates públicos sobre o tema das UPPs, assim como o exame de reportagens e matérias de jornais divulgadas sobre o projeto nos últimos cinco anos¹.

O critérios utilizados para escolha das favelas onde a pesquisa foi realizada: 1) a localização das favelas; 2) o tamanho dos territórios e das populações e 3) a data na qual cada favela foi “pacificada”. O intuito foi incluir na pesquisa favelas que ficassem em diferentes áreas, que possuíssem tamanhos diversos e que tivessem recebido uma UPP em diferentes momentos (sendo duas mais antigas e uma mais recente). As favelas escolhidas foram então: a) Morro Santa Marta (localizada na Zona Sul, com cerca de 4 mil moradores, foi a primeira favela a receber uma UPP); b) Cidade de Deus (localizada na Zona Oeste, com cerca de 47 mil habitantes, foi a segunda favela a receber uma UPP); c) Parque Proletário² (localizado na Zona Norte, com cerca de 39 mil habitantes, está entre as favelas que foram “pacificadas” mais recentemente e foi a vigésima sétima a receber uma UPP).

Nos quatro meses de trabalho de campo – realizados entre junho e setembro de 2013 –, além de ter feito observação participante e ter tido inúmeras conversas informais, fiz cerca de 30 entrevistas em profundidade com moradores³ de favelas “pacificadas”, 40 entrevistas em profundidade com policiais que trabalham em UPPs e 5 entrevistas com traficantes ou ex-traficantes que atuam ou atuavam em territórios “pacificados”. Neste relatório não identifiquei os entrevistados, com exceção de figuras públicas, como comandantes de UPP e presidentes de associação de moradores. Todos os outros entrevistados tiveram seus nomes, assim como seus perfis omitidos para que o anonimato dessas pessoas fosse garantido.

¹ Grande parte das reportagens que analiso foi cedida pelo Centro de Documentação e Imagem do Jornal O Globo e organizado pelos pesquisadores Lia Rocha, Dinaldo Almendra e Christina Vital. Os três fazem parte do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (CEVIS) – do qual eu também faço parte – e esse levantamento foi realizado para a pesquisa “Virtudes e limites das UPPs – Uma avaliação socioantropológica” financiada pelo Edital Prioridade Rio – 2010 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

² O caso do Parque Proletário, apresentou-se como um caso extremo marcado por muitos conflitos entre moradores e policiais. Este caso é bem diferente do exemplo do Santa Marta, considerado pelo Governo e pela mídia como “favela modelo”. O caso da Cidade de Deus ficou entre os dois extremos citados acima. Por um lado, a UPP da Cidade de Deus não é considerado um caso tão “bem sucedido” como a do Santa Marta – onde nenhuma troca de tiro aconteceu desde a instalação da UPP. Mas, por outro lado, nos meses nos quais eu fiz trabalho de campo, a Cidade de Deus não ganhou tanto destaque nas páginas policiais dos jornais quanto o Parque Proletário.

³ Gostaria de ressaltar que fiz um número maior de entrevistas com policiais do que com moradores, pois em uma pesquisa anterior realizada para minha tese de doutorado.

Entre os moradores entrevistados havia pessoas com perfis bem variados. Entrevistei crianças, jovens, idosos, adultos, trabalhadores, estudantes, evangélicos, lideranças comunitárias, entre outros. Dentro da seleção de policiais entrevistados foram incluídos homens e mulheres policiais com idades variadas, com diferentes graus de escolaridade, com variados locais de moradia – muitos de outras cidades do Estado do Rio de Janeiro – e que trabalham nos mais variados setores das UPPs, exercendo tanto funções burocráticas como operacionais. Entrevistei oficiais e praças, incluindo tanto agentes recém-formados como policiais mais antigos. Já entre os traficantes – como era mais difícil conseguir informantes – realizei um número menor de entrevistas com jovens que tinham perfis menos variados.

Por fim, gostaria de ressaltar que as entrevistas realizadas com moradores, policiais e traficantes, assim como as observações que realizei nas três favelas, buscaram captar não só os discursos públicos que esses atores fazem sobre as UPPs e as críticas abertas que direcionam ao projeto, mas também o que Scott (1990) chama de "transcrições ocultas"⁴. Ou seja, os diálogos entre pares que acontecem “fora do palco” (offstage) ou as representações que esses diferentes grupos elaboram e apresentam uns sobre os outros durante situações de interação sem a presença física do outro lado. Nesse sentido, os rumores (que são um dos tipos de “transcrições ocultas” citadas por Scott) ganharam centralidade em minha pesquisa.

Apresento neste relatório, portanto, um mapeamento dos rumores – assim como das críticas – que circularam entre moradores, policiais e traficantes no contexto posterior a chegada da UPP no Santa Marta, na Cidade de Deus e o Parque Proletário. Ao fazer esse mapeamento, não tive pretensão à totalidade. Ou seja, não tive a pretensão de fornecer um inventário de ideias de todos os grupos sociais e regiões geográficas “pacificadas”. Também não tentei oferecer o estudo de casos típicos, porque não acredito que exista algo como o morador típico ou um policial representativo. Ao invés disso, preferi perseguir durante minha pesquisa uma série de narrativas – enfocando, especialmente, rumores e críticas abertas – que me pareciam “boas para pensar” no processo de “pacificação” desses três territórios. Acredito, como sugere Darnton, que “desviar do caminho batido talvez não seja uma grande metodologia, mas cria a possibilidade de se apreciar alguns pontos de vista incomuns, que podem ser o mais reveladores” (2011:17).

I – A UPP COMO OBJETO INDETERMINADO

1. As UPPs como objeto de investigação científica

Em novembro de 2008, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro ocupou o Morro Santa Marta, localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. A ocupação foi o primeiro passo para a criação de um projeto que recebeu, posteriormente, o nome de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Nos últimos cinco anos, este projeto vem sendo, progressivamente, elaborado, testado e expandido⁵. Atualmente, existem 36 UPPs⁶. Segundo dados oficiais, 1,5

⁴ Para descrever interações em situações de poder, Scott (1990) elaborou os conceitos de “public transcript” e “hidden transcript”. As transcrições públicas descrevem as interações abertas entre dois diferentes grupos em situações de poder. Já a “hidden transcript”, que pode ser traduzida como “transcrição escondida” ou “oculta”, pode ser pensada como “produto de espaços protegidos onde podem falar abertamente sobre as relações de dominação e as suas ideias a respeito do outro lado” (Monsma, 2000:102). Este espaço “seguro”, “livre” consiste de falas, gestos e práticas que confirmam, contradizem ou modulam o que aparece na transcrição pública. Não se trata, portanto, “de uma oposição entre o espaço da necessidade e o da liberdade, ou o contexto do falso e o do verdadeiro, mas antes atos teatrais para audiências diferentes”, que precisam ser levados em consideração pelo pesquisador que quiser entender as relações de poder presentes nas interações sociais (Menezes, 2002:34).

⁵ Fonte: <http://www.upprj.com> (Acessado em 18/12/2013).

⁶ Vale lembrar que o projeto das UPPs “tem apresentado uma forte seletividade geográfica abrangendo, sobretudo, a Zona Sul, o Centro e a Tijuca em torno do estádio do Maracanã, obviamente em função da celebração da Copa do Mundo. As UPPs, portanto, deixam em segundo plano justamente as áreas mais violentas da Região Metropolitana, que são a Baixada Fluminense e as Zonas Oeste e Norte do município do Rio. Na Zona Oeste existem apenas duas

milhão de pessoas foram beneficiadas pelo projeto, 226 “territórios retomados pelo Estado”, 9.073 policiais já receberam “treinamento de polícia de proximidade” e a extensão total das áreas com UPPs é de 9.442.247 m². A previsão do Governo do Estado é, até 2014, que existam 40 UPPs na cidade do Rio de Janeiro.

Desde que foram lançadas, as UPPs têm ganhado alta visibilidade e vêm sendo apresentadas, nos meios de comunicação, como a ação mais significativa em termos de políticas públicas produzidas no Rio de Janeiro nos últimos anos. O projeto ganhou centralidade no debate sobre segurança pública no Brasil e virou destaque de inúmeras reportagens divulgadas pela mídia nacional e internacional. Além disso, as UPPs tornaram-se objeto de pesquisa. Um grande número de acadêmicos (incluindo sociólogos, antropólogos e juristas, entre outros) que vem desenvolvendo investigações científicas sobre as UPPs. Um breve da produção científica mostra que mais de 130 trabalhos – entre artigos, livros e dissertações – já foram publicados sobre o tema desde 2010. Todavia, como apontam Cano; Borges e Ribeiro,

apesar de constituir um foco notável de pesquisa, as UPPs estão ainda longe de estar consolidadas na literatura especializada, por diversas razões. Algumas pesquisas foram encomendadas por instituições públicas ou privadas e respondem a um interesse específico ou a uma agenda política concreta. Em geral, estas pesquisas consistem em surveys de opinião entre os moradores das comunidades incluídas no projeto. Entre os estudos realizados, particularmente os de cunho qualitativo, muitos dizem respeito a uma ou poucas comunidades com UPP e enfrentam, portanto, limitações quanto a sua capacidade de generalização. A grande maioria das pesquisas está referida a um único ator participante no projeto (os moradores, por exemplo, ou os policiais) ou conta com uma única fonte de informação. São raras as pesquisas até agora divulgadas que se incumbem de estimar o impacto do projeto na criminalidade (Cano; Borges; Ribeiro: 2012:2).

De modo resumido, é possível dizer que – embora tenham diferentes enfoques e utilizem variados métodos – as pesquisas que vem sendo realizadas sobre o tema das UPPs buscam responder, basicamente, cinco grandes questões: 1) o que são as UPPs, ou seja, o que as caracterizam? ; 2) o que as distinguem de outros projetos de policiamento implementados no Rio de Janeiro anteriormente? ; 3) quais são os impactos gerados pela implementação desse projeto, ou seja, qual é o “efeito UPP”? ; 4) quais são os desafios e as dificuldades que as UPPs precisam enfrentar? e 5) quais são os riscos, ou seja, os possíveis “efeitos perversos” do projeto?⁷

Para responder a primeira pergunta e explicar o que são, afinal, as UPPs, quase todas pesquisadoras têm tomado como ponto de partida a descrição do violento cenário no qual o projeto surgiu. O contexto pré-UPP é caracterizado, principalmente, pelos altos índices de violência que existiam na cidade do Rio de Janeiro e os constantes conflitos que ocorriam entre policiais e grupos de traficantes armados que dominavam os territórios das favelas cariocas. Nesse sentido, as UPPs são apresentadas como uma resposta bem-sucedida para a questão da violência no estado do Rio de Janeiro, em especial na sua capital, após mais de três décadas de experimentos fracassados de programas de segurança pública. O projeto aparece, portanto, como “filha de uma história de fracassos de experiências de policiamento especializado para favelas” (Burgos; Pereira ; Cavalcanti ; Brum ; Amoroso, 2012:53).

A velha estratégia de invasões policiais periódicas das favelas – que frequentemente resultavam em confrontos armados – passa a ser substituídos nas favelas com UPP pela presença continuada de um contingente policial fixo. Inicialmente, o Governo do Estado definiu essa nova

UPPs, Batan e Cidade de Deus. (...) De fato, Batan é a única UPP em território de milícias, o que confirma que se trata basicamente de um projeto contra o controle do narcotráfico”. (Cano; Borges; Ribeiro, 2012:30)

⁷ Nesta primeira parte do relatório explorarei apenas as respostas que os pesquisadores vêm dando para as duas primeiras perguntas, ou seja, apontarei como a definição de UPP vem sendo elaborada por eles a partir com de sua comparação com outros projetos de policiamento. As respostas que diversos pesquisadores vem elaborando e que eu também apresento (a partir da pesquisa que realizei) para explicar o “efeito UPP”, os desafios e os riscos do projeto serão debatidas na terceira parte deste relatório.

abordagem com “policiamento comunitário”. Posteriormente, contudo, ela passou a ser classificada como um “policiamento de proximidade” cujos objetivos centrais, segundo o discurso oficial, são “i) retomar o controle estatal sobre comunidades atualmente sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; ii) devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas, necessárias ao exercício e desenvolvimento integral da cidadania; iii) contribuir para quebrar a lógica de “guerra” existente no estado do Rio de Janeiro”⁸.

Mas o que difere este novo projeto de outras iniciativas que também receberam o rótulo de policiamento comunitário no Rio de Janeiro anteriormente como, por exemplo, o Mutirão pela Paz (forma de policiamento comunitário experimentada em 1999) e o Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais (GPAE) que existiu entre 2000 e 2002? A literatura sobre o tema vem indicando que as principais especificidades da UPP são que:

a) o projeto rompe com a ideia de que a lógica de guerra contra o crime ou contra o tráfico, que eram os princípios inspiradores das políticas de segurança tradicionais no Estado do Rio de Janeiro. Assim, a UPP deixa de lado a ideia de que a crise de segurança pública seria solucionada com pelo fim da venda de drogas pelas chamadas “bocas” nas favelas e passa a colocar o foco no problema da “retomada desses territórios” antes dominados por traficantes fortemente armados (Burgos; Pereira; Cavalcanti; Brum; Amoroso, 2012; Cano; Borges; Ribeiro, 2012)

b) as UPPs almejam alcançar um incremento do investimento público e privado (melhora dos serviços urbanos, infraestrutura, projetos sociais e oportunidades de emprego, etc.) nestes locais, de forma a melhorar a integração entre esses territórios ao resto da cidade. Mas vale lembrar, como apontam Burgos; Pereira; Cavalcanti; Brum; Amoroso (2012), que nesse processo, a UPP subordina a agenda social à policial. Uma forte evidência disso foi a criação da UPP Social⁹ e, posteriormnete, do Territórios da Paz¹⁰, que surgiram com o obejtivo de coordenar as ações sociais que seguem a ocupação policial das favelas;

c) o projeto teve um fortíssimo impacto social e político, com ampla cobertura por parte dos meios de comunicação, em geral bastante positiva, e suscitou um grande interesse não apenas local, mas também nacional e internacionalmente (Cano; Borges; Ribeiro, 2012). Burgos; Pereira; Cavalcanti; Brum; Amoroso (2012) sugerem que este apoio que as UPPs vem recebendo da grande mídia não deve ser entendido apenas como um reflexo “espontâneo” do êxito e visibilidade do programa, mas, antes, como peça-chave da sua própria montagem;

d) as UPPs receberam também um amplo apoio do empresariado carioca que vem ganhando maior protagonismo na gestão da cidade nesse momento em que está ocorrendo um processo de transformação do Rio de Janeiro em palco de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (Burgos; Pereira; Cavalcanti; Brum; Amoroso, 2012; Cunha e Mello, 2011; Fleury, 2013).

⁸ Trecho do Documento de planejamento e estratégia de implementação das UPPs, apresentado no 1º. Seminário sobre Unidades de Polícia Pacificadoras, em abril de 2010.

⁹“A Prefeitura do Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto Pereira Passos (IPP), (...) desenvolve o programa *UPP Social*, que tem como missão “mobilizar e promover a coordenação de políticas e serviços municipais e de ações dos governos estadual e federal, comunidades, sociedade civil e setor privado nos territórios da cidade do Rio de Janeiro beneficiados por Unidades de Polícias Pacificadoras” (Benevides; Rodrigues; Abreu, 2011:92).

¹⁰ Os Territórios da Paz são vinculados ao governo estadual e inseridos na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. O projeto tem objetivos similares aos da UPP Social, já que também visa promover a interlocução entre Estado, sociedade e mercado. Fleury et all (2013), aponta que as ações dos dois projetos se sobrepõem em diversos aspectos, já que ambos têm o intuito de promover a coordenação das políticas locais e a participação dos moradores, permitindo um fluxo contínuo de informações entre gestores das políticas e demandas comunitárias.

É interessante notar que grande parte dos trabalhos acadêmicos já publicados sobre o tema das UPP, ao definir o projeto e apresentar suas especificidades, o tratam como um dado, como um fato bruto. No entanto, embora as UPPs sejam hoje, realmente, um fato cuja existência não é mais questionada, vale lembrar nem sempre foi assim. Por mais que agora possa ser difícil de lembrar, por um período de meses, a UPP foi vivenciada por diferentes atores sociais – como moradores de favelas, policiais e até mesmo agentes que faziam parte da cúpula do governo – como um objeto indeterminado, que ninguém sabia ao certo o que era ou poderia vir a ser. Isso porque “as Unidades de Polícia Pacificadora são um projeto que nasceu e foi se conformando a partir da experiência prática, sem estruturação prévia” (Cano; Borges; Ribeiro, 2012:29).

Vale questionar, portanto, quando e como as UPPs passaram de um objeto indeterminado para transformarem-se em um objeto estável, ou seja, um fato disassociado das circunstâncias de sua produção? Passados quase cinco anos desde a ocupação do Santa Marta, essa pergunta justifica-se, pois, atualmente, parte dos próprios atores diretamente afetados e concernidos pela existência da UPP parecem ter “esquecido” de sua interminação inicial¹¹.

A UPP enquanto fato consolidado, “objeto estável” parece ter produzido um efeito semelhante ao que Latour e Woolgar, em outro contexto, descrevem com a constituição de um fato bruto. Os dois autores, em “A vida de laboratório” (1997), ao estudarem o processo de construção de fatos científicos, sugerem que “um fato é reconhecido enquanto tal quando perde todos os seus atributos temporais e integra-se em um vasto conjunto de conhecimentos edificadas por outros fatos”. Por isso,

quando se pretende escrever a história de um fato, esbarra-se em uma dificuldade essencial: ele perdeu, por definitivo, qualquer referencial histórico. Existe uma grande diferença entre um enunciado litigioso e sua posterior (ou anterior) aceitação como fato instituído. Os historiadores das ciências esforçam-se por tornar claro processo de metamorfose que ocorre entre esses dois estágios, geralmente considerando os fatos instituídos como pontos de partida e recuando no curso do tempo. (Latour; Woolgar, 1997:101)

Seguindo a sugestão de Latour e Woolgar, neste relatório, tomo as UPPs como fato instituído como ponto de partida para, posteriormente, tentar restituir os passos iniciais da implementação do projeto. Quando digo isso, não quero dizer que buscarei entender as origens das UPPs a partir de outros projetos e exemplos anteriores que teriam inspirado sua criação. Quando refiro-me aos momentos iniciais de formação e teste do projeto, atendo-me à série de acontecimentos que concorreram para a formação da UPP enquanto fato instituído. Buscarei descrever, portanto, ao longo desse relatório, como se deu a passagem da situação indeterminada gerada pela chegada da polícia para a experimentação da UPP enquanto objeto problemático realizada por diversos atores – como moradores dessas favelas, policiais e traficantes –, até chegar em sua “estabilização” que foi acompanhada por uma ampla reconfiguração da rotina, sociabilidade e dos conflitos nas favelas “pacificadas”.

¹¹ Certa vez um morador da Cidade de Deus me disse que sabia desde o início da ocupação da favela que ali seria instalada uma UPP. Ele afirmou que, quando a favela foi ocupada pela PM, já tinham certeza que uma UPP seria inaugurada ali. Todavia, vale lembrar que no início de novembro de 2008 o termo UPP ainda não existia, o lançamento do projeto de “policiamento comunitário” – que meses depois veio a receber o nome de UPP – ainda não tinha sido anunciado e o morro Santa Marta não tinha nem mesmo sido ocupado pela polícia – visto que a ocupação desta favela aconteceu no dia 19 de novembro, oito dias depois da ocupação da Cidade de Deus. Logo, seria impossível que esse morador soubesse, naquele momento, que a ocupação da Cidade de Deus estava associada a uma futura implementação da UPP na favela. Outro exemplo parecido com o anterior, me foi apresentado durante uma conversa com dois outros moradores da Cidade de Deus. Durante o bate papo, um dos moradores disse que já sabia como seria “o ritmo da UPP na CDD” por causa do exemplo do Santa Marta. Ele afirmou: “Ah, antes da UPP entrar aqui a gente já sabia como ia ser o ritmo porque a gente já via pelo Santa Marta. A UPP do Santa Marta lá tem quantos anos? Tem 10 anos! Foi a primeira favela”. Assim que ele fez essa afirmação, um amigo que também participava da conversa, logo, questionou: “Que dez anos o que? A UPP do Santa Marta tem quase o mesmo tempo daqui. A inauguração da UPP de lá foi papo de dois, três meses só antes daqui”.

2. A chegada da polícia anunciada pela mídia

Uma operação que mobilizou ontem 150 policiais militares deixou cerca de 7.700 crianças e adolescentes de 13 escolas e três creches sem aulas na Cidade Deus, em Jacarepaguá. Para evitar que balas perdidas ferissem motoristas, a polícia fechou pela manhã trechos de três vias importantes da região: a Estrada do Gabinal, a Avenida Edgar Werneck e a Avenida Miguel Salazar Mendes de Moraes. O trânsito ficou bastante congestionado. O objetivo da operação, batizada de Cidade de Deus é de Deus, era reprimir o tráfico, os roubos de carros, os assaltos a transeuntes e em ônibus. Sete pontos de vendas de drogas na favela foram ocupados pela PM. Dois traficantes morreram em confronto e um foi preso. Além disso, 18 motocicletas e dez carros roubados ou com documentos em situação irregular foram apreendidos. Também foram recolhidos uma espada, uma adaga, um revólver, uma pistola, munição e material para embalar drogas. (Trecho da reportagem “PM ocupa Cidade de Deus e 7.700 ficam sem aulas” publicada no Jornal O Globo do dia 12 Novembro de 2008)

Centro e trinta PMs ocuparam ontem o Morro Dona Marta, em Botafogo, para combater o tráfico e estabelecer a ordem na favela. Houve intensa troca de tiros quando os PMs chegaram, por volta das 5h30m. Foram apreendidos dez quilos de maconha, cinco caça-níqueis e quatro motos em situação irregular. Além do choque de ordem, o objetivo da operação era prender Francisco Rafael Dias, chefe do tráfico no local. De acordo com o tenente-coronel Albuquerque, comandante do 2º BPM (Botafogo), a ordem do comando da PM é manter o morro ocupado por tempo indeterminado. Com a polícia na comunidade, explicou, equipes de fornecimento de água, energia e limpeza urbana, entre outros serviços, vão poder trabalhar com tranquilidade. (Trecho da reportagem “Polícia ocupa o Santa Marta” publicada no Jornal O Globo em 20 Novembro de 2008)

As matérias citadas acima anunciaram a ocupação da favela Cidade de Deus e do Morro Santa Marta pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em novembro de 2008. É interessante notar, como naquele momento, os eventos ocorridos nas duas localidades eram narrados como operações policiais que visavam, basicamente, reprimir o tráfico de drogas e que não pareciam diferir das recorrentes incursões policiais que, há décadas, aconteciam em favelas cariocas¹².

Quatro suspeitos de envolvimento com a facção criminosa Comando Vermelho (CV) detidos, além de drogas, munições, máquinas caça níqueis e motos apreendidas. Este foi o saldo de uma megaoperação que teve início no final da madrugada de ontem no Morro Dona Marta, em Botafogo, Zona Sul do Rio (...) “Estamos iniciando esta ocupação de forma permanente”, destacou o comandante do 2º BPM (Botafogo), tenente-coronel Gilead Albuquerque. “O objetivo é reprimir o tráfico de drogas, mas toda e qualquer ilegalidade que for encontrada também será combatida”, ressaltou, explicando que os PMs também vão reprimir a venda ilegal de gás, os moto-taxistas irregulares, as centrais clandestinas de televisão por assinatura e a exploração de caça-níqueis. “Há uma determinação do Ministério Público proibindo a realização de bailes funks na localidade. (...)” afirmou o coronel Albuquerque. (Trecho da reportagem “PM ocupa Santa Marta com operação “Choque de Ordem”” publicada no Jornal Extra do dia 20 Novembro de 2008)

Antes da ocupação da Polícia Militar, ocorrida há 41 dias, os bailes começavam na quinta-feira e só terminavam na madrugada de domingo. (...) Após impor o toque de recolher — obrigando

¹² Nas últimas décadas, as operações policiais em favelas foram marcadas por violentos confrontos entre policiais e traficantes, seguidos de mortes, prisões, apreensões de drogas e a posterior retirada da PM dos territórios das favelas. Como descrevem Siqueira e Rodrigues, essas práticas policiais regidas pela lógica da guerra ao tráfico costumavam obedecer ao seguinte roteiro: “a polícia faz uma incursão na favela, contando com o fator surpresa, pautada ou não por denúncias ou investigações preliminares, encontra a resistência dos traficantes, troca tiros, efetua os flagrantes e se retira; nesse ínterim, é recorrente que ignore a segurança das pessoas que moram no local e que nada têm a ver com as atividades criminosas do tráfico. Figuram também no horizonte simbólico desse tipo de atuação a prisão como elemento residual e a morte dos criminosos como aspecto natural com fortes justificativas morais” (2012:16).

comerciantes a fecharem as portas a partir de 1h e proibindo o serviço de mototáxi clandestino — a nova meta do comando do 18º BPM (Jacarepaguá) na Cidade de Deus tem sido acabar com os bailes, a venda clandestina de sinal de TV a cabo e internet, além do comércio de botijão de gás. (...) Até ontem foram 30 prisões, três mortes e apreendidos um fuzil calibre 7.62, seis pistolas, três revólveres e munição de vários calibres. A apreensão de crack surpreendeu o comandante: 882 pedras da droga, além de 6.614 sacolês de cocaína e 1.185 trouxinhas de maconha. Mas é a queda dos índices de criminalidade que justifica o fato de a ocupação não ter data para terminar. De 11 de novembro a 14 de dezembro de 2007 ocorreram 31 roubos a ônibus, contra os 11 registrados no mesmo período deste ano — o que representa uma queda de 64,5%. O mesmo aconteceu com outros delitos, como roubo a transeunte, que, comparando os mesmos períodos, caiu de 189 para 141; roubo a veículo, de 91 para 67; e de homicídios, de oito para dois. Esse último representa uma queda de 300%. (Trecho da reportagem “Um golpe nas finanças do tráfico” do Jornal O Globo de 22 Dezembro de 2008)

Essas reportagens, assim como outras divulgadas após as invasões, não traziam muitas explicações sobre o que estava previsto para acontecer nessas localidades. Dizia-se que tratavam-se de ocupações “permanentes”, “sem data para acabar”. Mas não havia uma indicação clara de que nessas localidades poderiam ser implementado algum tipo de policiamento diferenciado. As primeiras indicações de que um novo tipo de policiamento seria implementado, começaram a ser divulgadas alguns dias após a ocupação do Santa Marta. E depois de mais alguns dias, mais detalhes sobre o policiamento começaram a circular pela mídia.

A instalação de uma companhia da Polícia Militar, com 120 homens, no prédio de uma creche que cuidaria de 120 crianças de até 4 anos, no alto do Morro Dona Marta, em Botafogo, deixou o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, numa saia justa com a comunidade. Ao se reunir ontem com moradores, no prédio destinado à creche, Beltrame tentou explicar a importância de se implantar o policiamento comunitário no local, mas os moradores foram irredutíveis, defendendo a creche. (...) Segundo Beltrame, apesar dos protestos de moradores, a ocupação vai continuar”. (Trecho da reportagem “Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Dona Marta” publicada no Jornal O Globo do dia 28 Novembro de 2008)

A terceira etapa da ocupação do Morro Dona Marta, em Botafogo, começará em 15 dias e terá uma mulher no comando. A capitã Priscila Oliveira Azevedo (...) terá sob seu comando 120 homens. Desses, 90 policiais são recém formados e 30 são homens que têm no currículo o curso de policiamento comunitário. A idéia do comandante do 2º BPM (Botafogo), tenente-coronel Gileade Albuquerque, é fazer uma ocupação que misture o policiamento comunitário com a repressão ao tráfico de drogas. (...) Segundo ele, a ocupação do Dona Marta — iniciada no dia 19 de novembro — servirá como um projeto piloto para outras favelas e comunidades com o mesmo perfil: “Vamos fazer uma ocupação permanente. Ou seja, não vamos sair da comunidade. Além disso, o Estado levará projetos sociais para atender às necessidades da população” afirmou o tenente-coronel. (Trecho da reportagem “Capitã comandará ocupação na favela” publicada no Jornal Extra do dia 04 Dezembro de 2008)

No caso da Cidade de Deus, as notícias sobre a chegada de um novo tipo de policiamento, demoraram um pouco mais a circular. O anúncio da criação de uma “Companhia Independente de Polícia Militar” na favela foi feito apenas um mês e meio após a ocupação da Cidade de Deus.

A Cidade de Deus vai ganhar uma Companhia Independente de Polícia Militar. O objetivo (...) é impedir o retorno de traficantes ou a ocupação do local por milícias, já que a polícia conseguiu desarticular a facção que dominava a venda de drogas ali há mais de 20 anos. (Trecho da reportagem “Cidade de Deus ganhará uma companhia da PM” publicada no Jornal O Globo do dia 23 Dezembro de 2008)

Vale ressaltar que, inicialmente, não foi apresentada qualquer ligação entre a inauguração dessa Companhia Independente de Polícia Militar e o modelo de policiamento que estava sendo testado no Santa Marta. A conexão entre o modelo de policiamento das duas favelas, só começou a aparecer em janeiro de 2010 – dois meses após a chegada da polícia na Cidade de Deus. Primeiramente, saiu uma matéria no dia 12 dizendo que apontava que seria inaugurada na Cidade de Deus uma “Companhia de Policiamento Comunitário” – mesmo termo que era utilizado no caso do Santa Marta. E depois de alguns dias o Governador Sérgio Cabral anunciou que a Cidade de Deus, assim como o Batan, passariam a contar com equipes de patrulhamento comunitário no mesmo modelo do empregado no Santa Marta.

O comandante do 2º Comando de Policiamento de Área (Zona Oeste), coronel Paulo César Lopes, disse ontem que espera inaugurar a Companhia de Policiamento Comunitário, terceira fase da ocupação na Cidade de Deus, no próximo dia 15. A sede deve contar com 200 policiais militares do 18º BPM (Jacarepaguá), que serão reforçados por recrutas saídos diretamente da academia. (Trecho da reportagem “Cidade de Deus: dia 15, nova fase de ocupação” publicada no Jornal O Globo do dia 12 de Janeiro de 2009)

A partir do dia 16 de fevereiro, as favelas do Batan, em Realengo, e Cidade de Deus, em Jacarepaguá, passarão a contar com equipes de patrulhamento comunitário no mesmo modelo do empregado no Morro Dona Marta, em Botafogo. A afirmação foi feita ontem pelo governador Sérgio Cabral, durante a cerimônia de formatura de 677 soldados da PM no Centro de Formação de Praças, em Sulacap. (Trecho da reportagem “Cidade de Deus receberá 200 novos PMs e Favela do Batan, outros 50” publicada no Jornal O Globo do dia 16 de Janeiro de 2009)

3. A UPP como objeto de experimentação do Governo

Poderíamos pensar que o fato do anúncio da inauguração de um policiamento comunitário na Cidade de Deus ter acontecido somente três meses após a ocupação da favela, pudesse ter sido um ato estratégico do Governo. No entanto, o depoimento de Roberto Sá – subsecretário de Planejamento e Integração Operacional da Secretaria de Segurança do Estado Rio de Janeiro – mostra que, na realidade, esse anúncio não tinha ocorrido antes, porque nem mesmo os agentes do Estado sabiam o que seria feito na Cidade de Deus. A fala do subsecretário aponta que, na verdade, a ocupação da favela foi vivenciada como uma situação indeterminada até mesmo pelos agentes do Governo do Estado. Segundo ele, a instalação de um policiamento comunitário em favelas

era impensável até por nós que militávamos na segurança pública do Estado. Eu cheguei achar que essa questão das favelas não tinha jeito (...). Aliás, não sou eu, todo mundo chegou a achar que isso era um problema sem solução. Tinha-se que se aprender a conviver com ele. Quando fizemos isso no Dona Marta, em dezembro de 2008, ele começou como projeto piloto, cuja comunidade não queria. Havia pessoas da comunidade infiltradas pelo tráfico dizendo que não, que o policial era arbitrário, que dava chute na bunda, que não respeitava direitos. E a dificuldade foi exatamente dizer pra eles: olha, tudo isso que vocês não querem é o que a gente quer mudar. Como vocês não ficam satisfeitos de a gente fazer uma proposta de um novo modo de policiamento? Nós vamos tentar, sim, nós temos responsabilidade. Então o Dona Marta foi escolhido por uma série de fatores, a sua colocação, a sua geografia, topografia. Só tem dois acesso: um de carro, por laranjeiras, e outro pela São Clemente, a pé. Então ele facilitava estrategicamente uma nova postura policial. Logo depois, já vinha dando certo, mas muito pouco tempo, por uma iniciativa de um coronel que comandava a Zona Oeste, ele resolveu, por meios próprios, fazer uma ocupação na Cidade de Deus. Desvinculado do nosso projeto piloto do Dona Marta. Os resultados, embora com uma modalidade diferente, com uma estratégia diferente, mas fazendo a mesma coisa, que era colocar policiais 24 horas ali, tomando conta do local, começaram a dar resultados tão bons, que a gente começou a ter um retorno da população de Jacarepaguá e adjacências: pelo amor de Deus,

não acabem com isso. E nem seria o nosso cronograma passar por ali imediatamente, até porque não tinha cronograma, tinha um projeto piloto. E logo depois houve uma tortura no Batan, de jornalistas, praticada por milicianos. Uma resposta imediata para o grupo armado, que não era do tráfico, foi fazer uma ocupação lá. (Trecho da fala de Roberto Sá durante Seminário Internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – A experiências das UPP’s no Rio de Janeiro”, realizado entre 03 e 06 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

Embora a Cidade de Deus e o Batan tenham sido incluídos, sem planejamento prévio, no projeto de policiamento comunitário que começava a se desenhar no início de 2010, Roberto Sá afirma que, posteriormente, agentes da Secretaria de Segurança do Estado começaram a estudar que critérios deveriam ser utilizados para escolher as próximas favelas a serem ocupadas. Em um primeiro momento, havia diversas possibilidades igualmente plausíveis, no sentido que eram potencialmente realizáveis. Posteriormente, contudo, alguns critérios passaram a prevalecer sobre os outros.

Avaliando um pouco, e não dava pra, com um programa como esse, sair salpicando aleatoriamente sem controle de um monte de variáveis - que a gente não controla, mas pelo menos tentar administrar para todos os efeitos. Aí começamos a realizar o projeto, e os resultados eram tão bons, que aí partimos para o planejamento, ouvimos as inteligências da Secretaria de segurança, da polícia militar e da polícia civil, e idealizamos um cenário. Olha só, com esse cenário de organização, dá pra pelo menos fazer um planejamento. E veio (...): vamos fazer um corte, de quarenta, das piores. Foi feito um corte de quarenta. Encaminhamos esse primeiro estudo pra polícia militar: olha, agora vocês vão fazer um planejamento logístico. Quantos homens tem cada UPP, quantas armas, quantas áreas, enfim, o que você precisaria pra você adotar esse policiamento. Pra nossa agradável surpresa, veio um estudo muito bom com sete propostas de cronograma. Uma proposta era por AISP (Área Integrada de Segurança Pública), começa pela AISP1, AISP2, AISP3. Outra por facção criminosa: começa pelo CV, depois pelo TCP e pelo ADA. Veio outra por efetivo: começa pelo menor efetivo. Veio uma proposta por população de aérea: começa pela menor população. Na verdade, como era tudo algo tão novo, você podia começar por diversas maneiras. Era uma escolha de Sofia: todas tinham uma lógica, mas a lógica foi usar o bom senso aliado a essas várias todas. (Trecho da fala de Roberto Sá durante Seminário Internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – A experiências das UPP’s no Rio de Janeiro”, realizado entre 03 e 06 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

É interessante notar que os critérios escolhidos, com o passar do tempo, acabam virando óbvios, como se fosse evidente, naquele momento da escolha, de que eles eram os melhores. As palavras de Roberto Sá indicam isto quando ele aponta que nada teria dado certo se outro critério tivesse sido utilizado. Fica parecendo, portanto, que outro caminho não poderia ter sido trilhado.

Foi a partir dessa experiência do projeto piloto a gente não deixou de considerar compromissos. Além de uma estratégia de dominação territorial, com áreas contidas de segurança, fazendo com que o policial que estivesse em cada uma delas não tivesse o receio de sofrer um revés de uma comunidade vizinha, fazendo com que a comunidade não sofresse a tentativa de uma retomada de uma comunidade vizinha. Vou dar um exemplo: Borel e Casa Branca, se fizesse o Borel tinha que fazer Casa Branca. (...) se eu faço um, sem fazer o outro, a ambiência na comunidade fica a mesma. Por outro lado, eu tenho também, pra considerar que o Brasil é signatário de compromissos internacionais. Vamos fazer Copa do Mundo, Rio +20, Olimpíadas, Copa das Confederações, Mundial de Judô, todos os grandes eventos. Receberemos centenas de chefes de estado, milhares ou milhões de pessoas que estarão circulando sobre essa área aqui: Zona Sul, Centro e Zona Norte prioritariamente. Além de dar resposta à comunidade e à população do Estado Rio de Janeiro, nós temos esses compromissos internacionais. E como política pública, com possibilidade de expansão, se eu fizesse uma na Zona Sul, uma na Zona Oeste, uma na Baixada Fluminense, hoje nós não estaríamos com UPP aqui. Sabe por quê? Já teria naufragado. Deus nos ajudou quando a gente resolveu cumprir o eixo (...) tudo passa pela Zona Sul, Centro e Zona Norte... Se a gente começa

fazendo o caminho contrário, eu não teria o Eike Batista dizendo: vamos dar vinte milhões por ano pra vocês adotarem essa estratégias. Eu não teria as Organizações Globo, o Dia, Extra, dizendo: é um projeto que veio pra ficar. Lamentavelmente se a opção de início tivesse sido as outras áreas mais carentes. Gente, vou ser muito sincero, a gente não estaria discutindo UPP, não teria tido o apoio de Eike, das Organizações e a visibilidade do mundo inteiro que teve. O apoio da união, do governo do Presidente Lula, da Presidente Dilma, se não tivéssemos indo por essa estratégia. E eu falo: temos um programa pra chegar em todas elas. Mas se a gente não tivesse optado, não teria dado certo. Agora, deu certo. Mostramos que é possível. (...) A visibilidade que a gente conseguiu, é a nossa maior bandeira. A sociedade já se apropriou disso. Tanto que a gente tem a esperança que deixando a cadeira que estamos hoje, a sociedade vai cobrar isso. (Trecho da fala de Roberto Sá durante Seminário Internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – A experiências das UPP’s no Rio de Janeiro”, realizado entre 03 e 06 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

Vale ressaltar que, além da indefinição inicial que existia em relação aos critérios que seriam utilizados na definição de para onde o projeto piloto do Santa Marta seria expandido, por meses também existiu uma indeterminação em relação ao nome que esse modelo de policiamento passaria a ter. No Santa Marta, no momento da ocupação policial falava-se em “Choque de Ordem”, depois o termo utilizado passou a ser “Companhia de Policiamento Comunitário” até chegar ao termo “Unidade de Polícia Pacificadora”, com a sigla UPP – que, posteriormente, passou a ser amplamente conhecida e utilizada. Já na Cidade de Deus, primeiro a ocupação foi chamada “Cidade de Deus é de Deus”, depois falaram na criação de uma “Companhia Independente de Polícia Militar”, para posteriormente mudarem para “Companhia de Policiamento Comunitário” até chegar ao nome UPP, que ganhou destaque quando foi inaugurado o policiamento comunitário na favela em fevereiro de 2010.

A Cidade de Deus recebeu ontem uma Unidade de Polícia Pacificadora, a nova modalidade de ocupação que estreou com sucesso no Morro Dona Marta, em Botafogo. A partir de agora, 223 PMs trabalham na favela, em Jacarepaguá, sendo 190 recém-formados. Eles chegam três meses depois de iniciada a ocupação da comunidade e após terem reduzido os confrontos entre policiais e traficantes no local. (...) O novo tipo de policiamento começou a funcionar no Dona Marta (...). A experiência foi levada para a Cidade de Deus, uma favela muito maior e também dominada pela principal facção do Rio. O próximo passo da Secretaria de Segurança é levar uma Unidade de Polícia Pacificadora à Favela do Batan, em Realengo. Será a primeira vez no Rio que uma comunidade que antes era dominada por milicianos ganhará o novo policiamento. A unidade da Cidade de Deus será comandada pelo capitão Felipe Romeu, que esteve por três anos no grupamento de policiamento comunitário do Morro do Cavalão, em Niterói. Ele espera levar sua experiência para a favela de Jacarepaguá. Hoje, moradores do Cavalão dizem que o tráfico voltou a atuar na área, porque o efetivo policial diminuiu muito. Beltrame garantiu que o trabalho na Cidade de Deus e em outras comunidades é diferente e planejado para ser um policiamento definitivo. (...) Os PMs que trabalham nesse novo tipo de unidade recebem gratificação de R\$500, paga pela prefeitura, que assinou convênio com o estado. (Trecho da reportagem “A força de paz da Cidade de Deus” publicada no Jornal O Globo do dia 17 de Fevereiro de 2009)

Mesmo depois da definição do nome, o projeto das UPPs não estava completamente definido. Os próprios objetivos do projeto foram mudando com o passar dos meses e a inauguração de novas unidades. Primeiro, o Governo falava que o projeto ia acabar com o tráfico de drogas nas favelas ocupadas. Depois o discurso oficial mudou e os agentes do Governo passaram a enfatizar que os objetivos centrais do projeto eram retomar o domínio territorial, acabar com os tiroteios, evitar mortes, garantir o direito de ir e vir e a liberdade dos moradores, trazer ordem para o território, assim como possibilitar a abertura da favela para a chegada de projetos sociais e serviços.

Durante a formatura, Cabral ressaltou que o estado agora está presente em comunidades onde antes não imaginava que poderia entrar (...): “Sim, nós podemos. Este ano, com as ocupações da polícia, temos um marco na estrutura de policiamento. Entramos em locais onde não havia a presença do estado. Vamos acabar com o tráfico nessas regiões” disse Cabral. (Trecho da reportagem “Cidade de Deus receberá 200 novos PMs e Favela do Batan, outros 50” publicada no Jornal O Globo do dia 16 de Janeiro de 2009)

Implantamos no fim de 2008 um projeto batizado de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) que recebeu forte apoio da mídia e da sociedade. A idéia é simples. Recuperar para o Estado territórios dominados pelas facções de traficantes. Tais grupos, na disputa de espaço com seus rivais, entraram numa corrida armamentista nas últimas décadas, uma guerra particular na qual o fuzil reina absoluto. No Rio, tal disputa tem um perfil singular. Acontece em áreas densamente povoadas, não distingue ricos de pobres e faz da favela seu palco principal. E a polícia no meio... E apesar da rotina complicada, a cidade atrai mais e mais turistas ano a ano. Não se trata de uma guerra perdida, mas é dolorosa. Decidimos então por em prática uma nova ferramenta para acabar com os confrontos. Ocupamos quatro comunidades em bairros distintos em caráter definitivo. Fim do fuzil, fim de trauma nas redondezas (Trecho de um texto assinado pelo Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, divulgado na Revista Veja em Agosto de 2009¹³)

É lógico que o tráfico é um problema de escala mundial. Até nos países desenvolvidos você tem o tráfico, não é aqui que você vai acabar com ele. Isso é utopia. (...) Infelizmente não vou acabar com o tráfico aqui, nem em outro local que não seja uma comunidade. A gente procura acabar com aquele domínio que o traficante tinha dizendo o que o morador tinha que fazer. Então a UPP, ela vem para cá para devolver essa liberdade que os moradores tinham (...) Eu acho que o principal trabalho da UPP dentro de qualquer território recém-pacificado é exatamente você criar ordenamento dentro do território (...) Então eu acho que o primeiro impacto é exatamente esse: é você ordenar o território, você colocar qual é o regramento jurídico que eles têm que obedecer para você, exatamente, com o passar do tempo, você conseguir cada vez menos estar interferindo na rotina da comunidade. Porque, na verdade, a UPP, ela não vem como um ente regulador de atividades do território. Nada disso. É tão somente acostumá-los com as regras para depois você “não, agora vocês caminhem com suas próprias pernas, agora está na mão de vocês a manutenção desse serviço que a gente iniciou.” (Trecho de entrevista com Capitão Filipe Matos de Carvalho, realizada no dia 7 de agosto de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Parque Proletário)

Depois da criação das UPPs houve essa mudança de filosofia no emprego policial. Priorizou-se realmente o patrulhamento, a interação com o morador, esse objetivo de evitar que tenha traficantes armados, pessoas portando armas, troca de tiros, e a gente foca sempre na garantia de preservar vidas e garantir liberdade. A gente fala muito disso, que quando a gente acaba com as armas, as pessoas não morrem mais e, não tendo mais tiroteio, as pessoas podem entrar e sair a hora que querem. E falo muito também da questão dessas demandas sociais que os moradores têm, que acabam recorrendo à gente, que por conta do tráfico de drogas no passado, o traficante era referência, os moradores não levavam questões policiais, questões de caráter social que, para terem direito, eles socorriam os traficantes e que a UPP acaba sendo essa referência, portanto vira realmente uma ponte entre as demandas que os moradores têm e a gente tenta identificar quem pode resolver essas demandas que você tem. Ah, é Light, é Cedae, a empresa privada... Então a gente sempre quando vai falar do projeto, a gente fala dessa nova filosofia de trabalho empregada e dessa questão social, dessa função social que a gente faz de interagir com os moradores de forma a trazer alguma melhoria para a qualidade de vida deles. (Trecho de entrevista com Capitão Rocha, realizada no dia 31 de julho de 2013, enquanto ele ainda era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

Além dos objetivos do projeto terem ido mudando com o passar do tempo, o nome dado ao tipo de policiamento utilizado nas UPP também sofreu alteração. Inicialmente, falava-se em

¹³ Texto disponível no site <http://veja.abril.com.br/40anos/blog/lucila-soares/> (Acessado em 18/10/2013).

“policiamento comunitário”. Posteriormente, o termo utilizado passou a ser “policiamento de proximidade”, embora poucos policiais sejam capazes de estabelecer uma diferenciação clara entre esses dois modelos.

Hoje a gente advoga pelo policiamento de proximidade que vai além do policiamento comunitário. (Trecho da fala de Roberto Sá, durante Seminário Internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – A experiências das UPP’s no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 03 e 06 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

Ainda não está bem definido isso. Uma das coisas que a polícia quer formatizar é essa definição de policiamento de proximidade. Mas o que eles querem diferenciar é justamente que o policiamento comunitário seria algo usado só para a parte social, só para buscar essa interação, para tentar identificar demandas dos moradores e tentar conseguir saná-las. Algo voltado só para o social. E a proximidade seria o social, mas sem deixar de fazer o patrulhamento, sem deixar de fazer a ocorrência, em um lugar que ainda existe essa possibilidade de confronto armado, de tráfico de drogas e o policiamento comunitário ficar muito para aquele policiamento de bairro, aquela coisa que você só se preocupa com essa questão assistencialista, mas não existe mais uma preocupação com o combate a crime organizado, combate a narcotráficante, essas coisas. O de proximidade não, as duas coisas. Tanto troca de tiro, quanto prisão de traficante, apreensão de droga, arma, quanto social, interação, aí criou-se essa denominação de proximidade. (...) O projeto de UPP foi inspirado no policiamento comunitário da Colômbia, mas, como eu falei, o termo proximidade foi criado aqui. (Trecho de entrevista com Capitão Rocha, realizada no dia 31 de julho de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

É o mesmo feixe de significados, é muito próximo. Tem alguns entendimentos, tem uma discussão disso daí. Aqui tem diversos conceitos. Tem de comunitária e tem de proximidade. Basicamente, a polícia de proximidade, a polícia procura o morador, chega no morador para tentar resolver os problemas dele, resolução dos problemas de segurança. O policial vai até ele. A polícia comunitária a gente já parte do princípio que a comunidade vai estar ali junto com a polícia, chegando para cá e dialogando. A procura é das duas partes. Caminham juntos, tanto comunidade, quanto os policiais. Enquanto a proximidade, não. Essa dificuldade dentro de uma comunidade que ficou muito tempo sem o Estado, essa impressão ruim que eles têm dos policiais, essa dificuldade de comunicação, então a proximidade é quando o policial chega mais próximo mesmo. Parte do policial essa iniciativa. (Trecho de entrevista com um policial que trabalhou na Coordenadoria de Polícia Pacificadora e atualmente atua na Cidade de Deus)

Nos últimos anos, o Governo do Estado estabeleceu que as UPP são um modelo de policiamento proximidade e normatizou as etapas para implementação desse tipo de policiamento – ou seja, criou um modelo de ocupação das favelas que serão “pacificadas”. No entanto, ainda não está pronta a diretriz que estabelecerá como o policiamento de proximidade deve funcionar no dia a dia.

Hoje nós estabelecemos quatro fases da pacificação. A primeira é essa entrada com blindado e força realmente policial. A segunda é a estabilização que é criada por essas mesmas forças. A terceira é a implantação da UPP que entra um policial com uma outra farda. E essa outra farda foi escolhida para haver uma diferenciação do policial que trabalha na UPP do policial que trabalha no batalhão e as pessoas saberem quem procurar... E a quarta fase é a fase de pesquisa. Hoje em dia já temos alguns pesquisadores contratados, como a Jaqueline Muniz, o Ignácio Cano que já tem uma trajetória e pesquisam polícia há muitos anos. Então, contribuem trazendo um outra visão do nosso trabalho. (Trecho da fala da Major Priscilla Azevedo durante Seminário Internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – A experiências das UPP’s no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 03 e 06 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

Mas só depois, agora, que a polícia parou para fazer uma diretriz de UPP, que eu faço parte dessa comissão, que [...] está até na minha mesa aqui, que eu estou criticando o final dela. Que ela é uma diretriz de polícia de proximidade, mudando o termo, que o coronel Robson considera chamar de comunitária, algo que pode parecer, assim, um termo ruim para a comunidade. “Ah, comunidade”, ele não gosta muito desse termo. Ele acha que o que se enquadra mais é proximidade. Então agora a gente parou para ver essa diretriz. (Trecho de entrevista com um policial que trabalhou na Coordenadoria de Polícia Pacificadora e atualmente atua na Cidade de Deus)

Hoje em dia, por já ter uma experiência nesse processo de pacificação, já conseguiu realmente buscar uma normatização para sua criação. Para sua execução em si, no dia-a-dia, ainda não foi normatizado. Eu, como comandante, não sei as minhas atribuições referentes a essas questões de proximidade, de interação com o morador. Não sei se eu tenho que receber morador ou não, eu não tenho nada normatizado. Isso aí eu faço por achar que é conveniente, por achar que eu vou ganhar a confiança deles, eu pego e faço. (...) Vai de cada comandante. Eu sei que eu tenho responder o quartel general até o quinto dia do mês referente a tais planilhas. Eu sei que eu tenho que ter tantos policiais por dia, tantos pontos de serviço, eu sei que eu tenho que supervisioná-los, isso tudo eu sei, mas com relação a essa parte social, essa parte de proximidade, interação de serviços, de procurar solucionar essas demandas, isso está em aberto. É de cada um. Se eu quiser fechar aqui e falar assim: “eu não vou atender morador”, eu não vou atender morador. “Vai na delegacia, registra ocorrência na delegacia. Polícia militar é patrulhamento, policiamento ostensivo, não tem que receber ninguém aqui, aqui é para eu cuidar da administração, dos meus policiais.” Eu posso fazer isso aqui, que não vai dar nada para mim, eu estou respaldado. Porque não tem nada normatizado dizendo: “olha, se for um morador te procurar, você tem que atender.” Não tem nada dizendo em relação a isso, parte de mim. (...) A intenção é normatizar, criar essa padronização. Então tanto a Secretaria de Segurança, quanto a CPP, ela busca criar realmente uma norma para que as UPPs, o seu comando, os policiais que trabalham nela, saibam o que fazer quanto policiais de UPP. A ideia é justamente uniformizar isso. Não adianta eu, no Santa Marta, tomar uma atitude e o outro na outra UPP não tomar, e vice-versa. Então é importante todo mundo aja de forma igual, para que o projeto não fique desacreditado. Não achar que “ah, aqui dá certo por uma atitude específica de uma pessoa. Se ele sair, acabou o projeto.” (Trecho de entrevista com Capitão Rocha, realizada no dia 31 de julho de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

O papel dos comandantes foi essencial para elaboração e desenvolvimenro do projeto das UPPs. Depoimentos de pessoas que acompanharam a UPP desde o início, mostra como esta política pública foi sendo elaborado, experimentado e testado pelo Governo ao longo do tempo, basicamente, a partir da experiência de alguns policiais que se destacaram.

O nome UPP surgiu um pouquinho depois que começou o projeto. Aqui era Companhia de Policiamento Comunitário do 18º Batalhão. Aí tinha uma subordinação ao comandante do 18, não tinha uma independência. Foi engatinhando aos poucos (...). As coisas foram acontecendo ao acaso. Um acaso feliz, que foi dando certo, muito por vontade das pessoas que trabalhavam aqui (...) A UPP foi um acaso feliz. A verdade é essa. Porque nós não tínhamos uma diretriz específica de UPP. A polícia já teve experiências com polícia comunitária, na época do GPAE. Coronel Carlos Magno Nazário escreveu diversos livros sobre polícia comunitária, que é o policiamento que a gente aplica hoje aqui, que é a base-filosofia da UPP e a gente não tinha isso. E, a partir daí, a gente foi construindo ali, com a experiência dos comandantes, viu aquilo que ia dando certo, com as discussões... O Coronel Robson também é um cara que tem muito conhecimento nessa área... O que eu sei, que eu vejo aqui, que eu já dei uma lida, já estudei, foi da Cidade de Deus foi muito... Não sabia, tem uma foto do Beltrame discursando para a tropa e todo mundo com outra farda ainda. A capa dos jornais é isso, um novo modelo de policiamento. Ali, inaugurando ali na praça está o Sérgio Cabral, o comandante geral da época, coronel Pita, inaugurando aqui as cabines. Foi tudo muito assim... Não tinha essa marca de UPP. Por isso que falo que foi um acaso feliz. Não tinha assim um “olha, você vai ser o comandante da companhia”, que era uma companhia, subordinada ao batalhão “e lá você vai fazer isso, isso e isso.” Não era muito bem assim, não. E, por outro lado, a comunidade não sabia o que estavam recebendo, então ela não apoiava. Porque era tudo muito

novo. “Ah, tem um monte de policial aqui dentro, como sempre foi. Chegou, se esconde todo mundo, vai ter confronto”, então não tinha essa participação comunitária... Foi muito na experiência pessoal de cada um. “Ah, eu acho legal fazer dessa forma”, não tinha uma diretriz. Foi dando certo, sabe? “Ah, a gente vai dividir o policiamento assim, vamos colocar aqui, ali”, não teve isso, não. Foi muito da visão pessoal de cada comandante. Por isso que eu falo que a Major Priscila e o Major Romeu foram os grandes, tiveram uma grande parcela de influência em todos os outros comandantes que vieram depois. Porque começou a dar certo, deu certo e o pessoal começou a replicar isso. (Trecho de entrevista com um policial da UPP da Cidade de Deus)

A gente conversa com os comandantes, os comandantes já estavam. Quando eu entrei eram 13 UPPs, hoje eu acho que são 33 UPPs. Mas quando eu entrei eram 13. Eu fui para uma 14ª. O processo é um processo novo, é relativamente novo. Ele tem aí em torno de quatro anos, quatro anos de projeto. Então ele ainda está no processo de construção das suas normas, da sua cartilha. Agora que tem uma comissão de estudo para construir o manual de polícia de proximidade. Então tudo isso o processo foi muito de experiência para os outros comandantes, de conhecimento, conhecimento de algumas pessoas que já tinham trabalho na área comunitária da Polícia Militar. Então isso foi criando os métodos de trabalho. (Trecho de entrevista com Major Bruno Xavier, realizada em agosto de 2013, enquanto ele era comandante da UPP Cidade de Deus)

Alguns pesquisadores vêm criticando, contudo que a falta de formalização das UPPs acaba gerando uma centralidade do poder decisório nos comandantes das UPPs (Carvalho, 2012). Cano; Borges e Ribeiro lembram que “a existência legal das UPPs está baseada numa estrutura normativa muito enxuta, composta apenas de alguns decretos. Nesse sentido, pode se dizer que o programa está ainda pendente de um processo de formalização e sistematização que consolide um modelo claro” (2012:3). A pendência dessa formalização faz com que, ainda hoje, as decisões de como a UPP deve funcionar no cotidiano fiquem a cargo do comandante de cada unidade. E isto acaba fazendo o policiamento variar bastante de favela para favela e mesmo de um momento para o outro em uma mesma UPP, dependendo do humor do comandante em cada situação.

E vale lembrar que, embora os comandantes tenham esse papel tão central no projeto de policiamento de proximidade, eles afirmam que não receberam qualquer tipo de preparação especial para comandar as UPP. Diferentemente dos policiais recém formados que passam por curso de policiamento comunitário, os comandantes não fizeram cursos especiais para atuar na UPP e, por isso, tiveram que aprender tudo que precisam saber de modo bem informal e improvisado durante o próprio trabalho cotidiano nas favelas “pacificadas”. Fica evidente, portanto, que esses policiais aproximaram-se da UPP – e ao mesmo tempo elaboraram para a sua criação e teste – através de um processo de experimentação.

Quando a gente iniciou esse processo de selecionar efetivo para trabalhar nas UPPs foi um pouco em cima da hora. Então, o que a gente pensou em fazer: pegamos a formação tradicional e criamos um curso de especialização de 40 horas em ocorrências que mais acontecem nessas favelas. Isso foi uma coisa específica preparada para quem ia trabalhar na UPP. Hoje é curso já é uma coisa inserida na formação básica de todos os policiais e mesmo assim aqueles que vão trabalhar em UPP fazem estágio em uma UPP que já existe e depois vão para parte teórica fazer curso sobre violência doméstica e outras ocorrências que ocorrem nessas favelas... Hoje estamos reformulando todos os dois currículos de formação da polícia militar e da polícia civil. (Trecho da fala da Major Priscilla Azevedo durante Seminário Internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – A experiências das UPP’s no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 03 e 06 de dezembro no Centro Cultural da Justiça Federal)

É, então, eu, como já era capitão e fui convidado para trabalhar em UPP, eu não participei de nenhuma capacitação específica para trabalhar em UPP. Os policiais quando são formados no Centro de Formação para ingressar na carreira policial, hoje, por conta das UPPs, eles têm, dentro da formação deles, um módulo de policiamento comunitário, policiamento de proximidade. Então

eles começam a entender o projeto. Eu não tive isso. Eu realmente foi [através de] conversas informais com o coordenador, com outros comandantes. Foi mais realmente em um contexto informal e por interesse meu. E no dia-a-dia, acompanhando a rotina do coordenador. Coordenador recebia muita demanda aqui de imprensa, de pesquisador... Então, assim, o fato de eu estar aqui contribuiu muito para que eu entendesse o projeto. Mas por parte da polícia em si, em termos de capacitação, não tive, foi tudo realmente informalmente e por interesse meu. (Trecho de entrevista com Capitão Rocha, realizada no dia 31 de julho de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

4. A UPP como objeto de investigação dos moradores

Assim como as matérias de jornal e as falas de agentes do Governo do Estado – analisadas nas sessões anteriores –, os depoimentos de moradores das primeiras favelas “pacificadas” também evidenciam que o início do processo de “pacificação” desses territórios foi marcado por uma forte indeterminação. Como bem descreve o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, no momento em que a favela foi ocupada pela polícia, a sensação dos moradores era a de entrar entrando em um túnel escuro, já que ninguém sabia onde estava pisando e nem tinha ideia do que poderia encontrar no fim daquele escuro caminho.

A PM chegou no dia 20 de novembro ao Dona Marta, fechando as “bocas-de-fumo”. Zé Mário, como é conhecido, afirmou que a população no morro tem esperança, mas está “pagando para ver, esperando”: “Até agora só a polícia chegou no morro. Depois de 70 anos de abandono, nós estamos nos sentindo entrando num grande túnel escuro, esperando chegar rapidamente do outro lado para ver muita luz” afirmou Zé Mário. (Trecho da reportagem “Aprendendo com os erros” publicada no Jornal Extra do dia 28 Dezembro de 2008)

De início, por já terem tido suas rotinas interrompidas tantas vezes por ocupações policiais nos territórios em que vivem, os moradores da Cidade de Deus e do Santa Marta, ao presenciarem a chegada da polícia em novembro de 2008, pensaram estar diante de mais uma operação policial “normal”. Eles narram que naquele momento não tinham ideia de que futuramente viria a ser instalado nesses territórios um tipo de policiamento diferenciado.

As coisas estavam acontecendo aqui, mas não tinham um nome (como tem agora). Hoje tem o que? A ocupação para depois ter a implementação da UPP. Aqui não teve a palavra ocupação como nos outros. Aqui era incursão de polícia de rotina. Aqui morreu gente pra caramba. Era incursão normal, mas já era o trabalho de ocupação para a implementação (...). Eles não falaram nada, já chegaram ocupando, só que para o morador já era o que acontecia normalmente, entendeu? Já era o que acontecia normalmente. (Trecho de entrevista com o presidente da Associação dos Moradores do Morro Santa Marta)

Os policiais estavam fazendo operações constantes na favela (Cidade de Deus). Então, de imediato, nós achávamos que seria só mais uma operação. Mas foi em um dia de manhã, foi muito cedo e aquilo foi impactante. Porque foi muita polícia, policial da Bope, e eles cercaram a Cidade de Deus toda. Então, acreditava-se que era só mais aquela operação... todo mundo achava que seria uma operação normal. Sempre aconteciam essas operações conjuntas. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

A gente não sabia não. O dia que teve a invasão, eu sai para trabalhar e vi vários policiais entrando. Eu pensei que fosse uma incursão, uma blitz, só. Mas depois eu soube que foi na Cidade de Deus toda. Via muitos carros do BOPE, mas ninguém tinha ideia. [...]. Tanto que os caras (traficantes) acreditavam que eles (os policiais) não iam ficar. (...) Os caras só levaram fé naquilo ali quase um mês depois. Os caras viram que não tinha mais jeito, que ela ia ficar definitivamente. Ali eles acordaram... Mas no início, nem os policiais sabiam, nem os caras da milícia sabiam. (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus)

Alguns moradores sugerem que os traficantes talvez possam ter sido avisados sobre as invasões das primeiras favelas – ainda que de forma bem menos aberta do que passou a acontecer depois que o programa se consolidou¹⁴. Contudo, um traficante da Cidade de Deus afirma que ele e seus amigos foram pegos totalmente de surpresa com a chegada da polícia na favela. Ele apontou que, os traficantes, assim como os moradores também achavam, naquele momento, que estavam diante de uma operação como outra qualquer.

A entrada foi uma coisa bem brusca, né? Existem comentários de que [os traficantes] teriam sido avisados, porque senão seria uma carnificina. Não [foi] tão abertamente [como] quando o governador Sérgio Cabral avisou, por exemplo, sobre a ocupação do Tabajaras. Aqui no Santa Marta, houve, parece que em off, uns toques. (Trecho de entrevista com um morador do Morro Santa Marta)

Quando a UPP chegou, eu me lembro! Foi a maior correria! Nós não sabíamos, não estávamos programados. Estávamos dormindo em casa com fuzil. Perdemos amigos para caramba. Morrendo uns 9 nesse dia (...) Nós estávamos acostumados com favela tranquila. Sempre amanheceu arregadona. Então, nós chegávamos deitava na cama, deixava o fuzil de um lado, pistol do outro e ia dormir. Acordava, tomava banho, escovava o dente, botava o fuzil do lado, ligava a moto e saía para começar a colocar a boca para funcionar. Quando eu fui fazer isso, vi o caveirão e falei “ih, caralho”! Já desliguei a moto, fui pelo cantinho da parede, entrei para casa de novo e já acordei meus parceiros e falei “qual foi, mano? Os canas estão aqui no Karatê”. (...) Papo vai, papo vem, liga para um, liga para outro (...) e para tirar os negócios de dentro da casa? Maior adrenalina doida, acordamos todo mundo. Moravam 4 moleques comigo: “vambora, vambora. Liga para fulana de tal, cicrana, mulher, prima, o que der para elas irem levando aos poucos”. Então, foi assim, UPP entrou, vários amigos dormindo, os canas invadiram, viram o fuzil do lado e nem esperou falar nada (...) No dia que a UPP chegou morreram uns 9 (...) A gente achava que era uma operação policial normal (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

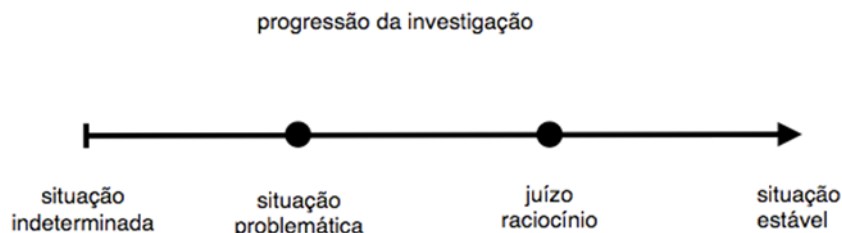
As falas dos moradores, assim como a de traficantes, evidenciam que ninguém tinha uma ideia clara do que estava acontecendo nem mesmo conseguia imaginar, naquele momento, o que veio a acontecer meses depois das ocupações de novembro de 2008. Por isso, é possível dizer que todos esses atores estavam diante de uma “situação indeterminada” que deu início a um “processo de investigação”. Esse processo é definido por Cefaï (2013) da seguinte forma:

quando uma situação ordinária atravessa uma tal crise, seus participantes saem de seu regime de conduta habitual e elaboram uma experiência reflexiva. Eles circunscrevem os elementos que o perturbam, se interrogam sobre suas causas e seus efeitos, se inquietam com suas atitudes respectivas vis-à-vis a perturbação e examinam a significação social de seus atos a esse respeito. Eles discutem, raciocinam, se inquietam em voz alta, se informam, investigam, alertam a opinião pública. A perturbação da experiência é convertida em problema. (Cefaï, 2013:11)

Quando falo em “processo de investigação” inspiro-me na definição de Dewey que aponta que, “a investigação é um processo de transformação dirigida ou controlada de uma situação indeterminada em uma situação de tal modo determinada nas distinções e relações que a constituem que converta os elementos da situação original em um todo unificado” (1980:216). Para Dewey esse processo envolve quatro etapas. Primeiro, existe uma situação indeterminada. Depois acontece a passagem para a situação problemática, que já é um elemento fundamental do diagnóstico, além de uma primeira impressão acerca dos elementos que indicam a resolução do problema. Uma vez tornada problema, o que era indeterminação necessita de raciocínios,

¹⁴ Depois que a UPP se consolidou e começou a se expandir, as ocupações desses territórios passaram a ser anunciadas com antecedência pelo Governo e pela mídia com o intuito de evitar confrontos e mortes de inocentes.

hipóteses e testes na busca de uma solução viável. Por isso, na terceira etapa, juízos e raciocínios são testados na confrontação com o existente: uma solução potencial e imaginária começa a ser confrontada pelo universo material das entidades pertinentes e, a partir daí, verifica-se quais soluções são realmente possíveis, visando chegar um novo equilíbrio estável e atingir a uma situação estável.



O início do processo de investigação que ocorreu após a chegada da polícia no Morro Santa Marta e na Cidade de Deus é narrado por diversos atores que apontam que não foram avisados sobre o que estava acontecendo e, por isso, ao verem-se em uma situação indeterminada, sentiram-se impelidos a procurar saber o que está acontecendo. Nesse momento, começaram, então, a indagar, a investigar, a mobilizar suas capacidades e competências reflexivas com a finalidade de superar aquela indeterminação inicial.

A princípio os moradores achavam que seria uma megaoperação. Mas, o [presidente da Associação de Moradores] José Mario foi na UPP ver o que estava acontecendo e o próprio secretário estava presente e disse: “Ó, a polícia não sai mais do Santa Marta”. (Trecho de entrevista com um morador do Morro Santa Marta)

Primeiro que chegou a polícia ostensiva que a gente sempre conheceu. Chegou tomando a chave da porta da associação, tomando chave do bondinho, não é? Chegou ocupando a favela da forma ostensiva, como eles sempre fizeram. A polícia que nós favelados conhecemos. Depois de um mês chegou a pacificação em dezembro de 2008, que chegou uma polícia de aproximação. Não fomos avisados. Quando ficou o clima ostensivo na comunidade, eles tomando tudo, eu como presidente tive que ir lá em cima saber o que estava acontecendo. Eles falaram que o Secretário e o Governador viriam no morro para explicar para comunidade. O que eu fiz? Chamei todos os presidentes de associações de comunidades da Zona Sul, porque a comunidade estava com medo na época. E fui eu e todos os presidentes de comunidades da Zona Sul conversar com o Secretário de segurança, o Sub-secretário de segurança, que foi o Zé Mariano Beltrame e o Roberto Sá, o governador, o vice-governador e alguns outros secretários. E nesse dia eles falaram “a polícia chegou no Santa Marta para nunca mais sair”, sendo que o Estado não estava trazendo só a polícia, junto com a polícia estaria trazendo todos os tentáculos do estado e do município para o Santa Marta para que fosse exercida a verdadeira cidadania num modelo novo que eles estariam lançando na cidade do Rio de Janeiro. (Trecho de entrevista com o presidente da Associação dos Moradores do Morro Santa Marta)

Como a chegada da polícia nas duas favelas perturbou a rotina dos moradores de um modo geral, os presidentes de Associações de Moradores não foram os únicos a fazer parte do processo de investigação. Muitos moradores também começaram a procurar descobrir porque a polícia tinha ocupado a favela, como seria esta ocupação e quanto tempo ela duraria. Do mesmo modo, traficantes que atuavam nessas localidades, naquele momento, também precisavam ter informações sobre o que estava ocorrendo para poderem traçar a melhor estratégia de ação. Por isso, eles também deram início a um processo de investigação.

Tinha arma para caramba para a gente tirar daqui, dono de boca para a gente tirar, maior loucura! (...) A gente sempre tinha contato. Sabe como é que é, polícia é bandido, bandido é polícia, é

assim. Como eles tem nossa informação daqui para lá, nós temos de lá para cá também. Aí nós batemos um rádio para a arregadeira (policiais corruptos), mandamos ir no comandante para ver se ia ter papo. Aí o comandante falou “você está maluco? Agora não tem mais nada, não tem negociação. A polícia vi ficar. Pode falar para eles!” De tarde, foi uma loucura, atravessando daqui para a Penha de moto roubada, casaca, fuzil, pistola para caralho voando na Linha Amarela. O dono da boca na tua garupa, foragido para caralho. Não foi eu que levei ele não, fui em outra moto, mas estava todo mundo num bonde só. Aí fica como para, ao mesmo tempo, ficar na contenção do cara, pilotar a moto? Tu vai deixar o dono da boca para morrer contigo ali? Tu morre mas não pode deixar o cara morrer. Aí fomos, deixamos ele lá. Depois voltou, ficou assim (...). Aí perto do Natal entrou a UPP. (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

É interessante notar que em uma experiência reflexiva, todos ou, pelo menos, uma grande parcela da população dessas duas favelas, passou a interrogar as causas e os efeitos da presença dos policiais no território. Pouco a pouco, os moradores passaram, então, a configurar a ocupação policial permanente como um problema nos processos didáticos de conversa que tematizavam aquela experiência.

II – A UPP COMO OBJETO PROBLEMÁTICO

1. A proliferação de rumores pelas favelas “pacificadas”

No início não tinha base, aí eles ficavam aí sem base. Todo mundo achava que era coisa de um ano. Eles tinham que ficar plantados em várias esquinas, sem ter um banheiro. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

A princípio a gente viu que eles vieram para ficar quando instalou a UPP mesmo. A gente viu que não tinha jeito. Quando viu levantando o container ali. Então naquele período ali é uma nova adaptação. A gente vai ter que aprender a conviver. A autoridade com a lei e com a margem da lei. Até porque antes de implantar a UPP, a gente não sabia como é que seria o sistema da UPP. A gente não sabia. Como é que vai ser isso? Vai ser um quartel? Vai ser uma central? Entendeu? Então a gente ficava sempre naquela expectativa. Era uma coisa sombria, uma coisa, assim, incerta. E se eles chegassem e mostrassem “não, o projeto que a gente tem aqui é esse, é esse, esse e esse” você ia ter ciência do que ia fazer. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

A gente foi lendo no jornal de que invasão era permanente e depois as pessoas começaram a falar que era UPP. Só que eu não sabia que era UPP. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

No momento em que as ocupações policiais do Santa Marta e da Cidade de Deus deixam de ser situações indeterminadas, ou seja, no momento que foi anunciado que as duas favelas receberiam um novo projeto de policiamento comunitário chamado Unidade de Polícia Pacificadora, um novo processo social começou a emergir nesses territórios. Por não saberem o que era a UPP, como ela funcionaria e que impactos ela poderia ter na vida da favela, os moradores dessas localidades deram início a uma nova atividade coletiva. Atividade esta que foi composta de processos de associação, de cooperação e de comunicação, de discussão, de investigação e de experimentação da UPP enquanto situação problemática. Cefaï aponta que

essa atividade coletiva, orientada em torno de um objeto comum é distribuída sob um certo número de lugares, de agentes e de objetos integrados em um todo; ela se desenvolve temporalmente, se auto-organiza ao se auto-refletir, e transforma o ambiente do qual ela é parte integrante; ela engendra, em certos casos, uma experiência pública que é irredutível à soma das experiências dos

indivíduos que a compõem e não dedutível da experiência social que valia antes do acontecimento da perturbação. (Cefaï, 2013:13)

Esta experiência pública, da qual fala Cefaï, no caso da Cidade de Deus e do Santa Marta surge em um momento inicial marcado por uma escassez de informações sobre o projeto das UPPs. Isso porque, em ambos os casos, a notícia de que a ocupação seria permanente não foi, imediatamente, acompanhada de muitas explicações oficiais sobre como a ação policial aconteceria nesses territórios. Como lembram os moradores:

Nada foi avisado para os moradores, a UPP chegou sem aviso. Tudo que a gente sabia era através da televisão. (Trecho de entrevista de uma moradora do Santa Marta)

Só soubemos o que estava acontecendo quando eles anunciaram no RJTV, dizendo que seria permanente, que seria um projeto que o governo estava em secreto e algumas favelas seriam iniciais, que era o Batan e a Cidade de Deus (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Na época na televisão estava sendo divulgado muito pouco se ia ficar ou não, até porque foi a segunda, né? Então, acho que isso não foi um plano, nem o Governo sabia como seria. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

A falta de informações precisas sobre o que estava acontecendo e o que viria a acontecer fez surgir, então, ainda mais dúvidas entre os moradores. Todos buscavam investigar o que estavam ocorrendo e começavam a especular sobre diferentes possibilidades. E, nesse contexto, muitos rumores começaram a se proliferar pela favela.

Aqui não foi avisado, não! Aqui não foi que nem as outras (favelas “pacificadas” posteriormente) não. Então, criou-se uma *nuvem de especulação*. (Trecho de entrevista com o presidente da Associação dos Moradores do Morro Santa Marta)

A *nuvem de especulação* da qual fala o presidente da Associação dos Moradores do Morro Santa Marta era composta por inúmeras conversas cotidianas realizadas na favela que examinavam e tentavam prever, por exemplo, até quando as UPPs iriam durar ou o que poderia acontecer com um morador que falasse com policiais, já que traficantes ainda permaneciam atuando nos territórios “pacificados”, ainda que de modo menos visível. Na próxima sessão explico porque acho interessante analisar essas especulações como “rumores”. De modo resumo, apresento porque chamo de rumor este gênero de conversa cotidiana, buscando esclarecer: a) o que me motivou a tratá-las desta forma; b) o que torna possível classificar esses comentários aparentemente triviais sob uma única rubrica; c) como pode ser conceptualizado um “rumor” e uma “sociologia dos rumores”.

2. Breves notas sobre uma sociologia dos rumores

Diferentes abordagens no estudo dos rumores podem ser encontradas em pesquisas realizadas por historiadores e sociólogos que tentaram fugir do *individualistic bias* presente nos trabalhos realizados sobre o tema na área da psicologia e psicanálise. Oman (1928), Dauzat (1919), Bysow (1928), Rose (1940), Perterson and Gist (1951) e Shibutani (1966) são alguns dos autores que não negam que rumores sejam informações imprecisas e muitas vezes não verificadas – como sugeram análises Allport e Postman (1947) e Knapp (1944) na área da psicologia – mas focam-se em outros problemas e questões ao pesquisar este tipo de comunicação. Esses autores concebem os rumores como um padrão comunicativo que se desenvolve quando um grupo de pessoas está envolvido em uma situação na qual algo acontece

fora da rotina e todos reúnem, então, seus recursos intelectuais em um esforço para se orientarem. Eles consideram rumor como “a collective enterprise that gets its organization and direction in the collaboration of a multitude persons” (Shibutani, 1966:9). Isso quer dizer que os indivíduos não agem de modo independente durante a formação e a difusão de rumores, mas sim como como participantes de um processo maior.

A partir do ponto do enquadramento adotado por esses pesquisadores, o rumor não é considerado como algo que é formulado, reformulado e reforçado em uma sucessão de atos comunicativos. O rumor é um processo coletivo, é algo que está sempre em construção. Por isso, quando a atividade comunicativa cessa, o rumor deixa de existir. Como sintetiza Shibutani:

A rumor is a collective transaction, involving a *division of labor* among participants, each of whom makes a different contribution. A rumor exists only in the verbalization of individual men, but is a distinct whole for which the activities of the participants constitute only a medium. Each rumor has a history, but it cannot be discovered in the biography of any of the individuals participating in it (...) Rumor, then, is not an individual creation that spreads, but a collective formation that arises in the collaboration of many (Shibutani, 1966:13).

Rumores só existem, portanto, como uma ato comunicativo entre pessoas. Todavia, esse tipo de comunicação não pode ser identificado em termos de um conjunto particular de palavras. A sequência de palavras difere a cada pessoa que transmite o rumor. Mas, isso não quer dizer que haja uma distorção da mensagem. O que parece ser uma transformação do conteúdo do rumor – usualmente chamada de distorção –, na verdade, é parte do processo através do qual as pessoas esforçam-se para entender uma situação e chegar a um consenso.

Embora a primeira preocupação de muitos pesquisadores que estudaram rumores tenha sido a imprecisão do relato transmitido de boca a boca, Shibutani (1966) sugere que nem todos rumores são necessariamente falsos. O autor aponta, em algumas circunstâncias, uma informação que era inicialmente imprecisa, pode ir tornando-se cada vez mais exata e precisa conforme vai sendo testada e revisada. Isso aponta que um relato não verificado pode, conseqüentemente, se tornar tanto em uma verdade como em uma mentira. Logo, Shibutani sugere que rumores podem ser definidos como:

a recurrent form of communication through which men caught together in an ambiguous situation attempt to construct a meaningful interpretation of it by pooling their intellectual resources. It might be regarded as a form of collective solving-problem (Shibutani, 1966:17).

Neste relatório sigo esta definição de rumor proposta por Shibutani, no livro “Improvised News: A Sociological Study of Rumors”, lançado em 1966. Procuro seguir também a recomendação dada pelo sociólogo de estudar a transmissão de rumores não como um processo de distorção, mas como uma interação social, uma “transação coletiva” que inclui atividades cognitivas e comunicativas que se desenvolvem na medida em que indivíduos envolvidos em uma situação ambígua tentam unir seus recursos intelectuais para construir uma interpretação coletiva de tal situação. Por atuarem de forma inteligente, essas pessoas procuram por notícias e rumores são essencialmente um tipo de notícia: “notícias improvisadas” (Shibutani, 1966).

The distinctive characteristic of a rumor as a collective transaction – what makes it different from other forms of discourse among men attempting to define an ambiguous situation – is the lower degree of formalization of many of its component communicative acts. There is a relaxation of conventional norms governing social distance, sources of information, verification procedures, subject matter, and sometimes even the use of gestures. Precisely because these transactions do not develop within an institutional framework there are opportunities for spontaneity, expediency and improvisation. (Shibutani, 1966:23)

Cada rumor tem uma trajetória, ou seja, tem um início, um tempo de circulação e um fim. Mas em que condições esse tipo de relato costuma emergir e desaparecer? O exame dos mais diversos contextos em que se desenvolvem rumores revela que eles têm um elemento em comum: são todas situações problemáticas e ambíguas.

Ambiguity is problematic for people. Why? In any context, humans have a core social motive to understand and to act effectively (Fiske, 2004). Culturally defined categories ordinarily help individuals do this (R. H. Turner, 1964). Yet sometimes events do not fit well together or fail to convey meaning. In these cases, individuals refer back to the group to understand the situation and to act (Asch, 1955; Sherif, 1936). This referring back to the group—or group thinking—is rumor discussion. Thus, rumors occur when a group is attempting to make sense of ambiguous, uncertain, or confusing situations. (DiFonzo; Bordia, 2007:13)

Uma típica situação na qual rumores costumam surgir é logo após desastres. Assim que ocorrem alagamentos, terremotos, incêndios, epidemias repentinas, erupções vulcânicas, tsunamis, tornados, bombardeios ou invasões feitas por soldados inimigos, as pessoas precisam de informação para decidir como devem agir. Todavia, com frequência, os canais de comunicação institucionais estão completamente destruídos ou parcialmente comprometidos pelo impacto de eventos como os citados acima, não podendo suprir, portanto, a demanda por notícia da população atingida. Nesses casos, a necessidade por informação é respondida, então, por rumores que começam a circular.

The public, whether it has already been formed or develops with the rumor, is balked; men are unable to carry out their activities for want of accurate, up-to-the-minute information. They turn first to institutional channels, if it is available there, they use it as the basis for collective adjustment. If adequate information is not available from established sources, the problem remains unsolved; if anything, there is even more frustration. Those who are thus deprived of news are much like a driver who cannot see through his rain-obscure windshield; he must still find his way. If enough news is not available to meet the problematic situation, a definition must be improvised. Rumor is the collective transaction in which such improvisation occurs. As Vansina (1965, p20) notes, rumor is a form of news; it arises in situations of tension when ordinary communication channels are not operating adequately. (Shibutani, 1968:57)

Muitas pessoas agem baseando-se em informações extra-oficiais. Elas fazem isso não por, necessariamente, acreditarem no que está sendo dito, mas simplesmente porque não podem ignorar os alertas feitos através de rumores. Na verdade, muitos indivíduos usam rumores como alicerce para suas ações não apenas em situações marcadas por mudanças drásticas do ambiente. Praticamente qualquer evento não usual – pouco comum e não familiar – que quebre a rotina, pode gerar a circulação de rumores.

Demand for news arises in situations in which action has been suspended temporarily for want of an adequate definition. Thus, news is about unusual events, extraordinary happenings that have broken the normal routine of life (Park, 1940). It is not so much the intrinsic importance of an event but the existence of a problematic situation that converts what is the otherwise ordinary information into news.(...) News is a phase of on-going action in that it enters at a crucial moment when something is still in process, when it is still unfinished and be acted upon by a revision of opinions or a redirection of activity. News is that more or less urgent information that men need in making adjustments to changed circumstances (Shibutani, 1966:40)

Notícias constituem a base para manutenção da orientação de um grupo¹⁵ após uma mudança no ambiente. Esse tipo de informação costuma ser efêmera porque, como aponta Park (1940), sua importância é pragmática e não apreciativa. Logo, quando notícias circulam e uma situação problemática passa a ser entendida, a tensão do grupo é reduzida e as notícias deixam de ter a importância que tinham enquanto a situação permanecia ambígua. Entretanto, vale lembrar que nem sempre isso acontece. Em muitos momentos, uma situação problemática surge, há uma demanda por notícias, mas os canais institucionais não dão resposta para essa demanda. Quando os canais de comunicação não estão operando adequadamente, surgem, então, “notícias improvisadas”.

If the demand for news in a public exceeds the supply made available through institutional channels, rumors construction is like to occur. The proposition is stochastic; the existence of this condition does not necessarily result in rumor, although the probability is high. Demand for news is variable and theatrically measurably (...) The greater the unsatisfied demand for news, the more likely it is that rumors will develop. Demand for news, furthermore, is positively associated with intensity of collective excitement, and both depend upon the felt importance of the event to the public. (Shibutani, 1966:58) (grifos do autor)

Rumores são, portanto, um substituto para notícias. Na verdade, são notícias que não se desenvolvem através de canais institucionais e oficiais. A discrepância entre a demanda por notícias e a oferta feita pelos canais de comunicação formais, constitui a condição crucial para o surgimento de rumores.

Demand for news may arise in an effort to cope with an unexpected event or in sustained collective tension, when men are mobilized to act but have no clear-cut goals. Supply for news depends on quite different considerations. When activity is interrupted for want of adequate information, frustrated men must piece together some kind of definition, and rumor is the collective transaction through which they try to fill the gap. (Shibutani, 1966:62)

3. Por uma abordagem situacional dos rumores

Seguindo a sugestão de Shibutani (1966), neste relatório proponho fazer uma abordagem situacional dos rumores. Isso significa que, ao invés analisar os rumores como relatos isolados, entendo essas narrativas como fases de um processo maior de ajustamento e tentativa de elaboração de consenso sobre o significado e as consequências do processo de “pacificação” nas primeiras favelas a receberem UPPs. Cefaï sugere que rumores proliferam-se “quando as fontes de informação são deficientes e/ou quando os esquemas rotineiros não são mais pertinentes” (2007:120). Esta definição ajusta-se perfeitamente aos casos do Santa Marta e da Cidade de Deus, pois quando foi anunciada a instalação de UPPs nessas favelas, não havia muitas informações disponíveis sobre o projeto¹⁶. Os moradores não sabiam exatamente o que

¹⁵ O surgimento de rumores é acompanhada da formação de um *público*, composto por aqueles que são concenidos pelo evento que quebrou a rotina com a qual estavam acostumados. Os públicos são grupos transitórios que dividem um objeto de atenção comum e uma sensibilidade à notícias que tematizam esse objeto.

¹⁶ Vale lembrar também que um mesmo evento pode ter consequências muito distintas para diferentes segmentos da população. Por isso, diferentes grupos sociais têm sensibilidades diferentes em relação à determinadas notícias. Além disso, vários grupos “place different estimates on the reliability of institutional channels. As R.H Knapp (1944:27) suggests, the extent to which demand for news can be satisfied through institutional channels varies in different parts of the public” (Shibutani, 1966:61). Isso explica porque os moradores de favelas “pacificadas” sentiam mais a falta de notícias detalhadas e precisas sobre o projeto do que os moradores de outras regiões da cidade que diretamente foram menos afetadas pela criação das UPPs. E, consequentemente, isso também ajuda a explicar porque rumores sobre a UPP circularam mais entre moradores das favelas do que entre outros segmentos sociais.

deveriam esperar e nem mesmo como deveriam agir. Eles vivenciaram, portanto, a chegada da UPP como uma crise.

A crisis is any situation in which the previously established social machinery breaks down, a point at which some kind of readjustment is required. Crises are often provoked by environmental changes. (...) A crisis is a crisis precisely because men cannot act effectively together. When previously accepted norms prove inadequate as guides of conduct, a situation becomes problematic, and some kind of emergency action is required. (Shibutani, 1966:172)

Quando foram confrontadas com uma mudança no ambiente em que vivem, os moradores das duas favelas precisavam continuar (“must keep going”). Novos modos de ajustamentos começaram, então, a surgir. Eles começaram a testar, por exemplo, como deveria ser a convivência deles com os policiais – que passaram a permanecer 24 horas presentes em seus territórios de moradia – e também com os traficantes – que apesar de estarem mais escondidos do que antes, permaneciam atuando nessas favelas. Assim, decisões foram sendo tomadas e suas consequências foram sendo testadas durante ações cotidianas dos moradores – como, por exemplo, a decisão de dar ou não um “bom dia” para os policiais que encontram-se na favela. E, nesse momento de hipóteses e testes, as informações tinham uma importância crucial. Mas como as notícias que circulavam pelos canais institucionais não eram capazes de suprir a demanda dos moradores por informação, rumores começaram a emergir.

Crisis situations arise whenever new events are incomprehensible in terms of established assumptions. Existing expectations are violated; new sensitivities arise; and new ideas emerge to be tested. In order that they may continue to act in association with one another men must alter their orientations together. Thus, the emergence of new hypotheses and their acceptance as part of a modified outlook is a social process (...) It is by consulting each other and comparing their experiences that they alter their ways of acting. Rumor is an important part of this process of transformation. As such, it is not pathological, but an integral part of process whereby men develop more adequate ways of coping with new circumstances. Since it is very unlikely that every new event will be defined satisfactorily through authoritative channels, it seems that rumors will always play some part in the efforts of men to come to terms with their ever-changing world. (Shibutani, 1966:182).

Em situações de crise, como foi a implementação da UPP, é possível notar que as mudanças significativas no ambiente geralmente são seguidas de modificações na orientação intelectual dos indivíduos; com o desenvolvimento de perspectivas mais alinhadas com as condições de vida alteradas. Assim, novos padrões sociais emergem. E, nesse contexto, como argumenta Dewey, o conhecimento não é o resultado final da investigação, mas o instrumento que permite a vida continuar apesar dos problemas.

As Dewey (1938) argues, knowledge is not a final result outside of inquiry, but an instrument that permits life to go in spite of problematic occurrences. The study of consensus is formed in crisis situations, then, is an investigation of one of the ways in which societies undergo change. (Shibutani, 1966:62).

Portanto, os rumores no caso das favelas “pacificadas” podem ser pensados como sínteses abstratas, portanto, tipificações de pontos a serem considerados em “continuar a rotina”, para usar o termo de Giddens (1991). Em alguns casos, rumores podem ser entendidos como uma tentativa coletiva de compreender o que acabou de acontecer em um passado recente. Em outros casos, essas narrativas podem parecer mais uma tentativa de prever o que pode ocorrer futuramente. Mas, em todos os casos, rumores são, antes de mais nada, um esforço coletivo para

definir uma situação presente. Os rumores são, antes de mais nada, uma arma de produção de conhecimento para continuar no momento presente.

Rumors emerge after environmental changes to describe related events that are not immediately visible, to provide details, to explain anything that is not obvious, and to predict other occurrences. Although the temporal reference of rumors may be to the futures or to the past, the subject matter always has present significance. Events of the past and the futures are of concern because of some decision that has to be made at once. (Shibutani, 1966:35)

Neste relatório, sugiro que o rumor é uma síntese, uma espiral circular entre tipo e índice, que unifica espaço-temporalmente (passado/presente + antecipação do futuro + visão de mundo) um segmento particular da prática social, por intermédio (ou na forma de) um gênero narrativo. Esse tipo narrativo antecipa os problemas tentando garantir a “continuação” das rotinas – ou seja, o rumor tenta tornar previsível o futuro, incorporando-o à vida diária – acionando a memória do passado para definir e compreender as questões que causam ansiedade (o que Giddens chamaria de “insegurança ontológica”). Por isso, é possível dizer que através dos rumores passado e presente ligam-se numa antecipação do futuro que está associada a certas visões de mundo.

Apresento, portanto, a hipótese de que os rumores são “tipificações”, no sentido da relação bi-unívoca que a etnometodologia faz entre indexação/tipificação. Sugiro que eles são sínteses (por isso, abstratas) do leque de “problemas públicos” (ou seja, problemas prático-concretos, definidos e percebidos como parte da experiência vivida) envolvidos na continuidade das rotinas em condições nas quais não é possível que um determinado grupo publicize suas demandas no debate público. Se minha hipótese está correta, e os rumores podem ser pensados como sínteses abstratas de problemas públicos, é possível sugerir que essas narrativas dão o elenco do tipo de dificuldades de continuação da rotina existentes na presença das UPPs. Elenco este que, obviamente, vai mudando com o passar do tempo.

4. Mapeamento dos rumores em “favelas pacificadas”





É preciso lembrar que a experimentação da UPP enquanto objeto problemático estendeu-se no tempo e foi ganhando diferentes contornos com o passar dos meses e anos após a chegada da polícia na favela. Conforme algumas dúvidas iam sendo solucionadas e desaparecendo, outras novas questões e tensões iam surgindo e, assim, novos rumores. Isso porque, como aponta Shibutani (1966), toda crise estende-se no tempo e lida com uma sucessão de ajustamentos coletivos. Conforme a situação desenvolve-se a demanda por notícias muda e, conseqüentemente, novos rumores vão surgindo.

Rumors, which usually develop in interrelated clusters, reflect and reinforce the developing preoccupations of a public. An area of preoccupation is one that is unstable and only practically organized: a preoccupation represents a mobilization to act that has been interrupted. Attention is focused on those areas where impulses are still striving for some kind of gratification. (...) Thus, rumors are always timely, they are usually a better index of the preoccupations of a public than most other forms of verbalization. Rumors always reflect shifts in preoccupation (...) As preoccupations shift, rumors are displaced. (Shibutani, 1966:64)

Apesar de não haver a pretensão de esgotar todas as narrativas que estiveram e estão em circulação pelo Santa Marta e pela Cidade de Deus desde a chegada da UPP apresento, a seguir, um mapeamento dos rumores¹⁷, que ouvi durante meu trabalho de campo. Montei um quadro no

¹⁷ É preciso ressaltar que, obviamente, este mapeamento não inclui todos os rumores que circularam pela favela nos últimos anos visto que comecei a mapear essas narrativas apenas um ano após a chegada da UPP, porque foi o momento quando comecei a fazer trabalho de campo para minha tese de doutorado no Morro Santa Marta em 2009.

qual os rumores são apresentados a partir da ordem cronológica de seu surgimento e circulação buscando evidenciar como foram mudando com o passar do tempo. Após listar os rumores cronologicamente, resolvi agrupar os principais conteúdos dessas narrativas – que aparecem no divididos em cores diferentes como mostram a legenda abaixo. O objetivo dessa classificação é possibilitar que, em um momento posterior, eu analise separadamente como foram mudando com o tempo as narrativas que tematizam a relação entre moradores, policiais e traficantes, as mudanças nos padrões de crime e conflito na favela.

Legenda:	Rumores que tratam, principalmente, sobre:
	a UPP e os policiais
	os traficantes
	as mudanças nos crimes e conflitos
	um possível processo de “invasão” e de “gentrificação” da favela

Quando circulou	Rumores
2009	UPP só vai durar até as Olimpíadas e depois traficantes vão voltar para o morro.
	Morador que falar com policiais e/ou frequentar a UPP pode sofrer alguma represália.
	Policiais estão prendendo moradores que são abordados e estão sem documentos.
	Câmeras foram instaladas no Santa Marta para espionar os moradores, elas filmam até dentro de casa e as imagens vão direto para a Secretária de Segurança do Governo do Estado.
	Traficantes do Santa Marta ameaçavam raspar o cabelo de moradoras que se envolvessem com policiais.
	Traficantes da Cidade de Deus expulsaram da favela morador que dava café para policiais.
	Na Cidade de Deus moradores teriam criada uma lista com nome de moradores que estão colaborando com a polícia dentro da favela.
2010	Os policiais mapeiam os moradores do morro, levantando a ficha criminal de suspeitos e montando, inclusive, um arquivo com fotos de moradores que já teriam tido algum envolvimento com o crime.
	Traficantes do Santa Marta estão “quebrados”, não tem dinheiro, mas querem usar “moral” que tinham antes da chegada da UPP.
	Tarado atacou quatro crianças no Santa Marta e gerou pânico entre os moradores.
2011	Turistas vêm ao Santa Marta para ver casas que futuramente vão comprar na favela.
	Não dá para deixar nem uma cueca no varal que roubam e policiais não fazem nada.
	Aumentou a quantidade de brigas na favela tanto entre marido e mulher, como entre parentes ou vizinhos.
	Comandante Priscilla é mãezona, mas quando fica brava, bate feito homem.
	Policiais queriam morar na favela e tentaram criar milícia no início da ocupação do Santa Marta. Já na Cidade de Deus antes da chegada da UPP, rolava um rumor de que a favela ia ser ocupada por milicianos.
	Capitão Andrada era do 2º Batalhão e já frequentava o morro antes da UPP.
	As coisas mudaram depois que mudou o comando da UPP do Santa Marta.
	Policiais começaram a se corromper e pedir propina em várias situações tanto no Santa Marta quanto na Cidade de Deus..
	Traficantes voltaram a andar armados no morro no Santa Marta.
	Daqui a pouco pessoas vão começar a vender casas e comércio para grandes empresas ou para gringos e acabará acontecendo uma remoção “branca” na favela.
2012	Policiais estão andando à paisana pelo morro para espionar moradores.
	A venda de crack no Santa Marta tinha sido interrompida após UPP, mas agora voltou a ocorrer.
	Meninas que namoram policiais na Cidade de Deus estariam desaparecendo.
	Andrada saiu do comando da UPP porque era corrupto.
	Os bandidos não enfrentam policiais no Santa Marta porque o chefe do tráfico não quer ter problema e correr o risco de ser transferido de Bangu para algum presídio em outro Estado.
	Traficantes estariam ficando com parte do dinheiro que a Associação de Moradores recebe quando chegam filmagem ou projetos de fora no morro.

O mapeamento de rumores que circularam pela Cidade de Deus é menos extenso, pois comecei a fazer trabalho de campo na favela posteriormente.

2013	Governo quer remover moradores do Pico porque Eike Batista quer fazer um empreendimento imobiliário/ turístico no alto da favela.
	Alguns “bondes”/ “turnos” / “plantões” policiais são melhores, outros piores. Com uns tem conversa e com outro não. Alguns se corrompem e outros não.
	Gatos de luz estão voltando a ser feitos no Santa Marta e traficantes estão envolvidos.
	Traficantes voltaram a andar armados no morro na Cidade de Deus.
	Estupros , furtos e roubos estão acontecendo com frequência na favela. Até a mulher do dono do morro teve a sua loja roubada.
	Existe uma lista de pessoas marcadas para morrer quando o “dono” do Santa Marta sair da cadeia
	Turistas estão tentando aliciar crianças do Morro Santa Marta.
	Um pai resolveu se mudar do Santa Marta junto com sua família depois de descobrir que sua filha, que é menor de idade, estava envolvida com um policial da UPP.
	No Santa Marta, traficantes deram uma surra no homem porque ele roubou dinheiro do tráfico. Ao ser internado no hospital, o homem que apanhou entregou o nome de várias pessoas envolvidas com o tráfico de drogas no Morro Santa Marta para policiais da UPP que foram visitá-lo. Dizem que traficantes também já teriam arrancado quatro dedos de outra pessoa que desviou dinheiro da venda de droga no morro mesmo com a presença da UPP no morro.
	Venda de drogas aumentou por causa dos eventos que estão acontecendo na quadra para um público de classe média que tem alto poder aquisitivo para comprar drogas na favela.
	Cresceu o número de apreensões de drogas no Santa Marta nos últimos meses. Em julho, por exemplo, 4 traficantes foram fazendo “endolação” dentro da obra (construção de prédios) financiada pelo Governo do Estado. Mas o comandante Rocha pede para que esse tipo de informação não seja divulgada pela mídia para não abalar a imagem da “favela modelo” e desmoralizar a UPP.
	Traficantes estão cobrando tarifa de todos comerciantes e de pessoas que realizar projetos do morro. Um professor de artes marciais que se negou a pagar levou uma surra.
	Foram expedidos vários mandatos para prender traficantes do Santa Marta, por isso policiais civis estão andando à paisana pelo morro para tentar achar quem deve ser preso.
	Traficantes estariam procurando pegar mais leve para não chamar muita atenção depois que prisões aconteceram.

Por fazerem circular informações relevantes para uma coletividade, os rumores podem ser pensados como índices dos “medos do momento” de um determinado grupo (Lopes, 2008). Essas narrativas tratam de tópicos que são significativos para certo grupo, em um momento específico e em uma localidade determinada (Rosnow & Kimmel, 2000). Por isso, acompanhar como os rumores vão mudando no tempo, permite refletir sobre como as ansiedades dos moradores vêm mudando desde a chegada da inauguração das UPPs.

A seguir analiso, alguns dos rumores que mais circularam e ganharam maior repercussão no Santa Marta e na Cidade de Deus nos últimos anos. Enfocarei, especialmente, os rumores que tematizam a relação entre policiais, moradores e traficantes nos territórios “pacificados”. A hipótese que apresento é que a analisar essas rumores pode ajudar a compreender como se deu a passagem da UPP como objeto problemático para objeto “estável” ou “rotinizado”.

5. Ponto de partida: o rumor de que a UPP vai acabar

Difícilmente alguém que more na cidade do Rio de Janeiro nunca tenha ouvido o rumor de que UPPs vão acabar. Provavelmente, este é o rumor que mais tem circulado desde a criação do projeto. Entre os moradores de favelas “pacificadas” há uma constante preocupação em relação a possibilidade do projeto acabar após 2016 ou depois que houver uma possível alternância de governantes.

O projeto da UPP é um projeto sério. Então, esse projeto só me assusta de um lado. Vou te falar o que me assusta de um lado, sabe qual é? Será que isso vai continuar, mudando [de] governante? Porque se não continuar, vai ter um derramamento de sangue em todo lugar onde tiver UPP. Depois que esse governo sair, quem vai bancar essas UPPs todas aí? (Trecho de entrevista com morador do Santa Marta)

É interessante notar que esse rumor tem cíclicado não só nos territórios favelados, mas também em outros territórios da cidade. Este é um rumor que circula não só de boca em boca, mas também através de diversos meios de comunicação que alcançam um grande e diverso público. Não é raro ver alguém o reproduzindo em conversas informais entre cariocas que moram em diferentes áreas da cidade, em debates mais formais entre acadêmicos, em artigos jornalísticos e científicos, em discussões propostas pelos movimentos sociais, em vídeos divulgados em redes sociais ou mesmo em conversar entre policiais. Durante as entrevistas que realizei com agentes da UPP, vários afirmaram que não acreditam na continuidade do projeto.

Acho que a população não acredita muito não. Acha que a UPP vai acabar. Acha que não vai durar a UPP para sempre. Até por isso que ela não confia na UPP. Eu acho também que não passa da Olimpíada! (...) Acho que aos poucos vão enfraquecendo, vou arrumar um jeito de enfraquecer, até que ela acabe! (Trecho de entrevista com policial da UPP do Parque Proletário)

Não tenho a intenção de precisar como este rumor surgiu. Mas julgo que não seja muito arriscado sugerir que, provavelmente, esse rumor surge como resultado de uma junção entre a experiência prática dos moradores da cidade do Rio de Janeiro e o saber teórico produzido por sociólogos, antropólogos e historiadores que evidenciam como não é raro acontecer uma descontinuidade de políticas públicas no Brasil, especialmente, na área de segurança pública. Podemos dizer que esse rumor faz parte do que Giddens (1990) chama de dupla hermenêutica, visto que, por um lado, alimenta análises acadêmicas e discursos militantes – que defendem que o processo “pacificação” de favelas foi pensado apenas para preparar a cidade para os grandes eventos que o Rio de Janeiro vai sediar – e, por outro lado, é alimentado por essas análises. Os conhecimentos dos “nativos” assim como dos “acadêmicos” são contruídos a partir de experiências passadas e retroalimentam-se na investigação do momento presente que ajuda a construir especulações sobre o futuro.

A gente não tinha esse conhecimento de como seria, até porque era um projeto novo e sempre vem aquela desconfiança da gente que está na favela, porque antes disso já vieram outras. Por exemplo, primeiro foi o DPO, depois foram as cabines, que cada localidade tinha umas cabines, aí passava outra e o Garotinho ganhou o Polígono, [n]o outro [governo] criaram aquele balão que ficava rodeando. Então a gente achava que aquilo era algo passageiro, político. Mas só que, quando a gente começou a observar, a gente viu que era uma nova mudança, uma mudança fixa. Isso eu acho que levou alguns meses. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

E eu acho o seguinte: isso eu deixo bem claro para todo mundo o meu ponto de vista. Essas UPPs nada mais são, nada menos são, que depois de 2016 isso vai acabar. Porque vem a Copa e aí as Olimpíadas e acabou. Porque isso é uma política eleitoral. É tudo mentira. Esse é o meu ponto, porque isso só existiu... Se a gente colocar em volta de onde estão essas UPPs. Cidade de Deus, perto da Barra, onde vai ter os jogos olímpicos. A gente tem Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Copacabana. Botafogo, tem Leme, Andaraí, Parque da Tijuca, Borel... Gente, isso é muito sério. Estamos pagando milhares, é muito dinheiro em troca de uma Olimpíada, em troca de uma Copa do Mundo. (Depoimento de uma moradora do Santa Marta durante um debate público sobre as UPPs realizado em uma ONG da favela em 2012)

Todos nós sabemos – ainda que grande parte da Cidade de Deus, onde tem UPP, saiba – que... Não entende de política, mas entende que a UPP é um projeto político. Gol de letra do Sérgio Cabral, não é, meu irmão? O Lula veio com o Bolsa Família, o PAC, o Sérgio Cabral veio com a UPP e com a UPA. Aí fica aquela preocupação nossa de quando o Sérgio Cabral sair. Aí assume o Garotinho e ele tem desavença com o Cabral. Ele vai querer botar o projeto do Cabral para a frente? Você sabe que tudo na UPP é alugado. É viatura alugada, o contêiner é alugado, o computador é alugado, tudo é alugado. Então a gente sabe disso, sabe que a qualquer momento...

Então a gente procura manter aquela distância porque nós somos repreendidos. (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus)

Os moradores dos morros cariocas já viveram inúmeras situações nas quais um projeto de política pública é criado e apresentado como se fosse a grande solução para o “problema” das favelas. A experiência prática desses moradores, assim como as análises sociológicas, antropológicas e históricas, mostram que, em pouco tempo, boa parte desses projetos “milagrosos” vão sendo abandonados, as verbas vão diminuindo e eles vão deixando de funcionar até serem esquecidos. O medo de que isso volte a acontecer novamente é tratado por Burgos; Pereira ; Cavalcanti ; Brum e Amoroso (2012) como uma reação dos moradores ao “temor de sofrer uma (nova) traição por parte do poder publico”.

Por traição entenda-se a interrupção da política de ocupação da UPP, que devolveria a favela à situação anterior, com a volta dos traficantes armados. Não é por acaso que essa posição de cautela tenha aparecido com mais nitidez nas *favelas da Tijuca* e de *Copacabana*. No primeiro caso, porque a sombra assustadora do tráfico ainda está muito presente na memória coletiva; no segundo, porque a desmoralização da experiência do policiamento comunitário (GPAE) parece ter ensinado que as políticas públicas para favelas costumam ser voláteis. Burgos; Pereira ; Cavalcanti ; Brum e Amoroso (2012:86)

Os policiais da UPP também reconhecem o temor de que a UPP acabe está ligado ao fato de outras políticas públicas terem sido implementadas e abandonadas no passado. Eles apontam que essa memória gera uma “resistência” e dificulta que as pessoas (incluindo até mesmo policiais) acreditem que agora essa nova experiência será diferente das vividas anteriormente¹⁸.

Passava e o pessoal estava com medo, porque é aquele lance: houve um GPAE. Na verdade aqui acho que não foi implantado o GPAE, não, mas tinha os PPCs, que eram os destacamentos de policiamento comunitário. Então como havia tráfico de drogas, o pessoal não sabia, “a polícia não vai ficar aqui muito tempo, então se eu abrir a guarda para eles, daqui a pouco eles vão sair daqui e como eu vou ficar?” Então houve essa resistência. (Trecho de entrevista com policial da UPP do Santa Marta)

Tem muita gente que acha que vai acabar. Policiais mesmo acham que depois que acabar (...) Outros não. Outros pensam como eu, que vai acabar só na Zona Norte. Aí eu não sei, aí também depende muito de governo. (...) Tem um decreto assinado até 2023, mas não vale de nada. É, porque teve o decreto de que a escala nossa ia ser uma e durou dois meses e mudou. Na época da greve teve lá um decreto que, se a gente pegasse serviço extra, ia ser pago, que se ficasse depois da hora ia ser pago em banco de horas, que a escala ia ser, no mínimo, 144 horas mensais. No batalhão durou dois meses e acabou. Aqui ainda durou mais. Mudou esse ano. (...) E tem o decreto assinado pelo Sérgio Cabral. E aí? Então não vale muito esse decreto, não. São eles que fazem e eles que fiscalizam. Eles que fazem e eles que executam. É o que eu acho que, às vezes, não funciona. Aqui é o poder legislativo, judiciário e o executivo, mas tem uma hora que é uma coisa só. Parece que é uma coisa só. Não funciona. Parece não, é uma coisa só. Um ajuda daqui, o outro ajuda dali. Uma coisa só. (Trecho de entrevista com policial da UPP do Santa Marta)

¹⁸ É importante notar que o contrário também acontece. Ou seja, o exemplo de algumas poucas experiências de ocupações permanentes que são consideradas “bem sucedidas” servem de subsídio para alguns (poucos) moradores acreditarem que a UPP não vai acabar: “É uma questão de raciocínio lógico. Os bandidos que estão ainda aí ficam falando “é... 2016 vai acabar”. Eu falo para eles “deixa de ser bobo, rapaz!”. Eles falam que depois da Copa vai acabar UPP. Mas lembra do exemplo daquela favela onde instalaram quartel do BOPE? Eles tomaram tudo e nunca mais saíram de lá. Eu acho que eles não vão sair daqui nunca mais também” (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus).

O rumor de que as UPP vão acabar, geralmente, circula acompanhado de uma outra expectativa: a de que assim que a polícia sair das favelas, traficantes voltarão a dominar esses territórios. Por isso, os moradores de morros “pacificados” já antecipam as consequências que a falência do projeto pode trazer.

Se a UPP sair, é derramamento de sangue. Vai ter disputa pelos territórios e outra coisa: eles [traficantes] vão vir cheios de ódio, pegando moradores que, por exemplo, conversavam com os policiais. (Trecho de entrevista com morador do Santa Marta)

A lembrança de experiências anteriores nas quais pessoas, de fato, morreram por terem sido acusadas de colaborar com a polícia é muito marcante para os moradores de favelas. E os policiais sentiram isso assim que chegaram nesses territórios para dar início ao projeto das UPPs. Priscilla Azevedo, que foi a primeira comandante de uma UPP, narra as dificuldades que teve que enfrentar, inicialmente, por causa de experiência de ocupação policial anteriores que não tiveram continuidade:

Então, quando me mandaram comandar esse policiamento que até então não tinha o nome de UPP, nós éramos ligados a filosofia de policiamento comunitário. A gente procura policiar uma determinada área. Mas como eu ia conseguir fazer isso, colocar isso em prática, se na verdade, eu queria era distância daquilo ali? A gente começa a achar que todo mundo que está ali não presta. Aí fui trabalhar nessa comunidade. Uma comunidade que já tinha tido experiência de ocupação policial em 1993, o Batalhão de Operações Especiais ocupou essa favela, ficou lá por cerca de 90 dias e saiu e não deu satisfação a ninguém. Em virtude dessa saída, alguns moradores sofreram consequências com o tráfico, às vezes pelo simples fato de dar um bom dia para um policial, ou de num barzinho receber um policial e dar uma água. Então, as pessoas sofreram isso com a saída da polícia militar. Então, a gente começou um programa num local onde a polícia simplesmente não deu satisfação, não disse para que ela veio, o que ela queria e depois foi lá e saiu. Então, os moradores do Santa Marta, eles simplesmente não tinham contato nenhum com a gente. Então, eu passava, dava um bom dia e muitas vezes as pessoas nem olhavam para a minha cara. (Trecho da fala da Major Priscilla Azevedo durante Seminário Internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – A experiências das UPP’s no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 03 e 06 de dezembro no Centro Cultural da Justiça Federal)

Como a fala de Priscilla aponta, a expectativa de que as UPPs podem acabar gera uma série de consequências práticas: é muito complicado, por exemplo, o estabelecimento de uma relação de proximidade entre policiais e moradores diante da expectativa¹⁹ de que, em um futuro próximo, traficantes podem voltar a dominar o morro e se vingar de quem se mostrava, publicamente, a favor da UPP. Assim como Priscilla, diversos outros policiais da UPP reconhecem a existência desse medo entre os moradores e as implicações trazidas por ele:

Essa é um medo aí que não tem só na nossa comunidade, não. É, eu acho que essa utilização... Essa é até uma forma daquele elemento que era envolvido com o tráfico até de coagir o morador. “Não, eles vão embora em 2016, aí vai voltar tudo como era antes”, aí o morador não tem aquela confiança ainda. Então ainda existe esse problema, essa falta de confiança ainda que o projeto vá continuar até depois das Olimpíadas. (Trecho de entrevista com Capitão Filipe Matos de Carvalho, realizada no dia 7 de agosto de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Parque Proletário)

É, o maior problema do morador da comunidade são esses boatos que a UPP talvez acabe e aí eles voltem, volte o que era antes. O maior receio do morador é esse. Se não ele já tinha se entregado

¹⁹ Como lembra Samuels, “much of the recent anthropological writings on rumor have been concerned with rumors in the context of violence (see for example Bubandt 2008; Das 2007; Spyer 2006b). In these contexts rumors have been mobilizing, effecting “anticipatory practices” leading to violence” (2012:11).

100%. (Trecho de entrevista com um policial que trabalhou na Coordenadoria de Polícia Pacificadora e atualmente atua na Cidade de Deus)

Policiais narram que com o passar do tempo os moradores foram começando a confiar mais na continuidade do projeto, especialmente, nas favelas onde as UPPs já foram instalados há mais anos. Mas, ainda que o medo de se aproximar da polícia possa ter se enfraquecido um pouco com a consolidação e expansão do projeto, o rumor de que a UPP pode acabar ainda não desapareceu por completo.

No início, foi complicado, ninguém queria falar com o policial, todo mundo tinha medo, nem cumprimentava, tinha medo da UPP acabar, sair a polícia e tráfico voltar e alguém falar: “Olha, ele [morador] falou com o policial.” Hoje em dia, já viram que o projeto [se] consolidou, já está tudo uma coisa séria e o pessoal conversa, vai, troca ideia. (Trecho de entrevista com Capitão Andrada, realizada em 2012, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

A relação ainda continua um pouco tensa, com aquele meio nervosismo. Será que se eu der liberdade demais e chegar lá fora, amanhã ou depois, e voltar tudo o que era antes, eu vou sofrer represália, vou ser agredida pelo fato de eu estar falando, de estar interagindo? (Trecho de entrevista com moradora do Morro Santa Marta em 2012)

De só cumprimentar os policiais, os moradores não têm mais receio. Mas de parar para falar, de conversar com os policiais, alguns ainda tem receio. Ainda tem medo de ser coagido: “você estava falando com policial?”. Ainda existe aquele receio de que depois dos grandes eventos a gente vá embora e que o tráfico volte, então a gente ainda houve dizer que existem pessoas que ameaçam moradores com esse argumento. “Olha, a gente está vendo quem é que está conversando com UPP, depois das Olimpíadas vocês vão ver”. Então rola ainda essa conversa em tom de ameaça por parte de algumas pessoas. (Trecho de entrevista com Capitão Rocha, realizada no dia 31 de julho de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

6. Rumores sobre represálias de traficantes a moradores que apoiam a UPP

O rumor de que a UPP vai acabar desdobra-se em outros. Fala-se, por exemplo, em favelas “pacificadas” que traficantes vigiam quem conversa ou tem qualquer contato com policiais. Comenta-se que, a partir dessa vigilância, os bandidos teriam produzido uma lista com nomes de pessoas marcadas para morrer quando a polícia deixar a favela.

Até porque na época que a UPP chegou, tinha um discurso muito forte de que eles (policiais) não iam ficar. Tinha um rumor. E mais: tinha uma lista de moradores que estavam gostando e apoiando. Eles falavam tinham o nome dos moradores que estavam gostando, mas que a UPP não ia ficar e que eles iam queimar, iam fazer e acontecer, iam expulsar da favela. (...) Tinha muita gente de olho e são pessoas que você não imagina que estão de olho em você. Então quando alguém falava alguma coisa contra a polícia, eu tinha que ir a favor do discurso da pessoa, porque se eu fosse contra o discurso do cara, não sabia o que podia acontecer. No início foi uma coisa muito bonita as crianças entrando assim no carro da polícia. Deu até aquela vontade de tirar uma foto porque é melhor ver próximo a um policial do que a um traficante, ne? Aí eu estava ali na pracinha e estava conversando com um camarada e falei que “ah, eu trouxe meu filho aqui para brincar porque agora com a UPP deu uma melhorada, ne?”. Aí ele falou “o que? Você tá mandado?!” E eu sei que ele gosta de pegar um negocinho (drogas). Aí eu já fiquei bolado, ne? Porque o cara pode fazer meu esqueleto lá. Porque se você se coloca a favor, já vão pensar que você pode fazer uma ligação e entregar alguém. Então, eu fiquei muito assustado! (Trecho de entrevista com moradora da Cidade de Deus)

Durante entrevistas com pessoas envolvidas com o tráfico na Cidade de Deus, tive a confirmação de que, de fato, essa lista, de fato, existe. Um traficante destacou que não existe

uma lista física, um papel com nomes. Mas há um mapeamento de quem eles desejam punir quando a polícia deixar a favela.

Não tem lista em papel. Mas quem está no problema (no tráfico) já sabe quem é quem. Quando anunciar a UPP vai sair daqui a uma semana. Pode vir comprar casa na Cidade de Deus, porque vão vender casa e bar por 20 reais. Papo reto! (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

Se acha que nós aqui é cego? Nós estamos ligados em quem entra e quem não entra na sede da UPP, em quem fortalece e que não fortalece a UPP. A gente está ligado em tudo. (Trecho de entrevista com um homem envolvido com o tráfico na Cidade de Deus)

Embora, antes da chegada da UPP na favela, sempre tenham existido rumores circulando pela favela e um medo difuso entre os moradores de “falar demais” ou “falar o que não se deve”, esse sentimento intensificou-se no assim que foi anunciada a permanência da polícia no território. E vale notar que essa intensificação ocorreu não só nas favelas que estudei, mas também em morros onde outros pesquisadores fizeram trabalho de campo.

Junto com os temores referentes ao convívio com a polícia, logo após a entrada da UPP, iniciam-se dinâmicas de ventilação de intimidação por parte dos traficantes que permanecem na favela com a circulação de ameaças de retaliação. Esses rumores buscam fazer crer que aqueles que colaborarem com o trabalho policial sofrerão sanções assim que a polícia se retirar. Nosso narrador descreve esse processo de intimidação da seguinte forma: “Os traficantes estão lá ainda, estão observando tudo. E eles mandam, eles mandam. Existem morros em que já existem moradores sumindo por falarem demais, porque se metem em situações que não deveriam... O cruel disso é que a polícia, a imprensa, acaba utilizando o morador como isca e depois deixa o cara lá.” (Siqueira e Rodrigues, 2012:29)

No caso do Santa Marta e da Cidade de Deus, além do rumor sobre lista de “marcados para morrer”, também circulou o boato de que traficantes teriam mandado moradores fazerem um abaixo assinado contra a UPP. Fala-se que pessoas passavam de casa em casa pegando assinaturas para solicitar a saída da polícia da favela. Quem não assinasse, obviamente, ficaria “marcado”, como apontam os relatos abaixo.

Eu acho que uma hora a UPP vai sair. Vai ficar durante um tempo. E quando sair eles vão querer pegar um monte de gente principalmente quem fez abaixo-assinado. Eu não vi, mas fiquei sabendo que fizeram abaixo assinado para ver quem queria que ficasse UPP e quem queria que saísse. Eles fizeram esse abaixo assinado e vinham bater na sua porta. Agora imagina se eles batem na sua porta e você diz que não vai assinar? Fica subentendido o que? O pessoal do tráfico mandou os moradores fazerem um abaixo-assinado para pedir para UPP sair. Tu é coagido. Olha a situação? Você sabe que se tu não assinar tá ferrado, então, tu assina. Mas imagina o policial entender que você foi coagido, porque senão assinar vai ficar mal visto aqui. É assustador o número de pessoas que são coniventes com os traficantes. Então, é muito difícil. Tem orelhão aqui que é grampeado. Eu usava um orelhão aqui perto, mas aí me avisaram para tomar cuidado porque o pessoal da boca escutava tudinho. É sério! É assustador! Porque em todo canto tem olheiro. Parece que eles estão jogando alguma coisa, mas são olheiros! (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus)

Além das ameaças de potenciais represálias, circulam rumores de casos em que, de fato, traficantes puniram moradores que se aproximaram de policiais no início da ocupação. No Santa Marta, circulava o rumor de que meninas que poderiam ter o cabelo raspado se traficantes descobrissem que elas estavam se envolvendo sexual ou afetivamente com um policial da UPP. Em 2009, ouvi este rumor circular entre os policiais da UPP que diziam que traficantes não tinham coragem de fazer isso de fato, mas que espalhavam esse tipo de boato pela favela para “meter

medo nas meninas” e tentar evitar que elas se aproximem dos policiais. Mas, segundo eles, essa tentativa de nada adiantava, pois alguns agentes da UPP, realmente, estão tendo relações íntimas com moradoras da favela.

Queria abrir um parêntese para apontar que esse tipo de prática não é considerado algo negativo por comandantes da UPP do Santa Marta. Certa vez, ouvi Priscilla – enquanto era comandante da UPP do Santa Marta – contar que uma mãe veio reclamar com ela que a filha estaria ficando com um dos “policiais da Major”. Priscilla disse que respondeu para ela que não via problema nisso. Para o descontentamento da mãe, ela disse que para ela não achava errada esse tipo de prática, desde que o policial ficasse com a menina fora do horário de trabalho. Já o Capitão Rocha – enquanto estava no comando da UPP do Santa Marta – disse durante uma entrevista que achava até positivo esse tipo de relacionamento, pois algumas meninas – que anteriormente tiveram relações com traficantes e agora estavam ficando com policiais – já tinham confirmado informações que eles precisavam sobre a atuação de traficantes no morro.

Ah, sobre a questão dos namoros? Então, desde que eu estou aqui, não teve nenhuma reclamação, nenhum receio por parte de uma moradora de que vá sofrer algum tipo de sanção por estar namorando um policial ou não. Realmente tem policial que tem relacionamento com morador, mas na folga, não tem nenhuma proibitividade com relação serviço, não tem nenhuma denúncia com relação a isso, não. Mas existe realmente uma relação tanto dos policiais com as mulheres quanto com público em geral. E acaba que essas meninas, muitas delas têm contato também com pessoas que no passado tiveram ligação com tráfico e são possíveis traficantes, usuários. Então acaba que até essa relação deles tem algo positivo para o serviço. Ajuda, ajuda. É, ajuda algumas coisas servem para a gente ajudar, ou para confirmar se as suspeitas que a gente tinha... Então, acaba ajudando. (Trecho de entrevista com Capitão Rocha, realizada no dia 31 de julho de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

Versões semelhantes deste rumor também circulam por outras favelas “pacificadas”. Certa vez, uma moradora do Santa Marta me contou que ouviu falar sobre o caso de uma moradora do Cantagalo que quase morreu por namorar um policial. Segundo ela, contam que o marido salvou a mulher de ser assassinada por traficantes, mas teve que bater nela e deixá-la jogada com a cabeça e a sombrancelha raspada em frente ao hospital. Na Cidade de Deus também há relatos de que algumas meninas seriam punidas se tivessem um relacionamento com um policial²⁰.

Eu soube que aqui (na Cidade de Deus) tinham umas meninas que estavam se envolvendo com os caras. Se envolvendo mesmo de sair com os policiais. E eu soube que os caras (traficantes) iam pegar essas meninas que estavam parando para conversar com policial da UPP. (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus)

Siqueira e Rodrigues (2012) narram que o rumor de namoro entre moradores e policiais seguido de punições do tráfico também circulou por mais favelas. Eles narra que no período em que estiveram em campo no Morro da Providência, ouviram rumores de que uma jovem teria sido expulsa do morro porque teve um relacionamento com um policial da UPP.

²⁰ É interessante notar, por exemplo, que o rumor de que meninas podem sofrer represálias por “ficar”, “ter um caso” ou namorar com policiais ainda é comentado pelas pessoas. No ano de 2013 circulou no Santa Marta o boato de que um pai teria se mudado do morro junto com sua família depois de descobrir que sua filha, que é menor de idade, estava envolvida com um policial da UPP. Já na Cidade de Deus ainda hoje circulam rumores de desaparecimento de mulheres que se envolveram com agentes da UPP: “Essas meninas que namoram com policial, umas metem o pé, consegue fugir a tempo. Outras aparecem picotadas aí no mato. No Karatê o que mais tem é mulher sumida lá dentro do mato” (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus).

A despeito da confirmação da veracidade desse fato, consideramos significativo que os receios de retaliação venham acompanhados de histórias sobre sanções consumadas. Em meados de 2011, houve uma ocorrência no Morro da Providência, na qual um grupo de homens armados entrou na favela de madrugada e agrediu duas pessoas. Entre as versões divergentes e desencontradas sobre os autores dessa ação e seus motivos, havia a hipótese de que seriam policiais agindo em represália à expulsão da moça que teve um relacionamento com um policial da UPP. Esse fato, e sua vinculação ao caso da moça expulsa, oferecem indícios sobre a capacidade de controle das vidas das pessoas pelos traficantes, mesmo que sejam apenas remanescentes na favela com UPP. Suspeitamos que as desconfianças e os receios acerca da ação policial acompanham ceticismos com relação ao próprio Estado de uma forma geral. (Siqueira e Rodrigues, 2012:29)

Outros rumores sobre expulsão de moradores por traficantes no contexto posterior a chegada da UPP, também circularam pela Cidade de Deus. Moradores relatam que ouviram falar que famílias teriam sido expulsas da favela por traficantes que consideraram que elas estavam “fechadas” com a UPP. Um senhor teria tido que sair de sua casa e deixar a favela pelo simples fato de dar café aos policiais da UPP. Uma outra mulher que também dava café para os policiais teria levado uma surra de traficantes.

Quinze famílias foram expulsas da comunidade, da Rocinha 2. Dizem que foi a galera aí que estava dando um café para os policiais. Eles tinham uma lista dos moradores que davam café para os policiais. Teve uma mulher que falou que dava mesmo e deram uma dura nela. (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus)

7. O problema da aproximação no “policiamento de proximidade”

Além do medo da UPP acabar, o fato de ainda haver traficantes atuando no território das favelas “pacificadas” e reprimindo moradores, sem dúvida, dificulta muito a aproximação entre a população favelada e os policiais. Contudo, esses dois fatores não são os únicos que ajudam a explicar a dificuldade que a polícia vem enfrentando para conseguir estabelecer uma relação próxima com os moradores. Um terceiro fator que permite compreender essa dificuldade é, sem dúvida, o histórico da atuação policial em favelas cariocas que, em muitos episódios, foi marcado por ações truculentas envolvendo arbitrariedade e corrupção policial.

Durante esses meus anos de vida, a imagem que eu adquiri – não é um preconceito, é um pós-conceito – por ter convivido vários anos com a polícia, é uma coisa que eu formulei durante muitos anos. A visão que eu tenho é de um cara violento, uma imagem ruim, totalmente ruim. A imagem que eu tenho de policial é de uma pessoa violenta, intolerante. Para mim não mudou nada (após a UPP), continua a mesma coisa. Polícia é polícia. É tudo a mesma coisa. Não existe essa coisa de “policial bonzinho, policial malzinho.” Polícia é polícia. Polícia é isso: autoritária, intolerante. (Trecho de entrevista com um morador do morro Santa Marta)

Aqui já houve confrontos, vários confrontos, então, deixaram a imagem da polícia militar muito ruim (...) As pessoas têm sequelas, traumas de polícia aqui, que matou, [que] bateu. (...) Eles agiam arbitrariamente. (Trecho de entrevista com um morador do morro Santa Marta)

Esta percepção extremamente negativa que a maior parte dos moradores tem da polícia não é ignorada pelos policiais da UPP. E assim como os moradores, alguns policiais também já tinham tido experiências negativas em experiências anteriores vivenciadas em favelas. A policial Priscilla Azevedo – que foi a primeira comandante do Morro Santa Marta –, conta que quando foi convidada para trabalhar na favela não gostou da ideia, por já ter tido uma experiência traumática no Complexo do Alemão quando foi sequestrada.

Eu tive a grata oportunidade de trabalhar no Complexo do Alemão de 2006 a 2008. (...) Era uma área extremamente complicada. (...) Em 2008 eu fui convidada, convidada entre aspas, né? Porque no militarismo, nunca é um convite. E aí, confesso que não queria ir. Até porque em 2007 eu também fui vítima dessa violência no nosso Estado, fui roubada na porta da minha casa, fui sequestrada e levada para uma favela. E aí vem, o porque de eu tocar nesse assunto. Porque quando eu fui pedir ajuda para os moradores quando eu estava apanhando dentro da favela, a primeira coisa que eu vi foi uma senhora na porta dela. Expliquei a situação falei que eu tinha sido assaltada, amarrada. Ela chamou o marido dela, vieram com uma vassoura na mão e começaram a me bater. Aí, eles eu comecei a gritar e eles me acharam de novo, me pegaram de novo. Daí numa segunda vez, tentei novamente fugir, entrei numa casa onde tinha uma família conversando (...) Eu expliquei de novo o que tinha acontecido e eles perguntaram: “ah, foram os meninos que te pegaram? Então, se você não sair da minha casa agora, eu vou chamar eles novo”. E saíram para chamar eles. Então, esse contato, além da cultura que a gente tinha de incursão em favela... ainda fui contaminada, porque não tinha como desvincular dessa oportunidade que eu tive de pedir ajuda e de ter sido tratada dessa forma... (Trecho da fala da Major Priscilla Azevedo durante Seminário Internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – A experiências das UPP’s no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 03 e 06 de dezembro no Centro Cultural da Justiça Federal)

O início da ocupação das favelas por UPP, foi marcada, portanto, por desconfianças de ambos os lados. Priscilla conta que, na fase inicial da UPP no Santa Marta, sentia-se um monstro, pois todo mundo ficava olhando, mas muita gente não falava com ela²¹. Os moradores, por sua vez, sentiam-se muito desconfiados devido à existência de todos os rumores, as intimidações e as ameaças descritas na sessão anterior. Nesse contexto, tanto moradores como policiais pareciam ter saído do *fogo cruzado* – que era vivenciado na lógica de “guerra” anterior a UPP – para entrar em um regime de *campo minado*, visto que precisavam ter constante atenção *em onde pisam*. Por um lado, os policiais sentem-se com dificuldade de prever como devem agir.

Muitos não gostam da gente. Eu não digo a maioria, aqui no Santa Marta não é a maioria. É a minoria. Mas essa minoria faz barulho e tudo que você faz está errado. Tudo. Outro dia eu ia subir para a viatura, eu vi que tinha duas senhoras subindo, parei. Não buzinei, não apertei a sirene, não fiz nada. Esperei. Aí acho que a outra avisou a ela e ela ficou “então buzina, por que não buzina?” Aí eu ignorei. Aí ela veio na minha janela, “você não tem buzina, não?” Aí eu: “não.” E ela, não satisfeita, continuei dando ré, ela foi do outro lado, aí eu estava com a cabo, ela fechou o vidro, aí ela bateu no vidro. “Tem que mandar o seu patrão comprar uma buzina.” Depois aconteceu a mesma coisa, aí eu falei: “não, agora vou apertar a sirene.” Apertei a sirene, reclamaram. “Sabe esperar não?” Entendeu? É meio complicado. Tudo que a gente faz está errado. Mesmo quando a gente está certo eles (moradores) sempre arrumam coisa errada para criticar. É meio cão e gato aqui. (Trecho de entrevista com policial da UPP do Santa Marta)

Eu tento sempre ser educado. Às vezes a gente passa e o morador fala: “até que enfim alguém educado!”. Mas não é culpa dos policiais, porque a maioria é bandido, a maioria gosta do outro lado da coisa. Igual quando eu fui trabalhar no Alemão. Comecei pensando em tentar separar quem era trabalhar e bandido. Mas a primeira vez que eu fui patrulhar, a minha boina caiu. Quando eu achei de novo, ela já estava toda picotada. Algum morador pegou e picotou. Como é que você vai separar assim? Então, para mim, vai ser tudo bandido. Se me provar o contrário, eu trato melhor, entendeu? Mas acabou que eu nem consegui ser assim. Porque não sou uma pessoa ruim para agir assim. (Trecho de entrevista com policial da UPP do Parque Proletário)

²¹ Essa fala de Priscilla está no depoimento dado por ela ao Programa Globo Repórter, exibido pela Rede Globo do dia 07 de dezembro de 2012. Disponível no site: <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2012/12/duas-mulheres-que-enfrentaram-o-poder-de-trafficantes-para-levar-paz-dois-bairros-ameaçados.html> (Acessado em 15/08/2013).

Por outro lado, os moradores, nesse novo regime de *campo minado*, narram que se sentem impelidos a tentar prever a melhor forma de se comportar, de agir, de falar com o intuito de tentar prever e evitar problemas tanto com traficantes como com policiais em suas rotinas cotidianas no território das favelas “pacificadas”.

Tem que ter muito cuidado com o que você fala e com quem você fala. Então, eu nem falo, eu prefiro nem falar sobre UPP em nenhum momento... (Trecho de entrevista com uma moradora da Cidade de Deus)

No início os camaradas (policiais) estavam dando bom dia. E era até ruim porque o seu bom dia poderia representar uma represália mais tarde com essa galera aí da situação. Uma vez, eu estava vindo da casa da mãe da minha mulher. Um policial me deu bom dia, eu respondi bem rápido, mas com o maior medo de alguém ver. É sério! Porque a gente não sabia se vinham para ficar ou não e eles (bandidos) diziam que eles (policiais) não iam ficar! (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus)

Ações que a princípio podem parecer muito banais, como o simples ato de cumprimentar um policial dentro do território da favela, exigem um esforço reflexivo antes de serem realizadas. Certa vez, um morador da Cidade de Deus me contou que antes de cumprimentar um policial sempre faz um cálculo que envolve algumas etapas: 1) analisar primeiro o local onde está; 2) olhar para os dois lados e observar quem está em volta; 3) decidir se é prudente ou não falar um bom dia para o policial. Esse cálculo não é ignorado pelos policiais.

Alguns PMs do Parque Proletário relataram durante as entrevistas que notam que existe um enorme medo dos moradores de cumprimentá-los na favela e que esse temor é maior do que em outras favelas “pacificadas”²². Por isso, os poucos moradores que falam com eles, geralmente falam com um tom de voz bem baixo e evitam mexer os lábios para que outras pessoas não identifiquem a aproximação. E, em várias situações, os policiais dizem já ter notado que pessoas falam com eles em um dia e depois deixam de falar por sofrerem ameaças.

Tem aquela coisa no início de que a pessoa que fala com você no primeiro dia, no dia seguinte já não está falando porque recebeu uma ordem para não falar. Mas hoje em dia isso está mais tranquilo em relação a isso. (...) Lá no Alemão, o pessoal do comércio pedia muito: “não fica muito aqui não”. Aqui não tem isso não, principalmente, porque a gente dá bastante lucro, come pra caramba. Mas no início, bem no início, teve uma coisa de comerciante aqui chegar e falar “olha, não posso vender para vocês.” Agora acho que não tem isso mais não. (Trecho de entrevista com policial do Parque Proletário)

A experiência cotidiana dos moradores mostra que o fato de simplesmente dizer “oi”, “bom dia” ou “tudo bem?” para um policial pode ser suficiente para que alguém vire alvo de fofocas, piadas com tom de represália ou até mesmo ameaças diretas, como citaram os policiais do Parque Proletário.

Só alguns poucos (moradores) falam com eles (policiais). Um ou outro morador fala com eles. Não falam para não receberem represália, piadinha, tem gente que está caguetando (Trecho de entrevista com morador do Morro Santa Marta)

²² Vale lembrar que o Santa Marta é tido como “modelo” no que diz ao processo de “pacificação”. Ainda que isso não signifique que ali não existam mais problema de aproximação e comunicação entre policiais e moradores, certamente, é possível dizer que no Santa Marta a relação entre a UPP e a população é muito menos conflituosa do que em outras áreas “pacificadas”. Em outras favelas, como Cidade de Deus e, principalmente, Parque Proletário – por ser uma experiência de “pacificação” mais recente-, esta relação é ainda mais tensa e a sensação de viver em um *campo minado* é muito mais presente tanto no cotidiano dos moradores como dos policiais.

Até a questão de você falar que está gostando da UPP podia complicar sua vida. Isso era mais forte no início, agora não está mais tão forte. Mas, de repente, o cara não vai com a sua cara e aproveite e faz uma fofoca com seu nome. (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus)

As “piadinhas” citadas pelo morador do Santa Marta, assim como as fofocas²³ que circulam pela favela explicitam uma mesma ideia: qualquer contato de moradores com policiais da UPP pode ter (e quase sempre tem) um efeito “poluidor”. Todos reconhecem o risco de poluição, tanto quem fala com a polícia quanto quem opta por não estabelecer contato. Durante uma entrevista, uma moradora do Santa Marta me contou que, inicialmente, ela conversava com os policiais da UPP na favela. Todavia, depois de ter sido alertada por uma amiga que isso “não pegava bem”, resolveu cortar o contato.

Vinha um amigo aí de fora (da favela) e ficava de papo com os policiais. Aí também comecei a conversar com eles. Uns me encontram aí no morro e me cumprimentam até hoje. Mas eu falo com todo mundo, gosto de falar muito. Então, você sabe como é... uma amiga minha veio me falar que não pegava bem eu falar com eles (com os policiais), porque o pessoal pode ficar achando que sou X9. Então, não falo mais com eles não, porque não pega bem. Até expliquei para os policiais disfarçadamente porque não dava para falar com eles e eles entenderam. (Trecho de entrevista com moradora do Santa Marta)

O relato desta moradora evidencia como estabelecer um vínculo com um policial – por mais frágil e superficial que seja esse vínculo – pode fazer um morador ser rotulado como “X9” ou “amiguinho da polícia”²⁴. Mas isso, certamente, não quer dizer que todos moradores tenham a mesma reação de Sonia e prefiram não falar com os policiais. Além disso, por vezes os moradores, por diversas razões, são obrigados a terem que falar com eles. Nesse caso, o que acontece é que, como o contato com policiais quase sempre tem um potencial poluidor, ele apresenta, quase invariavelmente, um *imperativo de justificação*. Isso significa que, em situações nas quais moradores decidem falar com policiais, ir à UPP ou participar de algum evento organizado pela polícia, eles sentem-se, quase sempre, obrigados a apresentarem previamente (antes que essa justificativa seja exigida por alguém) as razões do contato realizado.

Quando falo em *imperativo de justificação*, diferentemente de Boltanski e Thévenot, 1991, não estou me referindo a obrigatoriedade de dar uma justificação em um momento crítico cujo evento motivador já ocorreu no passado. De modo distinto, me refiro a uma justificação que as pessoas *antecipadamente* dão para tentar impedir que uma situação (um “desenrolo”) ou represália mais grave venha a se configurar mais a frente. Nesse caso, a justificativa não visa ao

²³ Embora alguns autores usem os termos fofoca e rumor, de modo intercalado, como se fossem sinônimos (Elias & Scotson, 1994), rumores tratam, geralmente, de um fato recente; enquanto as fofocas, quase sempre, têm um indivíduo ou grupo como alvo. Além disso, alguns autores apontam que existiria uma diferença entre o que seria a “função social” exercida por cada um desses gêneros. Fofocar é ter uma conversa informal e privada sobre pessoas ausentes compartilhada por certos grupos sociais. A literatura antropológica nos fornece diversas pistas para compreender o que seria a “força social” da fofoca. Trabalhos clássicos de antropólogos como Benedict (1934) e Radcliffe-Brown (1933) fazem referência à fofoca como uma forma de controle social informal e a conceituam como uma crítica à infração de regras. Já as primeiras teorias sobre fofoca destacam mais a função desse tipo de narrativa na manutenção da unidade de um grupo mediante a provisão de níveis informais de avaliação e controle (Gluckman, 1963). A fofoca é entendida, portanto, como um juízo moral, que reforça a integração de um grupo e suas as normas de conduta, colaborando para o controle social. Um mexerico é capaz de “punir” quem comete uma infração, mas é também um incentivo para que infrações nem cheguem a ser cometidas. Por isso, a fofoca é considerada um tipo de controle social tão eficiente que alguns antropólogos chegam a sugerir que em algumas comunidades as pessoas são virtuosas por medo de fofocas (Pitt-Rivers, 1971).

²⁴ Vale lembrar que ser “amigo da polícia” sempre é uma categoria de acusação e quase nunca de identificação. Apenas crianças, idosos ou pessoas consideradas como “loucas” (tanto pelos policiais como por moradores) se autodeclaram abertamente como amigos de policiais.

restabelecimento ou resolução de um problema ocorrido em uma situação passada, mas trata-se sobretudo de uma tentativa de evitar a ocorrência de um problema ou mal entendido futuro. Ou seja, os moradores, antecipando os potenciais males que podem advir por parte dos traficantes e de outros moradores, produzem justificações com a finalidade de mostrar que essas relações se dão *apenas* por razões *circunstanciais enecessárias* – isto é, pragmaticamente motivadas. E que este contato, portanto, não significam ou implicam em algum tipo de adesão ou vínculo (não significa “estar fechado com os policiais”).

É interessante notar que os policiais não ignoram o potencial “poluidor” do contato com a UPP e a necessidade de justificação nas situações em que esse contato ocorre. Por isso, eles tentam traçar estratégias para se aproximar dos moradores como: a) conhecer moradores pelo nome e trocar telefone com eles (para que os moradores pudessem ligar caso necessitem de alguma ajuda ou queiram fazer alguma denúncia); b) tentar criar vínculo com lideranças locais – como pastores, presidente de associações, coordenadores de ONGs, etc – e expor publicamente esses vínculos (para que assim os “moradores comuns” ganhassem mais confiança para se aproximarem); c) participar de reuniões e eventos organizados por moradores do morro; d) organizar reuniões, eventos, excursões, festas dentro e fora do morro²⁵; e) oferecer projetos sociais como aulas de luta, dança ou música ministradas por policiais da UPP²⁶.

Durante uma entrevista que realizei com o Capitão Rocha, enquanto ele era comandante da UPP do Santa Marta, foi interessante notar como ele ressalta que a questão geracional interfere muito na aproximação entre moradores e a UPP. Assim como diversos outros policiais, Rocha aponta que os idosos costumam se aproximar mais facilmente dos policiais, enquanto os jovens aproximam-se menos e, por isso é necessário desenvolver atividades especiais para tentar “conquistar” essa parcela da população. Rocha relata que, através do oferecimento de cursos na UPP, ele tenta dar para os jovens a “justificação” que eles precisam para se aproximar da polícia.

O pessoal de mais idade, comerciante, é difícil o que não fala. Pelo menos cumprimentar, “boa tarde”, a gente falando, a gente puxando não fica sem resposta, todo mundo cumprimenta. Pessoal mais novo ainda tem aquele pessoal que fica mais receoso, mas comerciante, pessoal com trinta e poucos, quarenta e poucos anos, todo mundo cumprimenta, todo mundo fala. (...) Por conta de muitos jovens terem relação ou terem acesso a pessoas que têm ligação com tráfico, então dentro do cotidiano do jovem, até por essa cultura de tráfico, existe um pouco de receio de quem é do bem se aproximar do policial por conhecer, por interagir com pessoas que têm relação ainda com... Parentesco, ou conhecer pessoas que tem envolvimento com tráfico. A forma que a gente tem de se aproximar é através das nossas ações sociais, bota professor para dar aula de luta, trabalha como professor para dar aula de futebol, buscar sempre essa interação, atender de alguma forma uma carência desses jovens. A gente busca muito através do esporte, para que a gente consiga buscar essa proximidade. Porque quando a gente é professor, um policial é instrutor deles, essa interação

²⁵ Muitas pessoas têm medo de participar dos eventos ou cursos organizados pela UPP. Como apontou um morador do Santa Marta: “o pessoal ficava naquela neurose e não ia fazer o curso porque era na UPP, aí não tinha as informações”. Um morador da Cidade de Deus afirmou que não colocaria o filho em um curso da UPP por medo de futuras represálias: “Surgiram mais Ongs, mais projetos, atividades dadas até por policiais da UPP. No Karatê colocaram lá projeto da UPP. Mas aqui não vingou, porque a galera do tráfico conseguiu proibir. O pessoal ficou com muito medo, assutada. Eu mesmo, mesmo se morasse no Karatê, não colocaria meu filho num projeto da UPP, porque seria rotulado como uma pessoa que amanhã ou depois pode ligar para UPP para denunciar o tráfico. Eu não colocaria. Porque imagina, você tem que pensar no depois. E depois que muda tudo. E depois?” (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus).

²⁶ Na Cidade de Deus, aqui, eu posso falar que é bem tranquilo. Eu já tive oportunidade de rodar várias outras comunidades. Aqui a gente está um passinho à frente, até pelo tempo que nós temos. Eu acho que também esse número grande de projetos, quando a gente acaba levando um projeto social para as crianças, fazendo passeio com creche, escola, então, os pais vão, conversam... Os policiais acabam tendo essa interação com as crianças e aí, a partir disso daí, os pais acabam também abraçando, acabam entendendo. Acabam entendendo o nosso projeto aqui (Trecho de entrevista com um policial da UPP da Cidade de Deus).

ocorre de forma muito mais rápida do que no dia-a-dia a gente fardado, como policial para a gente cativá-lo é muito mais complicado, é muito mais difícil. Mesmo que a gente tenha essa relação, mas para eles virem falar com a gente. “Por que tu está indo falar com polícia?” “Não, o polícia é meu professor, me dá aula disso.” É muito mais fácil deles terem um argumento para vir falar com a gente. A tática é essa. Com o jovem é buscar ser instrutor de alguma atividade esportiva, música, alguma atividade que a gente consiga interagir com eles para justificar essa aproximação. (Trecho de entrevista com Capitão Rocha, realizada no dia 31 de julho de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

8. Duplo mapeamento

Além dos já citados diferenciais da UPP – para lembrar: ocupação permanente do território, submissão da agenda social à lógica da ocupação policial e amplo apoio que o projeto recebeu da mídia e do empresariado (Burgos; Pereira; Cavalcanti; Brum; Amoroso, 2012; Cunha e Mello, 2011; Fleury, 2013; Cano; Borges; Ribeiro, 2012) – pude notar, durante meu trabalho de campo, que algumas outras características que diferenciam a estratégia de policiamento utilizada pela UPP de estratégias utilizadas pela PM nas favelas cariocas em momentos anteriores à “pacificação” são o esforço dos policiais em criar estratégias de aproximação para “tentar trazer os moradores para o lado da polícia” (como descrevi na sessão anterior desse relatório) e tentar mapear de quem é quem nas favelas “pacificadas”.

No início da ocupação das favelas que receberam UPPs, como os policiais não conheciam os moradores, todos eram potenciais suspeitos. Por isso as abordagens e revistas eram muito contantes e incomodavam bastante os moradores. Muitas se queixavam por ter suas rotinas interrompidas praticamente todos os dias por policiais que os abordavam – com frequência, de modo truculento – quando eles estavam decebendo o morro para trabalhar ou subindo para voltar para casa.

A UPP chegou com muita truculência. (...) Sabe o que deu raiva na UPP: eles não fizeram planejamento para conhecer a comunidade, não fizeram o mapeamento da comunidade. Eles chegaram e não tinha como oprimir o tráfico assim diretamente, então, eles oprimiam o trabalhador. Por exemplo, se eu tenho um bar que ficava aberta até às 2 horas da manhã. No começo da UPP dava 8 horas da noite, eles mandavam você fechar e se você não fechar, eles vinham quebravam, davam tapa na cara de trabalhador. Toque de recolher. Pelo que eu li um pouco da ditadura, pareceu um pouco. Aquele negócio de que se você não tivesse com documento no bolso era enquadrado na vadiagem. Eu passei a não andar, porque eu sabia que eu ia chegar ali e ia dar dez horas da noite e eu não ia mais poder ficar ali. O cara ia me mandar de volta para casa. Então, para evitar ficar arrumando confusão, o que eu fazia? Ia embora para casa. Os primeiros dois, três meses foram esse ritmo. Opressão! Eles se esquecem que os traficantes dentro de uma comunidade são 1%, 2%. A população é 98%. E é 98% pagou por uma coisa que não tinha culpa. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

No início revistavam de casa em casa, ia de casa em casa. Uma vez eu estava até em casa, cheguei da autoescola. Eu ia para a autoescola 7h, fazia quatro, cinco aulas por dia, porque eu estava precisando da minha habilitação, então eu fui 7h, cheguei 10h30min, 11h, fui deitar. Quando eu deitei, policial entrou lá em casa. Aí a Carla atendeu, o tempo estava chuvoso. Aí o policial: “não, dar uma olhada aí.” “Não, tudo bem.” “Quem está lá em cima?” “Meu esposo.” “Teu esposo? Trabalha?” “Não.” “Dormindo até 11h? Trabalhador não dorme até 11h, não. Pede para descer lá. Está armado? Tem alguma coisa?” Desci, conversei com ele, eu falei: “Fala.” Aí eu fui falar com ele, conversei com ele. Falei: “não, meu irmão, cheguei da autoescola agora, estou cansado, vou dar uma dormida, depois vou trabalhar.” “Tem droga? Tem arma? Tem alguma coisa? Fala logo, porque se eu achar...” Eu falei: “não, não tenho nada, não.” Revistou a casa toda, mexeu tudo. E aquela coisa, tipo assim, em uma revista normal, quem deveria mexer era eu. O cara joga tudo parar o alto, abre porta, ele não quer saber. Espalha comida, mete a mão no pote de arroz. Nesse dia eu joguei um pote de arroz fora. Com faca mexendo, para saber se tinha alguma coisa dentro do pote

de açúcar, de arroz. Revistou tudo. Só não revistou a Carla nem as crianças. Por último “me desculpa, me perdoa”. Então era aquela coisa sombria, cara, ninguém sabia. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

É interessante notar que alguns moradores estabelecem uma comparação entre policiais e traficantes. Ainda que essa comparação possa ser um pouco idealizada, vale notar os termos que estão em jogo quando ela é elaborada: alguns moradores dizem que, de certo modo, “preferiam” os traficantes do que os policiais porque os primeiros, pelo menos, sabiam diferenciar quem é quem na favela, dando um tratamento diferenciado para quem é “bandido” e quem não é ou mesmo para quem é “periguetes” e quem não é.

Muitos deles (policiais) mostram certos tipos de abuso com certos moradores do morro, porque tem muitos que, quando a gente passa, independente de estar bonita ou não, eles mexem, jogam piada, fazem “psiu”, “gatinha”, “vem cá que eu te levo para o céu”. Então, não é legal. Muitas pessoas se sentem assim... Se eu estiver passando sozinha, na madrugada, e tiver uns dois deles, vai acontecer o que tiver que acontecer e, no outro dia, eu vou ter que falar e ninguém vai acreditar, porque eu não tenho provas. (...) Tem meninas que reclamam que eles dão em cima delas, que eles ficam falando besteirinhas... Os caras do tráfico também faziam isso, mas eles já mexiam com as pessoas certas, já sabiam determinadas pessoas com quem mexer. Como antigamente, hoje em dia também tem muitas meninas oferecidas. Hoje em dia, muitas delas que não são “periguetes” pagam o pato por aquelas que são, entendeu? Muitas dessas que não fazem nada, a gente pode dizer assim, que são quietas na delas são tocadas, porque as outras fazem, estão dando bola. Os policiais não sabem diferenciar quem é quem. (Trecho de entrevista com moradora do Santa Marta)

Os policiais apontam que, inicialmente, o trabalho foi difícil, pois muitos moradores reclamavam das contantes “duras” que levavam e isso acabava gerando conflito entre a UPP e a população. O mapeamento dos moradores por parte dos policiais foi importante, então, para reduzir essas reclamações.

Revistas pessoais ocorriam mais. Agora estamos conhecendo mais os moradores. Antigamente moradores ficavam um pouquinho chateados com esse procedimento porque estavam voltando do trabalho, mas nós não conhecíamos as pessoas, então pedíamos um pouquinho de paciência porque não sabíamos quem era quem. Hoje eu sei que a Palloma passa, que é trabalhadora, eu não preciso ficar revistando ela toda hora. A não ser que ela esteja com um pessoal que com não condiz com a postura que ela toma durante a semana. (Trecho de entrevista com policial da UPP do Santa Marta)

Hoje, eu sei, hoje, meu policial sabe quem é uma boa pessoa, quem é o trabalhador, quem é o cara que não quer nada com nada e fica aí à toa. Hoje, a gente sabe de todo mundo, quem é quem. Na época (antes da UPP), a gente não sabia, porque a gente não estava aqui na convivência. A gente entrava esporadicamente. Então, tinha que revistar todo mundo da mesma forma, com rigor, tinha que abordar todo mundo e o morador ficou acostumado com aquela polícia que entrava só para reprimir, para revistar, para trocar tiro. Então (após a inauguração da UPP), nós começamos a identificar quem era quem. Então tinham os viciados, os que tinham problema que vieram do tráfico e os que vinham para comunidade para se esconderem: os que faziam roubos, faziam furtos. E começamos a identificar essas pessoas com inteligência. Quando eles começavam a sair da comunidade, nós monitorávamos eles. “Oh fulano saiu”. (Trecho de entrevista com Capitão Andrada, realizada em 2012, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

Policiais relatam que para mapear a população da favela, desde o início da ocupação, foram utilizadas diferentes estratégias como: a) abordagens policiais²⁷ constantes; b) vigilância

²⁷ Falava-se nos primeiros meses de ocupação do Santa Marta que policiais estavam prendendo moradores pelo simples fato de estar circulando sem portar documentos, o que acabou dando subsídio para a formulação de uma crítica aberta aos policiais que estavam agindo com excesso do uso da força e truculência. Para apresentarem

através das câmeras instaladas em diversos pontos de algumas favelas “pacificadas” – como o Santa Marta e Cidade de Deus; c) denúncias e averiguações de pessoas em situações suspeitas²⁸. A partir desse mapeamento, os PMs começaram a enquadrar os moradores em diferentes categorias como “trabalhador”, “bandido”, “viciado”, etc

Temos mapeado as pessoas que vão levar dura. Não tem jeito. Não é que nós ficamos pegando pinimba com a pessoa. É porque toda vez que a gente chega ali, acha alguma coisa com a pessoa. Então temos que revistar para ela saber que estamos trabalhando. Então se ela der mole, ela vai ser sancionada na lei. (...) Geralmente a pessoa que está com problema de drogas. E se tiver errado, não tem conversa, não tem refresco. Sábado foram 4 presos ali perto da Arena – quadra localizada na parte intermediária do Morro – usando entorpecente. E aí falam “ah mas eu não estava, só estava do lado”. Vai sim porque eu vou sarquear. Sarquear é para ver se tem algum pedido de prisão preventiva da justiça, para ver se tem alguma ficha, porque nós temos um arquivo aqui, então todos os elementos que tem algum problema com a justiça estão cadastrados e que teve problema no momento, nós tiramos foto e colocamos no arquivo. Não para constranger a pessoa para que nós possamos saber quem é quem na comunidade. (Trecho de entrevista com policial da UPP do Santa Marta)

Tanto é que há quase cinco anos a gente sabe, mais ou menos, quem é quem, quem anda com as pessoas que podem ter algum tipo de envolvimento, e a gente começa a acompanhar esse deslocamento deles. “Ah, determinado mês ele ficava no bar do Zequinha; ah, nesse mês ele está no bar do De Assis”. “Já vi fulano e beltrano lá. Fulano e beltrano a gente já prendeu ano passado, mas já está solto. O outro já se [...] foi preso.” Então a gente começa a ver e morador começa a ligar e dizer, então a gente associa tanto as denúncias dos moradores quanto o histórico dessas pessoas. Envolvimento em ações suspeitas, pessoal correndo, policial inicia o deslocamento em direção àquele bar específico. A gente vê pessoas saindo na porta e ligando, pessoas na janela já olhando, então, assim, os policiais, já com a experiência deles de polícia, eles já começam a perceber que naquele local está acontecendo coisa que não ocorria ou que não era para acontecer. A nossa forma de avaliar esse deslocamento é com base nas denúncias e com base nessa movimentação dessas pessoas. Na presença dessas pessoas que são pessoas que a gente já sabe que são pessoas que têm envolvimento. (Trecho de entrevista com Capitão Rocha, realizada no dia 31 de julho de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

Hoje em dia a gente está no processo de identificar quem é quem. Tem algumas pessoas que já estão mapeadas. Mas sempre que a gente vai abordar não tem nada, ou não tem nenhuma passagem. Aí, não fica difícil. Você sabe que é envolvido, mas não tem prova. Então, tem que pegar ele no flagrante. Porque se você pegar por pegar, vai chegar na delegacia e vai caracterizar abuso de autoridade. (...) Você estando aqui presente, você consegue distinguir quem é o

publicamente essa crítica e tentarem evitar novas arbitrariedades por parte dos policiais da UPP, lideranças comunitárias do Morro Santa Marta acabaram elaborando a Cartilha de Abordagem Policial no Morro Santa Marta.

²⁸ Quando a gente verifica algo errado, alguém em atitude suspeita, alguém que a gente já recebeu várias denúncias e não é denúncia da associação de moradores, o Zé Mário não tem nada a ver com essa história. Aí, a gente pega o sujeito, se não soubermos o histórico dele a gente conduz até a delegacia e lá a gente vai puxar para ver o que ele deve, o que ele não deve, o que ele andou fazendo há uns tempos atrás, principalmente quem vem de fora querer se esconder aqui no morro Santa Marta, ne? Vem lá do São Carlos, do Pavão, aí a gente leva para saber quem é aquele sujeito e também para explicar a comunidade, porque hoje comunidade observa quem sumiu há dez anos atrás e voltou, quem sumiu a dois meses atrás e voltou. E aí a gente tem que saber, já era do crime, voltou porque está trabalhando? Aí eu chego na casa do sujeito terça-feira duas horas da tarde ele está lá dormindo e fala que trabalha na loja de não sei de que na Tijuca. Que horas é esse trabalho? Então a gente tem que saber, mas isso não é a vontade da Major, isso não é a vontade do sargento da UPP, isso é a vontade do Estado, do poder público, da preservação da ordem pública. (Esta declaração foi dada pela Major Priscilla – na época em que ela era comandante – durante uma entrevista transmitida ao vivo na Rádio Comunitária Santa Marta. Participaram da entrevista alguns moradores e lideranças comunitárias, como o Presidente da Associação. Como circula a fofoca pela favela de que Zé Mário tem uma relação muito próxima da Priscilla, ela teve a preocupação de dizer ao vivo que ele não passa informações para polícia).

trabalhador, quem é o morador e quem não gosta de trabalhar e vulgarmente falando, é o da sacanagem. Então, você distinguindo, você tem como fazer alguma coisa. (Trecho de entrevista com policial do Parque Proletário)

A partir do mapeamento dos moradores, os policiais começam a agir de um modo diferenciado com as pessoas que são categorizadas de diferentes formas. Os que são classificados como “abusados” recebem um tratamento de diferente quem é “tranquilo”, por exemplo, assim como quem é considerado “uma boa pessoa”, um “trabalhador” não é tratado da mesma forma de quem visto como “o cara que não quer nada com nada e fica aí à toa” ou “viciado”.

A gente já sabe quem são essas figurinhas marcadas. A gente já sabem quem são as barraqueiras da comunidade, que quando alguém vai preso elas aparecem para fazer espetáculo. A gente já sabe que é espetáculo. São as barraqueiras, a profissão delas é essa. Eu sou um pouco rígido. As vezes querem se pendurar ali. “Não vai levar ele”. “Não vou levar não? Você vai juntos”. Vou arrastando ela junto com a viatura. A gente tem que respeitar porque elas têm um parente. Mas elas não são quem fez o delito. Então a gente tem um rigor, mas não tanto como a gente faz com aquele que a gente prende. (Trecho de entrevista com policial do Santa Marta)

Por exemplo, seu João. Eu não sabia que o Seu João era o Seu João, que ele tinha um comércio, que ele trabalhava, tinha uma família de índole, lícita. Até você... Então se você não sabe, você tem que não tratar desmerecidamente, mas você vai tratando como cidadão de dentro de uma comunidade. Até ele mostrar para você que ele tem o caminho dele certo, você vai fazendo o seu aperto, vai fazer o seu serviço. Então, muita gente que tinha meio que essa cobertura a gente foi até ficar transparente, saber quem é quem realmente. Mas, mesmo assim, aqui dentro a gente já tem, já sabe quem a gente aborda de um jeito, quem que a gente tem que abordar de outro jeito. Porque é diferente um comerciante de uma pessoa que você sabe que vende. (...) Bom, a diferença, assim, você sabe que nele você... Então já é um tom de voz um pouco mais, uma verbalização um pouco mais imperativa. No caso, já com o comerciante, que não tem essa atitude ilícita, não tem porque você falar assim. Mas tudo dentro dos padrões, das normas. E assim vida que segue, o sucesso do policiamento está aí. (Trecho de entrevista com policial do Morro Santa Marta)

Os moradores reconhecem que, passado algum tempo de implementação da UPP, os policiais mapeam a população da favela, classificando as pessoas em diferentes categorias. Por estar enquadrada de uma determinada maneira, um morador passa, então, a “merecer” um certo tipo de tratamento específico da polícia – que é diferente do tratamento recebido por pessoas enquadrados em outras categorias.

Outro dia eu fui lá na UPP pedir autorização para uma festa e o (comandante) Rocha falou que eu não podia fazer uma festa com bebida liberada. Eu perguntei por que. E ele disse que eu ficava alterado quando bebia. Ele disse que tinha me visto outro dia lá na quadra discutindo com alguém depois que eu tinha bebido. (Trecho de entrevista com morador do Morro Santa Marta)

É interessante notar que os moradores não só reconhecem a existência dessa classificação, como esperam que ela seja realizada com sucesso. Ou seja, os moradores esperam que os policiais sejam capazes de distinguir quem é quem (diferenciar quem é “trabalhador” de quem é “bandido”) e incomodam-se muito quando julgam que esse enquadramento não foi feito corretamente – ou seja, um “trabalhador” não foi reconhecido enquanto tal – ou foi ignorado – o que quer dizer que o policial não ofereceu um tratamento diferente para um indivíduo mesmo sabendo que ele é um “trabalhador” e não um “bandido”.

Outro dia um polícia falou para mim: “eu sou autoridade.” Que autoridade porra? “Eu que pago teu salário e tu é autoridade? Vocês estão certos em abrir minha bolsa?” Foi uma dura. Se o cara me vê todos os dias trabalhando? Falei para ele que eu trabalho de segunda a segunda, pago minhas

contas, pago até teu salário. (...) Sou homossexual assumido. E tenha muito respeito com a minha pessoa. Respeito todo mundo. Respeito muito o ser humano. Entendeu? E você, para mim, é uma merda. Ele falou que ia me levar preso, mas não me levou não, porque o pessoal chegou em volta, que me conhece (...) Aí ele me soltou. Me liberou. (Trecho de entrevista com morador do Santa Marta)

Agora imagina o trabalhador chegando com a mochila com tudo que você precisa dentro: um desodorante, uma muda de roupa que você precisa levar para o trabalho... Agora imagina o cara chegar e jogar tudo no chão, entrar dentro do carro e falar que você tem que catar?! Eu falei, “meu irmão eu não vou catar não, você que tem que catar. Meu irmão, você vai catar ou não vai sair aqui com carro”. Abri a porta do carro e não deixei ele entrar para sair com o carro. “Meu irmão acabei de chegar do trabalho e você joga tudo meu no chão, diz que eu tenho que catar. Sou sua mulher para você achar que pode mandar e desmandar? Sou trabalhador!” Aí ele abaixou para catar, porque começou a aglomerar gente porque eu sou querido na favela toda. (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus)

Em ambos os casos apresentados pelos entrevistados, fica evidente que os moradores não estão questionando a atividade de revista em si, mas o que consideram um erro de classificação ou um ato que ignora a diferenciação que deveria existir no tratamento a partir da classificação. Cabe retomar aqui, o argumento – anterior a existência da UPP – de que as críticas mais pesadas que os moradores das favelas, nas últimas décadas, vêm apresentando à atuação policial dirigem-se ao caráter indiscriminado da ação que incide igualmente sobre “gente de bem” e “marginais”.

Viu-se que a descrição das formas de atuação da polícia nas favelas é sempre acompanhada de críticas acerbas. Estas, entretanto, não se dirigem propriamente à corporação (ninguém é contra a repressão policial), nem tampouco aos métodos violentos em si mesmos. As críticas são antes ao caráter indiscriminado da ação que não distingue entre “gente de bem” e “marginais”. Em outras palavras, o que os moradores criticam é menos a violência policial em si e mais a falta de seletividade de seu objeto. (...) No caso dos moradores de favelas, o (...) problema criticado é, antes, o desrespeito às diferenças e hierarquias internas que constituem a versão local da ordem social. (Machado da Silva e Leite, 2008)

Parece que, mesmo no cenário pós-UPP, o núcleo da crítica permanece idêntico. Inicialmente, muitos moradores se queixavam de que policiais davam “duras” indiscriminadamente, o gerava constantes conflitos entre policiais e habitantes da favela. Com o passar do tempo, tanto os policiais aos poucos foram construindo mapas mentais razoavelmente ajustados que organizam e conferem significado à experiência vivida de suas interações, dotados de alguma autonomia em relação às narrativas oficiais e midiáticas. E, dessa forma, foram tornando-se capazes de realizar categorizações para agir de modo discriminado dependendo de quem está envolvido em cada situação. Assim, os conflitos entre policiais e moradores começaram a decrescer.

Além disso, é importante ressaltar que com o passar dos anos de ocupação da polícia nas favelas, da mesma forma que os policiais foram tornam-se capazes de estabelecer uma diferenciação entre os moradores, a população desses território também foi deixando de enxergar os agentes da UPP de modo homogêneo. Dito de outro modo, é possível afirmar que os moradores também passaram a mapear os policiais e enquadrá-los também em diversas categorias. E a partir dessa classificação, também passam a tratar de modo distinto policiais que são enquadrados em diferentes categorias.

Sou o mais linha dura deles todos. As pessoas reconhecem isso. Claro que reconhecem. Ficam chateados porque estou mexendo com a família, ne? (...) Eu sou que mais eles me odeiam, como você já deve ter visto aí. Não é porque eu sou melhor não, não é porque eu tenho raiva da comunidade. (...) Eles falam mal de mim, falam “aquele Paraíba de bigode safado”. Eles me

obedecem não é por causa do respeito, mas do medo. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Morador também sabe quem é quem. Quando é um policial educado, ele sabe. Mas se o policial for ruim, ele vai ser ruim para a pessoa também. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Parque Proletário)

Eu acho que aqui está um pouco mais adaptado. Mais adaptado, mas pelo tempo. (...) Agora os moradores já conhecem os policiais. Com o tempo eles vão conhecendo. Conhecem pelo nome, algumas pessoas que costumam vir mais aqui, a gente conhece mais das caminhadas aqui, então a gente... E alguns plantões já são mais conhecidos também, alguns policiais são mais conhecidos. (Trecho de entrevista com Capitão Filipe Matos de Carvalho, realizada no dia 7 de agosto de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Parque Proletário)

O mapeamento dos policiais realizado pelos moradores aconteceu a partir de algumas dinâmicas. A principal delas talvez seja a observação cotidiana do trabalho policial realizada pelos moradores, associada a circulação de narrativas sobre as percepções que a população dos territórios “pacificados” têm de diferentes policiais. No caso do Santa Marta eu ouvi diversas vezes pessoas falando que a primeira comandante, a Major Priscilla era “mãezona”, mas que quando precisava ela “batia como homem”. As pessoas apontavam que não sabiam se era verdade, mas contavam que já tinham ouvido casos de que ela bateu em alguns jovens envolvidos com o tráfico na favela. Depois da mudança de comando na UPP da favela, comecei a ouvir comentários que sugeriam que o segundo comandante era corrupto e que teria tentado implementar uma milícia na favela no início da ocupação²⁹.

Além de especulações envolvendo comandantes, circulava e ainda circula pelo Santa Marta, assim como por outras favelas com UPP, rumores de que alguns “bondes”³⁰/ “turnos” / “plantões” policiais são melhores que outros. Os moradores apontavam que com alguns “plantões” é possível negociar, por exemplo, para festas irem até mais tarde do que o horário permitido, mas com outros não tem negociação³¹. Especula-se também que alguns “bondes” estariam se corrompendo, enquanto outros não aceitam “arrego” (propina).

²⁹ Cano; Borges; Ribeiro apontam que “estudos sobre experiências anteriores de policiamento permanente em favela no Rio de Janeiro, como foi o caso do GPAE que antecedeu as UPPs e foi absorvido por elas, revelam que o simples fato de manter os mesmos policiais trabalhando nesse espaço garante um controle social mútuo por meio do qual tantos os policiais quanto os moradores se reconhecem individualmente ao invés de se relacionar por meio de categorias genéricas, com frequência estereotipada (Morales & Cano, 2007)”. (2012:4)

³⁰ Vale notar que os o termo “bonde” – que, geralmente, é utilizado na favela para identificar diferentes grupos de criminosos ou de pessoas envolvidas, de alguma forma, com o “mundo do crime” – é utilizado, no contexto das UPPs, para identificar um grupo de policiais que trabalha junto, fazendo o mesmo plantão, cobrindo o mesmo turno.

³¹ Os rumores que circulavam sobre diferenciações sobre plantões com o passar do tempo tornaram-se uma crítica aberta que vem sendo apresentada por moradores de favelas “pacificadas” em diversos debates públicos sobre o tema das UPPs. Além disso, vários pesquisadores vêm apontando que têm observado essa diferenciação entre plantões em pesquisas realizadas em diferentes favelas com UPP. Burgos; Pereira ; Cavalcanti ; Brum e Amoroso, por exemplo, afirmam que “aparece uma tendência entre os moradores de se valorizar as especificidades e o estilo de cada policial como principal parâmetro para se avaliar o tipo de postura da polícia da UPP, deixando entrever que a relação com a polícia ainda não está consolidada segundo um padrão mais institucional. Essa liderança religiosa da favela da Tijuca, por exemplo, chama a atenção para diferenças que teriam a ver com as idiossincrasias da equipe de plantão: “depois a gente entendeu que tem a questão dos plantões. Tem o plantão dos que são bacanas, dos que são legais e dos que são mal-educados. Dependendo do plantão os policiais são bacanas, con- versam. Existe, é fato, não é uma impressão nossa. Por exemplo, são aqueles que não sabem abordar um morador, parte pra grosseria, quer mostrar que o poder está com eles. Por exemplo, nos bares, às vezes o pessoal conversando, se divertindo, um deles pode chegar e pedir para fazer silêncio do nada, sem critério [...]” (Mulher, 40 anos). O mesmo tipo de relato foi feito nas duas outras favelas (pesquisadas)” (2012:74).

Tem o turno de um bendito (policial) que sempre dá problema. Ele sempre manda o forró acabar antes. Quando a gente sabe que é dia dele, já sabe que vai ter problema. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Eu gosto do bonde do Damião, com eles eu falo. O dos carecas que pegou meu primo. Eles bateram muito nele e levaram ele lá para cima. Minha avó foi lá tentar tirar ele e queriam bater na minha avó também. Só não bateram porque a Priscilla não deixou. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Hoje em dia, você está fumando um baseado na porta de alguém, não dá 20 minutos a polícia chega. Tem policial que já chega e fala, “não leva mal não, mas fuma mais para ali, porque a tia fica ligando direto. Tem uma mulher que fica ligando toda hora para lá (para a UPP) e querendo ou não, eu tenho que vir aqui, porque ela está ligando. Se eu não vier, vai dar merda para mim. Então, tenta deixar a gente tranquilo, que a gente deixa vocês tranquilos”. Tem uns que falam isso. Mas depende do plantão. Têm uns que estão aqui para ficar 30 dias só para receber o dinheiro. Têm uns que acham que é o Rambo e têm uns que acham que são maus, tem uma índole ruim. Eles oprimem, eles se acham. Pensam que são mais do que todo mundo porque vestem uma farda. Tomam dinheiro de trabalhador. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Vale notar que, assim como policiais aprendem a identificar quem é bandido e não é na favela, com o passar do tempo, os traficantes das favelas “pacificadas” também foram aprendendo a diferenciar os policiais da UPP. Eles passaram a saber, exatamente, quem compõe cada “turno”, como os policiais de cada “bonde” atuam e por onde passa cada “plantão”.

O traficantes que, por exemplo, que já tem uma mancha com aquele policial, quando está naquele plantão, ele não fica exposto. Ele procura colocar outra pessoa para não ficar no lugar dele. Já tem conhecimento dos dois lados. O policial conhece o bandido e o bandido conhece o policial. O policial sabe quem é o vendedor. Sabe quem é, onde está. É uma coisa que corre interna. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Hoje a gente conhece todo mundo quem eles são e eles sabem quem nós somos. Tem que aprender a conviver, né? Eles estão aqui por obrigação, temos que viver em comum acordo, ne? Eles sabem que eu fumo um baseado, mas sou trabalhador. Eles me vêem aqui ferrado no sol, me matando de trabalhar. Eles vêem isso. Então, na hora que eles chegam, por mais que eu tenha uma infração, eles já chegam mais devagar. Até porque será que eles não fazem nenhuma infração no tempo livre, quando tiram a farda. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Tem plantão que é mandadão, aí eles nem piam. Tem plantão que é tranquilo, eles ficam mais livres. Tem dia que o moleque vai prestar (contas para o gerente), igual hoje o menino veio com 600 reais na mão. O gerente pensou que ia pegar os 600 e aí para o baile. Mas os canas levaram o dinheiro do moleque. E para explicar que é só dinheiro? Mas o menor é pinchadão, é de menor, é pinchadão. Os canas passam toda hora, se não tiver tranquilo, não dá para andar aqui não. Ainda mais com esses casos que está acontecendo na Rocinha, tiroteio na Mangueira... aí eles ficam como? Tem plantão, até que gosta de esculachar morador. Fala, “entra para casa, suas fofoqueiras!”. Aí tem cana tranquilo, que quando não pega com nada fala ”aí 1 a 0 para tu! Mas se eu te pegar na próxima, já sabe?” E aí, forja, já quer levar para delegacia. E tem uns que gostam de papo gostoso, quer que tu vire X9 (delator). (Trecho de entrevista com um traficante da Cidade de Deus)

A capacidade que os traficantes passam a ter de identificar os diferentes “plantões” da UPP, por um lado, pode ser visto como algo positivo que, de certo modo, evitaria conflitos. Mas, por outro, essa capacidade também pode ser considerada algo que dificulta o trabalho policial. Isso porque, uma vez que os “bandidos” conhecem os policiais e sabem o modo como cada “turno” atua, eles conseguem antecipar mais facilmente como será a atuação polícia a cada dia.

Assim, eles podem preparar-se melhor para continuar vendendo drogas na favela sem serem capturados por agentes da UPP.

Um exemplo, eles sabem quem é quem. Então, quando eles sabem que é um plantão tranquilo, a chance de ser sem tiro é maior, né? Mas quando eles sabem que é uma guarnição que trabalha mais, eles vão ter mais arma na rua. Não fica na rua, mas onde eles estiverem escondidos, já vai ter mais arma, eles vão estar mais atentos. A guardião que tem mais gente que trabalha mais, é a que está mais propícia a trocar tiro. (Trecho de entrevista com um policial do Parque Proletário)

III – A UPP COMO OBJETO “ESTABILIZADO”

1. Os rumores e a “rotinização” da UPP

Defendo a ideia de que o acompanhamento dos rumores em ordem cronológica e a análise de como essas narrativas foram mudando com o passar do tempo ajudam a compreender como vem ocorrendo o processo de “rotinização” das UPP e como vão mudando os problemas de continuação da rotina nas favelas “pacificadas”. Por isso, apresento a seguir uma breve síntese da análise dos rumores que circularam por favelas “pacificadas” nos últimos cinco anos:

Inicialmente, logo após a chegada da polícia nas favelas, circularam por esses territórios rumores de que a UPP poderia acabar e que a aproximação com policiais dentro do território da favela poderia gerar represálias (tanto imediatamente como futuramente quando os traficantes voltassem a dominar as favelas). Contudo, com o passar do tempo de ocupação, esses rumores de represália a moradores que se aproximassem da polícia começaram a diminuir. O rumor de que havia uma lista de pessoas “marcadas para morrer”, por exemplo, perdeu força e hoje quase ninguém fala mais sobre ele³². Siqueira e Rodrigues sugerem que existe “uma correlação entre o tempo de permanência da UPP e a mitigação dos temores decorrentes das dinâmicas de intimidação. À medida que se ampliam os horizontes de permanência das UPPs, menos eficazes são os discursos que projetam punições para depois do seu fim” (2012:29).

Com o passar do tempo, contudo, outros rumores começam a apontar que – assim como os policiais mapeavam desde o início da ocupação a população da favela – os moradores, com o tempo, também passaram a mapear os policiais da UPP, tornando-se capazes de identificá-los e enquadrá-los em diferentes categorias o que, conseqüentemente, possibilita antecipar suas práticas e evitar situações conflituosas. Esses rumores apontam como o chamado “policiamento de proximidade” (mesmo com todas as limitações, complicações e contradições que possui) foi se incorporado à vida cotidiana dos moradores das favelas “pacificadas”. As “quebras de rotina” já não acontecem mais com a mesma frequência que ocorriam no início do processo de “pacificação”. Os moradores já não olham os policiais de forma tão homogênea. Se antes todos pareciam ser iguais, agora, dependendo do comando ou do turno, os moradores já são capazes de prever o que podem esperar e se podem confiar um pouco mais ou menos. Os policiais já possuem mais elementos que os permitem distinguir melhor quem é quem na favela.

Assim, começaram a haver menos “duras” feitas indiscriminadamente nas favelas “pacificadas” e, conseqüentemente, isso colaborou para que começasse a haver uma maior aceitação da presença da polícia nesses localidades. Houve, portanto, um destensiosamento da relação entre moradores e policiais e uma “estabilização” da UPP enquanto política pública. Contudo, é preciso lembrar, que ao se “estabilizar” a UPP acabou gerando uma reconfiguração de diversos outros problemas e conflitos na favela e, conseqüentemente, isso implicou o surgimento de novos medos, especulações e rumores, como mostrarei na próxima sessão.

³² “Essa listagem (de pessoas que iriam morrer quando a UPP sair) de fato existiu. (...) Mas eu acho que hoje não tem mais essa lista, acho que eles (traficantes) perderam um pouquinho de força. Hoje quase não escuto mais falar desse negócio de lista!” (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus)

2. A UPP “estabilizada” e a reconfiguração dos problemas nas favelas “pacificadas”

Os pesquisadores que vêm estudando a experiência das UPPs têm, em sua maioria, buscado entender os impactos desse projeto na rotina dos moradores dos locais “pacificadas”, em especial, e na vida da população da cidade do Rio de Janeiro de um modo geral. Os estudos quantitativos e qualitativos já publicados sobre o tema vêm apontando que os principais impactos das UPP foram:

a) uma drástica redução dos homicídios e da violência armada em geral, não só no interior das favelas mas também no seu entorno (Cano; Borges; Ribeiro, 2012);

b) a redução da arbitrariedade e da violência policial nas áreas onde as UPPs estão operando (Machado da Silva, 2010) que estaria relacionada ao “maior controle social, interno e externo, sobre a corrupção e o abuso de poder praticados por policiais” nos territórios “pacificados” (Musumeci, Mourão, Lemgruber e Ramos, 2013:1)

c) a suspensão ou forte diminuição dos tiroteios e das incursões policiais esporádicas e violentas; a virtual eliminação do porte ostensivo de armas de fogo por outros atores que não a polícia e a maior liberdade de ir e vir dos habitantes que, em conjunto, acabam melhorando significativamente o sentimento de segurança entre os moradores diretamente afetados pela UPP (Musumeci, Mourão, Lemgruber e Ramos, 2013; IBPS 2009; Cecip 2010; Souza e Silva 2010; Burgos et al. 2011; Cano, coord. 2012; Oliveira e Abramovay 2012; Rodrigues e Siqueira 2012; Serrano-Berthet, coord. 2013). Além disso, a insistente divulgação pela mídia da atuação das UPPs ampliou as expectativas positivas quanto à segurança a toda a população da cidade, incluindo boa parte dos moradores nas localidades alvo de sua implantação no futuro e até mesmo os segmentos mais abastados, que não precisam (nem querem) UPPs onde vivem (Machado da Silva, 2010:1).

Durante minha pesquisa pude notar, por um lado, que os moradores das favelas “pacificadas” nas quais fiz trabalho de campo reconhecem que um benefício inquestionável trazido pela UPP foi o fim dos tiroteios e das mortes violentas na favela – visto que a possibilidade constante de conflitos armados gerava grande ansiedade em suas vidas cotidianas. Contudo, por outro lado, ao longo do trabalho de campo, ouvi constantemente rumores que apontavam para o surgimento de novos medos que passaram a perturbar a rotina dos moradores após a chegada da UPP. Essas narrativas, que começaram a circular logo após a “estabilização” da UPP, apontavam para um possível aumento de crimes não letais nas localidades “pacificadas”. Tanto no Santa Marta quanto na Cidade de Deus, ouvi, por exemplo, inúmeros relatos de que estariam se multiplicando pela favela os casos de furtos, roubo e estupro. Essas falas indicavam que a chegada da chamada “pacificação” – apesar de ter gerado uma queda significativa na ocorrência de homicídios – não significou o fim da violência, mas sim uma mudança nos padrões de crimes e conflito que ocorrem na favela.

Inicialmente, os relatos sobre o crescimento de crimes não-letais circulavam apenas informalmente entre os moradores. Moradores tanto do Santa Marta quanto da Cidade de Deus, apontavam que sentia que havia um descompasso entre aquilo que eles viviam e o que os relatos midiáticos e as estatísticas oficiais mostravam:

Nós que convivemos aqui, nós não vivemos de estatística, não. A gente que convive aqui dentro, a gente sabe que a UPP, ela trouxe muitos benefícios, mas nada daquilo que sai no jornal é verdadeiro. Nós vivemos de um factóide. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Todavia, é interessante notar que, entre 2011 e 2012, o crescimento desses crimes nos territórios “pacificados”, deixou de circular apenas na forma de rumores e ganhou o estatuto de um “fato”, de “dado oficial” (cuja veracidade deixou de ser questionada) ao começar a aparecer em pesquisas quantitativas e ser divulgado em reportagens jornalísticas.

Os registros de crimes não letais contra a pessoa, tais como lesões, ameaças e estupro, experimentam um aumento significativo nestas comunidades após a implantação das UPPs. Os crimes não violentos contra a propriedade, os furtos, também se incrementam após a entrada do projeto. (...) há duas explicações possíveis para este fenômeno. Uma é que os moradores, que não costumavam a ir à delegacia, passam a denunciar quando sofrem um crime. Isto se deve tanto ao trabalho policial, que encaminha as pessoas para delegacia, quanto ao fim da intimidação dos grupos armados locais, que não aceitavam a presença policial nem o recurso dos moradores ao sistema de justiça criminal. Paralelamente, os chefes desses grupos criminosos (traficantes, milicianos, etc.) exerciam nas comunidades um forte controle social autoritário, proibindo diversas condutas criminosas e punindo severamente os transgressores. Assim, quem cometia um furto na comunidade arriscava ser torturado, expulso ou morto pelo poder armado local, o que provavelmente contribuía para reduzir este tipo de conduta. Portanto, uma vez ausente este controle social autoritário e extralegal, é bem possível que a incidência destes crimes esteja aumentando. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012:45)

Durante meu trabalho de campo, pude notar que essa mudança no padrão de crimes têm, pelo menos, duas consequências. A primeira é o surgimento de novas inseguranças e desconfiças entre os moradores que agora já não sentem-se mais a vontade para deixar as janelas e portas abertas – como acontecia no passado –, começam a desconfiar dos vizinhos e ter atenção redobrada com o intuito de tentar evitar que se tornem vítimas de crimes. Carvalho (2013) alerta que a emergência dessas novas inseguranças pode gerar uma transformação naquilo que os moradores entender por segurança.

Inúmeros foram os relatos que apontaram para uma mudança naquilo que os moradores entendem por segurança. Alguns entrevistados relataram que, com a pacificação, fatos que não ocorriam ou ocorriam de forma muito velada passaram a fazer parte do cotidiano. Como exemplos citaram o desaparecimento de pertences, tais como, roupas no varal, vassouras, plantas, entre outras coisas, que ficam geralmente do lado de fora das residências, agressões entre vizinhos, violência doméstica e ainda alguns casos de estupros. (Carvalho, 2013:299)

A segunda consequência dessa mudança no padrão de crimes pós-“pacificação” é o início da elaboração de uma crítica por parte dos moradores em relação à ineficiência do policiamento implementado pela UPP nessas favelas. Explico melhor: ao relatar casos de furtos e estupros que estariam acontecendo no morro, muitos moradores reclamavam de que os policiais não estariam fazendo nada para evitar nem mesmo investigar a ocorrência desses tipos de crime³³. Este desinteresse dos policiais em tratar de crimes que geram insegurança dentro da favela, faz muitos moradores pensarem que a UPP não está no morro para prover segurança para quem mora no morro, mas apenas para vigiar e controlar a população favelada.

A gente tem, mas a gente não tem recurso, a gente não tem essa confiança no recurso que foi imposto para a gente. A gente se sente mais sitiado do que protegido. A verdade é essa. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

³³ Os rumores de furto e, especialmente, de estupro ajudavam a criar uma certa nostalgia em relação ao passado, visto que antes os traficantes que dominavam o morro puniam de modo rápido, severo e exemplar quem cometia crimes como roubo e estupro dentro do território da favela.

O problema não é a polícia pacificadora em si, porque nós queremos uma polícia decente que respeite o morador. Mas quando a polícia ultrapassa seus limites e passa a controlar a vida cotidiana dos moradores. Está cada vez mais claro que o objetivo é o controle territorial das favelas e a imposição de um padrão comportamental definido como ideal pela polícia. (...) Desde o início, meu ponto foi resistir a essa 'policização' da nossa vida, do nosso cotidiano. Uma vez que está 'pacificado', não tem sentido eu ficar conversando com a polícia. Agora quero ampliar a cidadania, quero exercer meu direito diante de um estado que não cria espaço para participação efetiva” (Depoimento de Itamar Silva, morador do Santa Marta e coordenador do Ibase, publicado na revista Democracia Viva de julho de 2010)

Diversos autores vem apresentando uma crítica semelhante à 'policização' da vida nas favelas ao apontar que o projeto das UPPs impõe “uma gestão policial e policialesca da vida cotidiana dos pobres” que envolve o controle “dos pequenos gestos, do ir e vir, do lazer” (Batista, 2011:123)³⁴. O exemplo dessa gestão mais citada pelos estudiosos do tema é a proibição dos bailes funk que foi imposta logo após a instalação das UPPs nos morros cariocas. Segundo Benevides; Rodrigues; Abreu (2011)

o acesso à cultura e ao lazer é dificultado pelas autoridades que deveriam fomentá-lo. Prova inequívoca disto é a proibição imposta à realização de bailes funk nas comunidades ocupadas, mesmo após a entrada em vigor da lei estadual que reconhece o movimento funk como manifestação cultural legítima. Para que se organize um baile funk, é preciso que se obtenha uma série de autorizações e que se passe por diversas vedações e constrangimentos, o que fere não apenas a referida lei estadual, mas o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Demais, a falta e o sucateamento de áreas públicas de cultura e lazer, como bibliotecas, praças e parques são outros fatores que inviabilizam a real efetivação dos direitos culturais das populações que vivem sob a ocupação bélica do Estado. (Benevides; Rodrigues; Abreu, 2011:99)

O jurista Nilo Batista, em entrevista dada ao Jornal A Nova Democracia e a Agência de Notícias das Favelas, condenou veemente a militarização³⁵ das favelas do Rio de Janeiro, ressaltando que o fato das festas e manifestações culturais serem tutelados por uma autoridade policial militar na favela é um atentado aos direitos constitucionais de seus moradores.

A UPP, antes de mais nada, é uma iniciativa completamente inconstitucional, que tem o apoio da grande mídia acrítica³⁶. A série de restrições a que os moradores dessas favelas são submetidos só

³⁴ Batista sugere que o “sentido de ocupação e gestão policial da vida nos remete à semelhança do que se fala das milícias, exatamente no controle hierarquizado e militarizado da vida dos pobres, apenas sai o gatonet para entrar a própria Net” (Batista, 2011:123). Machado da Silva faz uma afirmação na mesma direção lembrando que “nas periferias, o papel das instituições estatais na produção de uma ordem pública que articula o território da cidade e as relações cotidianas entre a repressão policial e o domínio do crime é ainda mais complicado. Nelas, quase sempre constituídas por loteamentos clandestinos ou irregulares, o controle social tem estado a cargo das chamadas “milícias”. Compostas de policiais militares e civis, da ativa ou reformados, bombeiros, informantes etc., elas se organizam como máfias. Sob o argumento de combater o tráfico, os assaltos e roubos etc. – o mesmo argumento do discurso oficial –, assumem o controle das áreas onde atuam, cobrando pela oferta de “proteção” e monopolizando, à força, certas atividades econômicas. Nesses locais, o confronto das milícias com a polícia “regular” é quase inexistente, uma vez que elas são a polícia. Em suma, nas periferias o controle social é exercido pelo “outro lado” do Estado. Nesses espaços da cidade, os atores principais do filme não são os policiais e os bandidos, como nas favelas, mas os bandidos contra os bandidos” (2013:4).

³⁵ Outros autores também apontam a militarização dos confrontos com o tráfico como algo problemático. Costa e Castilho lembram, por exemplo, que “embora possa ser admitida, em caráter excepcional, a participação das Forças Armadas, ela não pode se tornar regra ou servir de modelo de solução de litígios com comunidades conflagradas, como ocorrido recentemente nas operações no Complexo do Alemão. (Costa; Castilho, 2011:58)

³⁶ Vários autores têm afirmado que o consenso midiático que se formou, inicialmente, em torno das UPPs, dificultou a apresnetação de críticas ao projeto: “As notícias vão agrupando sentidos apresentados como óbvios pela mídia, mas que, contudo, promovem o silenciamento das contradições, resistências, conflitos, existentes no interior de uma prática discursiva, na tentativa de produzir o efeito de homogeneidade de sentidos, quando há, na realidade, o

seria possível se fosse decretado estado de sítio ou estado de defesa, consultado o conselho da república, o conselho de defesa e o congresso nacional. Só assim seria possível levar a cabo essas restrições em território brasileiro, porque ali, a constituição não está tendo vigência. A começar pelo simples direito de ambulação, do qual essa grande mídia costuma ser tão ciosa, esse direito de ir e vir, um direito tão elementar, é proibido porque acontecem toques de recolher³⁷. Outra questão são as festas e manifestações culturais serem tutelados por uma autoridade policial militar. Isso é absolutamente inconstitucional. (Trecho de entrevista disponível no site <http://www.anovademocracia.com.br/no-84/3788-entrevista-nilo-batista-qmilitarizacao-de-favelas-e-estado-de-sitio-inconstitucionalq>)

Segundo Barbosa o projeto das UPPs “está focado em um exercício específico de produção de territorialidade³⁸, enquanto modo de ocupação de um território e controle da circulação; está centrado na produção de uma “estética da ordem”, a partir da normalização dos comportamentos; e constitui uma formação institucional que se abre para o acoplamento de intervenções e saberes de toda espécie” (Barbosa, 2012:261). Aqui vale ressaltar que o que o autor chama de “estética da ordem”, está associada a essa gestão policial da vida dos moradores apontadas pelos autores citados acima. Barbosa indica que essa normalização dos comportamentos realizada pelos agentes da UPP envolve não só o controle dos bailes e do volume do som das festas nas favelas “pacificadas”, assim como a censura ao conteúdo das músicas, mas também a regulação das atividades praticadas nas ruas em determinadas ocasiões e o reendereço dos conflitos de proximidade.

O que Barbosa chama de “acoplamento de intervenções” e saberes inclui: regularização fundiária, legalização da propriedade e controle do transporte informal (por parte da prefeitura e do governo do Estado) e oferta “formal” de uma série de serviços, como sinal de “TV a cabo”, luz, água e gás (por parte das empresas fornecedoras). Na visão do autor, todo esse processo envolve a produção de consensos morais em sua articulação com as agendas governamentais e o acoplamento com o mercado e com as intervenções que tem como objetivo transformar a cidade em uma espécie de mercadoria (2012:261).

atravessando de discursos outros. Enfim, (...) trata-se da política do silêncio, política em que se produz um recorte entre o que se pode dizer e o que não se pode dizer. É o não dito que silencia sentidos. Sentidos aqui silenciados que remetem a mortes, a extermínios, a violência, assim como, a exclusão e segregação social” (Affonso, 2012:13).

³⁷ Leite narra que “na quarta-feira, 28 de novembro, às 21 horas, no Morro do Borel, Tijuca, os policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) local também percorreram as ruas da favela, de armas em punho, exigindo que os moradores fechassem seus comércios, saíssem das ruas, ficassem dentro de casa. Não havia dúvidas de que a ordem tinha de ser obedecida. Senão – nas palavras de um morador –, “o couro come”, pois “eles” voltam para controlar. Não foi a primeira vez no Borel, nem esta a primeira localidade a ser atingida pela violência e arbitrariedade que vêm marcando o Programa Estadual de Pacificação de Favelas por meio da introdução de UPPs. Apresentado como retomada desses territórios pelo Estado para proporcionar a seus moradores segurança e cidadania (o fim do fuzil e as pequenas revoluções de que nos fala o secretário José Mariano Beltrame no site das UPPs), esse programa continua, no entanto, a operar com as favelas como espaços de exceção. (...) Atualmente, nas mais de vinte favelas onde as UPPs foram instaladas, a exceção continua a ser, se não explicitamente justificada, ao menos considerada e tolerada, na admissão da violência e brutalidade policial contra os moradores, da discricionariedade policial na administração da sociabilidade e vida cotidianas, da intromissão na (e eventualmente usurpação da) representação política local (2013:2).

³⁸ Vale lembrar, como aponta Machado da Silva, que “a compreensão coletiva dos conflitos sociais ficou cada vez mais reduzida à esfera cotidiana imediata, e os alvos das atividades de manutenção da ordem pública tornaram-se cada vez mais territorializados: não se trata mais de coibir atividades proibidas, mas de controlar áreas tidas como perigosas – o que, inevitavelmente, afeta em especial os territórios de moradia dos segmentos subalternos. Acrescente-se que o termo controle, neste caso, tem vários sentidos, que só se resolvem contextualmente e a partir de confrontos sempre mais violentos: controle pela polícia “regular”, pelo “crime” ou pela “milícia”. Tudo isso cria uma situação paradoxal. O crescimento econômico, apesar das oscilações, vem beneficiando as camadas populares, sobretudo nas últimas décadas. Mas, ao mesmo tempo, elas são castigadas por um intenso processo de segregação socioterritorial que provoca um silenciamento político nefasto para a democracia brasileira. (2013:4).

Este “acoplamento de intervenções” e saberes citado por Barbosa foi elaborado e testado, especialmente, a partir da ocupação do Morro Santa Marta. Por ter sido o primeiro a receber uma UPP, o morro de Botafogo passou a ser considerado como a “favela modelo” da cidade. E, assim, tornou-se, por um lado, um “laboratório”, no qual este novo formato de ocupação policial e diversas outras iniciativas foram testadas para depois serem implantadas em outras localidades. Por outro lado, tornou-se uma “vitrine” na qual o Governo do Estado passou a exibir as UPPs como a principal “arma” para combater a violência na cidade que sediará a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Cunha e Mello descrevem alguns dos projetos sociais que acompanham a política de segurança pública na favela:

Além das obras de urbanização que já estavam em curso antes da chegada da UPP, financiadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, observamos um intenso processo de reestruturação da favela, particularmente no que concerne aos serviços e infraestrutura básica. No início de 2009, foi instalada uma rede de internet sem fio gratuita. E, atualmente, já estão regularizados o fornecimento de água, luz e TV por assinatura, afetando sensivelmente a informalidade dos gatos e das “gatonets”, práticas até então comuns de acesso respectivamente à energia elétrica e à TV a cabo e geralmente controladas por milícias ou pelo tráfico de drogas. (Cunha e Mello, 2011:385)

Durante meu trabalho de campo pude notar que a regularização desses diversos serviços, além da formalização do comércio existente acabou elevando consideravelmente o custo de vida de grande parcela da população favelada. E, conseqüentemente, isso gerou um medo nos moradores de que comece a haver na favela um processo de “remoção branca”. O temor é que, por um lado, esse processo possa levar comerciantes locais a perderem espaço para empresários “de fora” – que buscam, cada vez mais, investir no morro. Por outro, especula-se que parte da população talvez não seja capaz de se manter vivendo em favelas “pacificadas” (já que a especulação imobiliária vem crescendo e o custo de vida aumentou muito devido à regularização de serviços no contexto pós-UPP)³⁹. Como resume Barbosa, a “pacificação” parece ter como contrapartida alguns efeitos perversos:

entre eles, impossibilita os modos tradicionais de expansão imobiliária (como a construção de puxadinhos e a expansão verticalizada dos imóveis) e aumenta o custo de vida com a cobrança de novas taxas por uma série de serviços antes postos na informalidade ou ilegalidade. E essa valorização dos imóveis, garantida pela constituição dos territórios seguros, nas margens e dentro das comunidades, permite projetar o aumento daquilo que alguns analistas denominam “expulsão branca” nas favelas com UPPs: o gradativo deslocamento dos moradores mais pobres para dar lugar a outros com maior poder aquisitivo. (Barbosa, 2012: 256)

Diversos rumores que vêm circulando pelo Morro Santa Marta nos últimos anos tematizam o aumento do custo de vida, o crescimento da presença turistas e pessoas de fora na favela e o início de um processo de gentrificação na favela. Alguns relatos apontam que turistas estariam freqüentando o morro com a intenção de procurar casas para comprar no morro. Outros especulam que a parte alta da favela será removida para que ali seja construído, por um famoso empresário carioca, um mirante, um hotel e/ou um restaurante para receber turistas. Outras narrativas apontam ainda que os comerciantes do morro, em breve, não conseguirão mais resistir à especulação imobiliária e acabarão vendendo seus estabelecimentos comerciais para grandes empresas que vem buscando imóveis para se instalar no morro.

³⁹ “Eu acho que o custo de vida vai ficar tão caro que o morador não vai conseguir morar aqui e esse morro vai ser ocupado por pessoas de fora. Acredito muito nisso, acho que o projeto da UPP é para isso: controle e remoção”. (Trecho de entrevista com um morador do Morro Santa Marta)

Pesquisadores têm apontado que processos de “gentrificação” – ou “remoção branca” – parecem estar em curso não só no Santa Marta, mas em diversas outras favelas “pacificadas” onde parte da população mais carente não vai conseguir permanecer por muito tempo. Uma espécie de efeito não esperado da implantação das UPPs e das consequentes ações de urbanização nas favelas por elas ocupadas pode ser, portanto, a criação de uma nova dinâmica de segregação sócio-espacial (Mazur e Pontes, 2011:6).

O afastamento das populações pobres das áreas mais nobres da cidade, no entanto, permanece como uma espécie de fantasma que paira permanentemente sobre suas cabeças. (...) O que tem sido chamado de pacificação tem possibilitado, nos quadros das cidades concebidas como commodities, a implementação de projetos de regularização fundiária e urbanística que trazem com eles a virtual transformação das favelas por processos de gentrificação, sobretudo naquelas localizadas nas regiões mais nobres da cidade (Cunha e Mello, 2011:396)

Para Fleury (2013) não parece exagerado afirmar que existe em curso um projeto de metrópole vendável, que busca posicionar a cidade do Rio de Janeiro vantajosamente enquanto mercadoria consumível no contexto global. A autora destaca que “essa marca tem muitos produtos, e a favela carioca talvez seja um dos mais cobiçados”. Todavia, Fleury lembra que “claro, estamos falando apenas daquelas favelas incrustadas nos bairros mais ricos da Cidade Maravilhosa e que estão dentro do circuito dos megaeventos, por onde circularão os turistas”.

Levantar esse ponto é importante para lembrar que os impactos da UPP podem variar muito de favela para favela. Isso porque, o que estou chamando de “estabilização” do processo de “pacificação” ocorreu de diferentes modos nos diversos territórios onde UPPs foram inauguradas. Em alguns lugares, demorou menos para presença dos policiais na favela ser incorporada na vida cotidiana dos moradores, em outros demorou mais e em alguns territórios – que foram receber uma UPP há menos tempo – essa incorporação ainda não aconteceu. Essa variação acontece devido à uma combinação de diversos fatores como o tempo de ocupação policial; o local onde a UPP está instalada; a atuação do comandante que está à frente da unidade e o tipo de relação que os policiais conseguem estabelecer com a população; a atuação anterior e presente das diversas secretarias do Estado na favela; o histórico e a organização política dos moradores no momento; a importância da favela para o tráfico de drogas e a forma como os criminosos atuavam anteriormente (Burgos; Pereira; Cavalcanti; Brum; Amoroso, 2012) e permanecem atuando mesmo após a chegada da UPP.

Os policiais que entrevistei durante minha pesquisa, até por já terem circulado por diversas favelas – já que podem ser transferidos de uma favela para outro ou mesmo enviados temporariamente para dar apoio em uma UPP diferente daquela na qual estão alocados – apontaram as diferenças que notam entre diferentes regiões “pacificadas”⁴⁰, principalmente na relação entre a população e a polícia.

O Santa Marta realmente é a unidade padrão da polícia, polícia Pacificadora padrão. A comunidade lá é excelente. Você anda lá, você sente o clima bom na comunidade. É diferente de você andar em outras áreas. Você anda fardado as pessoas te olham diferente, cumprimentam diferente. Mas é

⁴⁰ Vale ressaltar que, além de haver uma diferenciação de “aceitação” da UPP em diferentes favelas, há também uma variação entre diferentes áreas de uma mesma favela: “Eu considero que o Karatê é mais complicado, até por conta da condição econômica da população, que é notória, (...) boa parte da população é muito carente. Então por conta até desse histórico de carência, eu acredito que a aproximação deles com a questão do tráfico rentável com certeza foi muito mais efetiva, porque era um meio de se lucrar imediato e dentro da realidade da população – baixo estudo, nenhuma condição de entrar no mercado de trabalho –, então talvez fosse um caminho mais simples e mais fácil deles acessarem algum tipo de envolvimento e rendimento. Então por isso eu considero a área realmente mais complicada, porque a população em si tinha uma aproximação muito grande com o tráfico de drogas.” (Trecho de entrevista com Capitão Filipe Matos de Carvalho, realizada no dia 7 de agosto de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Parque Proletário)

tudo do local. Por exemplo, foi implantada agora a Barreira do Vasco. Lá tem um público que apoia a polícia. Cerro-Corá, lá em Botafogo, todo mundo abraçando. Você vai ali na rua, você cumprimenta, todo mundo te cumprimentando. Já em outras favelas é complicado. (Trecho de entrevista com um policial que trabalhou da Cidade de Deus)

Aqui (no Santa Marta) tem muitos que falam com a gente, também tem muitos que têm medo de falar. Agora, em outras UPPs é muito pior. Assim, no Complexo do Alemão, que eu já fui apoiar algumas vezes, ninguém fala com você. Nem mexe a boca, passam assim, nem olham para você. É muito pior. Lá a situação é meio de guerra mesmo. Lá você vê que não está pacificado. É o que eu discordo dessa política de UPP. Eu acho que é só para, como falam no popular, “para inglês ver”. Porque não funciona realmente. Aqui na zona sul deu certo, dá certo, mas também não é o que dizem. Muita coisa é abafada. (Trecho de entrevista com policial da UPP do Santa Marta)

No Alemão os moradores aceitam menos a UPP. A gente até brinca que aqui as meninas até dão mole de vez em quando, lá elas nem olham para a sua casa. Já teve caso da pessoa, olhar para cara do policial e cuspir no chão. (Trecho de entrevista com policial da UPP do Parque Proletário)

Comandantes de UPPs também comparam que os desafios encontrados por eles no trabalho cotidiano varia dependendo da localização e da visibilidade que tem a favela na qual estão trabalhando. Dependendo da UPP que estão comandando conseguem mais ou menos recursos para promover eventos e oferecer cursos para população. E, além disso, a variação na visibilidade da favela também pode trazer mais ou menos cobranças em relação ao funcionamento da UPP que comandam.

Olha, ter visibilidade é bom por um lado e, às vezes, ruim pelo outro. Eu acho que a favela sem visibilidade os moradores são mais exigentes, eles olham na televisão, vê que não... “Ah, mas a Cidade de Deus tem isso, no Complexo do Alemão tem isso, por que não tem aqui?” Então isso era uma coisa que eu batia muito de frente lá no CPP, com essa divisão dos projetos aí. Porque muitas vezes o empreendedor quer fazer um projeto em uma comunidade, ele quer visibilidade também. Então, ele vai na Cidade de Deus, ele vai no Complexo e outras comunidades sentem muita falta disso. Então acho muito ruim por esse... Acho que a comunidade com menos visibilidade sofre por causa disso. Eu acho que só tem... Quando você trabalha em uma comunidade com menos visibilidade é um pouco... Em compensação, a interferência política é maior, você tem alguns candidatos aqui que se elegeram com a bandeira aqui na Cidade de Deus, que têm mais interferência política, querem advogar por alguns moradores, então nessa parte é um pouco ruim. Mas, de qualquer, maneira a visibilidade também é uma coisa boa. Porque você atrai mais recursos para aquela comunidade. Principalmente aqui na Cidade de Deus. (Trecho de entrevista com Capitão Rocha, realizada no dia 31 de julho de 2013, enquanto ele ainda era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

Aqui, como foi a primeira, muitas empresas apoiaram as UPPs. Então era comum vários eventos aqui. Até hoje muitas empresas querem vincular a sua marca à UPP do Santa Marta, pela visibilidade que tem, enfim. E outras comunidades, que são comunidades que não têm tanta mídia, tanta aceitação, as empresas não aderem, então por isso que existe essa diferença de algumas comunidades de polícia pacificadora (...) O diferencial é pelo fato de ser a primeira, aqui acaba sendo sempre a referência, o exemplo e, por conta disso, a responsabilidade é sempre maior. Porque se espera que aqui seja tudo 100%, tudo funcionando dentro de uma forma perfeita. A gente sabe que não é assim. Mas por conta disso, (...) teve um ano no passado aqui, uma usuária de crack, subindo de madrugada a comunidade, jogou uma pedra em uma vidraça de uma ONG, que fica fechada. Todo mundo sabe que a ONG fica fechada, só funciona durante o expediente. (...) Lá as portas são de madeira mais frágil do que essa e a janela de vidro, sem grade, uma vidraça de vidro. (...) Aí o responsável pela ONG fez contato com um conhecido dele do jornal, veio o RJTV aqui para fazer uma cobertura de uma pessoa que jogou uma pedra e quebrou a vidraça (...) Aí eu dei entrevista para o RJTV para falar da vidraça. Então, (...) vira uma coisa muito maior. Aí já deram a entender que os projetos podem ser prejudicados, que se aconteceu isso com este projeto

poderia acontecer com outros. (...) É igual quando você fala que é furtado e “ah, não posso nem deixar mais janela aberta com celular no parapeito.” Vão pegar. Em qualquer lugar que você morar, você não pode deixar a janela aberta com o celular lá (...) E as coisas que acontecem aqui são as que “oh, não é possível, entraram na casa da dona não sei o que de 85 anos, que mora sozinha e tem um celular e um notebook dentro de casa.” (...) Não é porque é a UPP que não está funcionando, é porque vai pegar. (Trecho de entrevista com Capitão Rocha, realizada no dia 31 de julho de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

A questão da visibilidade, além de preocupar os comandantes também é tematizada por outros policiais. Durante as entrevistas que fiz com policiais no Santa Marta, na Cidade de Deus e no Parque Proletários ouvi alguns agentes reclamando que os comandantes e a cúpula da polícia tentam “vender” uma imagem exageradamente positiva da UPP que, muitas vezes, difere bastante da prática do policiamento que eles vivenciam no cotidiano.

Ah, tem muita ocorrência, muito problema que tem é abafado (...) Essa política de abafar tudo, tudo é abafado, muita coisa acontece e a gente fica sabendo e nada sai na mídia. Quando sai, sai pouquinho. (Trecho de entrevista com um policial do Santa Marta)

3. Rumores sobre a volta do fortalecimento do tráfico e a “desestabilização” da UPP

Durante o período no qual fiz trabalho de campo notei estava aumentando progressivamente a circulação de rumores sobre a volta do fortalecimento do tráfico nas favelas “pacificadas”. Relatos apontam que, inicialmente - quando a polícia chegou na favela e, posteriormente, a UPP se estabilizou – houve um evidente enfraquecimento dos traficantes na favela. O impacto da UPP, como resume Barbosa, para além da redefinição das práticas de uso e comércio de drogas nessas localidades, inclui:

a mudança dos modelos tradicionais de administração de conflitos em tais localidades (uma série de conflitos locais que eram geridos pelo tráfico agora são endereçados aos policiais, para que eles apresentem uma forma de resolução adequada às expectativas locais); a reestruturação das redes políticas locais (devemos nos questionar o que acontece com os modos tradicionais pelos quais os organismos de representação local – associações de moradores, lideranças comunitárias e religiosas – se relacionam com o Estado, uma vez desaparecendo o “tráfico” como um ator político relevante); e a recomposição dos mercados no que diz respeito seja às atividades “formais”, seja às atividades consideradas “informais” ou “ilegais” (venda de serviços de transporte; sinal de TV a cabo; gás de cozinha, etc.). Além disso – e este é um ponto por vezes esquecido – devemos igualmente considerar os efeitos produzidos pela instalação das Unidades Pacificadoras em outras localidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro onde não existem UPPs. Há indícios, que me- recem uma linha de investigação própria, de sensíveis mudanças na composição das alianças faccionais do tráfico de drogas, nas relações entre moradores e policiais e nos mercados da droga em tais localidades. (2012, 260)

Relatos tanto de moradores como de policiais que atuam em diferentes favelas apontam que, com o passar dos anos de ocupação, os traficantes foram adaptando-se ao novo contexto⁴¹ e

⁴¹ Luiz Eduardo Soares sugere que “o modelo de organização e operação do tráfico de drogas no Rio sempre foi irracional e tenderia a tornar-se insustentável. É muito caro manter controle armado e ostensivo sobre territórios e populações, dividindo lucros com policiais. Exercer esse controle exige a organização de equipes numerosas, disciplinadas, hierarquizadas, dispostas a assumir riscos extremos. Os benefícios podem ser obtidos com muito menos gastos e riscos, quando se opera com estruturas leves, adotando-se vendas por *delivery* ou por agentes nômades, circulando em áreas selecionadas –como ocorre nas grandes cidades dos países centrais. As UPPs – ótimo programa, sem dúvida necessário –, ao sepultarem o antigo regime, induzem, paradoxalmente, a modernização da economia do tráfico. Não o digo para criticar o programa, vale sublinhar, mas para analisar suas condições de possibilidade, seus efeitos e suas perspectivas futuras. Até porque essa modernização, considerando-se a

começaram a fortalecer-se novamente. Sugiro que é possível usar os rumores sobre traficantes como uma índice que indica como vem oscilando a percepção dos moradores sobre o poder dos traficantes no contexto das favelas “pacificadas”. Rumores apontam que, de início, os traficantes teriam ficados assustados com a presença da polícia e passaram algum tempo sem nem mesmo vender drogas⁴². Todavia, se no primeiro ano após a “pacificação” os relatos dos moradores enfatizavam o enfraquecimento do poder dos traficantes, a partir de mais tempo de ocupação policial, começaram a surgir rumores de que a venda de drogas estaria se intensificando novamente.

Posteriormente, começaram a circular também boatos de que traficantes estariam voltando a andar armados pelas favelas com UPP. No caso do Santa Marta, ninguém nunca afirmou ter visto, de fato, um traficante armado no morro, mas todos os moradores com quem conversei a respeito disseram já ter ouvido essa história. E alguns responderam acionando outro rumor, de que traficantes do Santa Marta não estariam andando armados nem enfrentando a polícia (como já estava acontecendo em outras favelas como Cidade de Deus e Parque Proletário), porque o “dono do morro”, preso na penitenciária de Bangu, quer evitar problemas com a polícia na favela para não correr o risco de ser transferido para um presídio de segurança máxima em outro estado do país. Um rumor parecido também circulou pela Cidade de Deus, onde pessoas diziam que em uma área dominada por um traficante tinha menos morte do que outras porque o tal “dono” que comandava a venda de drogas na região proibia os bandidos de matarem dentro desse território da favela. Já em outra área da favela, o traficante que controla a venda de drogas estaria permitindo, por exemplo, que bandidos atirassem em policiais que estavam “causando problemas” para o tráfico⁴³.

Sugiro que para entender as mudanças nos rumores sobre o tráfico em favelas com UPP, podemos pensar na imagem de um pêndulo que contextualmente varia mais de um extremo contínuo cujos polos seriam, de um lado, o enfraquecimento progressivo do poder dos traficantes e, de outro, sua retomada do domínio da localidade. Na prática, esses extremos lógicos indicariam as tendências produzidas pela permanente combinação entre as alternativas polares. Se no momento do início da UPP, o pêndulo tendeu mais para o enfraquecimento do tráfico, atualmente, rumores apontam para um novo fortalecimento dos bandidos na favela e uma “desentabilização” da UPP.

Circulam com grande intensidade no Santa Marta e, principalmente, na Cidade de Deus, rumores de que o tráfico estaria havendo um aumento da corrupção nas favelas “pacificadas”. Policiais estariam recebendo propinas por motivos diversos, aceitando gorjetas, tanto de ex-bandidos como de comerciantes locais, com a finalidade de permitir, por exemplo, que festas se prolonguem até depois das 2 horas da manhã (horário estabelecido pelo comando para o encerramento). E estariam crescendo os “arregos” (recebimento de propina) sistemáticos de alguns “plantões”. O que faz com que a população confie menos no projeto e tenham ainda mais medo de aproximar-se dos policiais, por exemplo, para fazer denúncias nesse contexto em que não dá para saber quem é ou não “fechado com o tráfico”.

inviabilidade de extinguir o negócio das drogas, será benéfica, reduzindo as armas em circulação e a violência, além do despotismo a que são submetidas tantas comunidades” (Trecho do texto “Além do bem e do mal na cidade sitiada” publicado em 20 de novembro de 2011 no Caderno Aliás do Jornal Estado de São Paulo).

⁴²“Quando a polícia chegou na favela você não via um inseto aqui. Não via nenhum dos camaradas (traficantes). Não via acho que por um mês. Ficaram sem vender e nem ficaram aqui. Muitos saíram de imediato. Muitos você via que tinham sumido mesmo. Sei que no início nem drogas estavam vendendo. Até porque o BOPE estava instalado aqui” (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus).

⁴³“Cada dono de morro tem sua doutrina. Tem uns que não gostam de esculhachar. O amigo daqui não quer esculhachar ninguém. O ritmo dele é botar dinheiro no bolso e ficar milionário. Ele não quer que mate ninguém na favela porque ele também quer sair da cadeia e ficar em liberdade. Porque matando vagabundo na favela dele, acaba caindo nas costas dele e ficando mais difícil para ele sair depois. Dependendo da favela é diferente. Lá do outro lado, eles já mandam matar e jogam para o jacaré. Eles não querem saber não” (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus).

Algumas dinâmicas que existiam no passado. Estão, voltando e se você observar vai ver que está tendo um crescimento, ne? Já começa a se naturalizar novamente. Como alguém que deu mole e leva uma surra. Cortaram o cabelo da menina e colaram moeda. Não sei se aconteceu de verdade. (...) Outro dia um colega meu falou que os caras trocaram tiro com a polícia. Estavam na esquina, os policiais passaram e deram tiro para cima dos policiais. Então, aos poucos (...) é tudo uma questão de aos poucos. Não é de uma hora para outra. Mas de uma hora para outra eles começam a pegar confiança de pensar “olha, já fizemos isso, já demos coro em um, já demos coro em outro. O fulano de tal, nós matamos”. Então, aos poucos ... Se eu já falava pouco com os policiais, hoje procure falar menos ainda. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Relatos como este apontam que, tanto no Santa Marta como na Cidade de Deus, parece estar havendo um afrouxamento da regulação e da evitação do uso da força física dentro do território da favela que parecia existir entre os traficantes desde a chegada da UPP. Moradores comentam que se logo após a chegada da polícia os traficantes evitavam dar uma surra em alguém que “vacilou” para não chamar atenção da UPP, hoje eles parecem já não ter mais medo de usar a força na favela – até mesmo no caso do Santa Marta⁴⁴ que é considerada “favela modelo”. Na Cidade de Deus o cenário parece estar ainda mais violento. Rumores apontam que o número de assassinatos e desaparecimentos vêm aumentando e a percepção de muitos moradores é de que, aos poucos, tudo está voltando a ser como era antes da chegada da UPP na favela.

4. A UPP como objeto de crítica

Os relatos que ouvi ao longo dos meses de pesquisa⁴⁵ que realizei no Morro Santa Marta, na Cidade de Deus e na Vila Cruzeiro, apontam que tanto os policiais, assim como os moradores⁴⁶ dessas localidades, sentem que existe uma grande discrepância entre a forma como eles experimentam e vivenciam a UPP e o modo como o projeto é retratado pela mídia ou como é apresentado no debate público. Todavia, apesar de, muitas vezes, policiais e moradores discordarem do que é dito sobre o projeto e os impactos do processo de “pacificação”, eles apontam que nem sempre têm a possibilidade – ou sentem-se seguros – para apresentar, publicamente, suas vivências, percepções e críticas em relação ao projeto das UPPs.

Por um lado, grande parte das demandas dos moradores não são apresentadas como críticas abertas ao projeto, porque nem sempre existe um horizonte para serem tratadas no debate público ou mesmo em termos institucionais⁴⁷. Há uma espécie de desconsideração das críticas

⁴⁴ Em abril de 2013 moradores falaram que um homem foi torturado na favela pelo tráfico. Vários moradores relataram que ouviram gritos a noite toda: “Ele vendia dois biscoitos, mas ficava com o dinheiro de um só para ele e repassava só o dinheiro do outro. Aí os caras não perdoam. Agora ele está todo quebrado. Apanhou porque tentou enganar o tráfico” (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta).

⁴⁵ Gostaria de ressaltar que a ideia desta pesquisa foi realizar uma avaliação das UPPs a partir da análise das percepções que diferentes atores sociais tem desta política pública. Ao invés de fazer uma “sociologia crítica” das UPPs, tentei elaborar uma “sociologia da crítica” feita ao projeto. Ou seja, tomei como objeto de análise sociológica as críticas que os próprios atores - tomados aqui como “atores competentes” - fazem ao programa das UPPs. Ao privilegiar essa abordagem quis não só mapear as críticas (explícitas e “ocultas”) que policiais e moradores fazem em relação ao projeto das UPPs, mas também analisar as condições de possibilidade de apresentação dessas críticas no debate público.

⁴⁶ “A gente não sabe através da UPP, mas toda semana morre uma pessoa no Complexo do Alemão. O tráfico mata. Toda semana morre gente no Karatê. A UPP mostra? A televisão mostra? Morre toda semana. Toda semana morre um no Karatê. É porque não é visível, antigamente o cara matava e mostrava para todo mundo ver. (Trecho de entrevista com morador da Cidade de Deus).

⁴⁷ Há um pressuposto implícito em meu argumento de que o conjunto de situações que descrevo neste relatório está marcado pela posição de subalternidade territorial das favelas e pela dificuldade que os moradores enfrentam de manifestar publicamente suas demandas. Defendo a ideia de que em situações nas quais o acesso à esfera pública é impedido ou a exposição da crítica implica algum perigo, a elaboração intersubjetiva das experiências vividas ocorre na forma de rumores.

formuladas pelos moradores por parte tanto da polícia, quanto do Governo, como da mídia e mesmo por parte de outras parcelas da população que não moram em favelas. Essas reclamações, portanto, são "silenciadas" – e aparecem quase sempre na forma de rumores ou “críticas disfarçadas”⁴⁸ – porque elas são associadas à opinião de parte dos moradores da cidade e da mídia a uma suposta adesão oculta dos "favelados" ao tráfico.

Esboçar qualquer crítica explícita à UPP tem um custo alto para os moradores de favela, pois “obrigada” quem apresenta uma crítica pública a se enquadrar em dos dois extremos: contra o tráfico e a favor da UPP ou contra a UPP e a favor do tráfico. Dificilmente, algum morador de favela “pacificada” consegue apresentar uma crítica sem ser enquadrado em um desses pólos (contra ou a favor da UPP). Mesmo dentro da favela é difícil apresentar uma “crítica aberta” contra a polícia, sem ser capturado por esse dilema. Nesse tipo de enquadramento não há espaço a possibilidade de ser crítico à UPP sem ser conivente ao tráfico. Como é muitíssimo difícil apresentar publicamente uma crítica explícita à polícia sem ser “capturado” por essa polarização, o custo social enfrentado por quem “ousa” criticar abertamente a polícia após o processo de “pacificação” é bastante alto. Isso explica os rumores aparecem, então, como o principal – e mais seguro – recurso utilizado pelos moradores dessas localidades para debater esse “novo” contexto.

Por outro lado, os policiais da UPP também têm uma possibilidade bastante reduzida de apresentar críticas a esta política pública. Ainda que por motivos diferentes - os policiais recém-formados que atuam nas UPPs – assim como os moradores – não conseguem apresentar no debate público grande parte das críticas que têm em relação ao projeto. Durante as entrevistas que realizei, muitos policiais apontaram que além de não poderem se pronunciar publicamente o pensam sobre o projeto – por conta do militarismo e da hierarquia que só permite que os superiores se pronunciem, falando em nome da corporação –, também não podem dizer, nem mesmo dentro da UPP, o que pensam e criticar, por exemplo, decisões tomadas pelos comandantes. Como apontou um policial do Santa Marta durante uma entrevista: “Não há espaço para críticas. Se você falar qualquer coisa vão te perseguir. Aí começa a usar o militarismo, por ele ser superior”.

Durante as entrevistas, policiais criticaram também outros aspectos do militarismo. Diversos policiais recém formados queixaram-se por serem tratados como “crianças” dentro da UPP. Eles narram que há um exagero com cobranças que eles consideram “bobas” como o uso obrigatório da boina que se não for seguido pode gerar punições.

Eu acho que, às vezes, ficam tratando a gente como quem trata criança. Mas eu acho que é o militarismo que atrapalha. A hierarquia é muito forte. Muito forte. Porque ele [não] é [porque ele é] cabo, ou ele é sargento, que ele sabe mais do que eu. Muitas vezes não é. Eu sou obrigado a aceitar aquilo ali porque ele é meu superior (...) Eu acho que a polícia não tem que ser assim. (Trecho de entrevista de policial do Santa Marta)

Se eu vou ao banheiro, eu tenho que falar. “Mamãe, conta os passos.” Mais ou menos isso. Eu já fui anotado por isso. (...) Não fui punido, mas fui anotado. (...) Essas são coisas que não acontecem em todo lugar, muitos batalhões não têm isso. (...) Lá tem o militarismo, mas não como aqui. Porque aqui não tem guerra, não tem o que fazer. Porém, já tem UPP. Eu fui apoiar a Vila Cruzeiro, a Vila Cruzeiro é assim. Lá é assim. A bala voou, na gíria que a gente usa, e o cara está preocupado se o policial está usando cobertura. Isso aqui vai mudar o que no meu serviço? Nada. (...) Só vai incomodar, porque isso aqui coça a cabeça. (...) Fica preocupado com coisa boba em vez de [ficar] preocupado com o serviço. “Sai daí que aí é um beco perigoso, vai rodar” e tal. Não, fica preocupando com coisas bobas. (Trecho de entrevista de policial do Santa Marta)

⁴⁸ Como é difícil identificar o autor das informações transmitidas, os rumores podem ser entendidos como técnicas ou “dispositivos” que tornam possível expressar críticas sem que a identidade do autor seja revelada, o que dissipa grande parte do medo de criticar (Scott, 1990). Por isso, esse é um gênero narrativo que tem como uma de suas características estruturais é a crítica disfarçada.

Além de fazerem crítica à corporação, os policiais durante as entrevistas também apresentaram algumas críticas ao Governo. Uma dessas reclamações é que o Governo não fez nas favelas “pacificadas” os investimentos prometidos em diversos setores sociais e isso acaba fazendo a polícia “levar a culpa de tudo sozinha”. Essa ideia é compartilhada pelos moradores que também criticam o fato do Governo pensar segurança apenas como uma questão de polícia.

Tinha que ter mais investimento: educação, saúde, saneamento. Que isso traz o morador para perto da gente também, para ele sentir mais confiança. Estou te falando, só polícia não resolve não. Não resolve não! Porque o Estado agindo também passa mais confiança. Porque aqui a gente representa o Estado, se o Estado faz, o Estado representa a gente e a gente representa o Estado. É investimento mesmo. A palavra é essa! (Trecho de entrevista com policial do Parque Proletário)

Acho que o projeto das UPPs é válido, ne? Tendo incentivo do Governo. Mas não basta só ocupar, tem que dar alguma coisa para a comunidade aí. Porque aqui (no Parque Proletário) não tem quase nada. Aqui acho que até que tem alguma coisa pela mídia, por ser o complexo. Mas tem umas que não tem nada. Na Cidade de Deus tinha projeto. Mas a maioria das comunidades não tem projeto, é largada. (Trecho de entrevista com policial do Parque Proletário)

Bom, segurança é um conceito muito amplo. Iluminação pública é segurança! E temos, hoje, no Santa Marta, dezenas de lâmpadas queimadas, que a Rio Luz –desculpe o termo que eu vou usar, de novo- caga e anda. Na minha conta nunca apareceu, mas, parece que em algumas contas têm a famigerada taxa de iluminação pública. A gente paga e não tem iluminação pública, também paga taxa de esgoto junto com a conta de luz, mas aqui tem um monte de vala a céu aberto e vive faltando água. (Trecho de entrevista com morador do Santa Marta)

Diversos pesquisadores também vêm indicando que “as UPPs não se sustentam sozinhas, elas exigem outros programas paralelos de intervenção pública” (Machado da Silva, 2010:39) e vêm criticando a lentidão nos investimentos sociais em áreas “pacificadas”. Como apontam Bautès e Gonçalves, os serviços públicos nas favelas ainda estão fracos em relação à onipresença da força policial (2011:23). Fleury; Borges; Bertholini; Guergu (2013) sugerem que, “ao contrário da política de segurança, cujo comando e missão estão claramente definidos, a parte social da pacificação sofre de várias debilidades”. As principais evidentes são “a desarticulação com as políticas universais de saúde e educação e a falta de coordenação entre os vários agentes que promovem o desenvolvimento urbano e social nas favelas”⁴⁹. Além disso, os autores apontam que os dois programas que se propõem a articular e coordenar as políticas sociais nas favelas – a UPP Social, que responde ao nível municipal e os Territórios da Paz vinculados ao governo estadual – não estão conseguindo atingir seus objetivos centrais – que são promover a interlocução entre Estado, sociedade e mercado, coordenando as políticas locais e a participação dos moradores e permitindo um fluxo contínuo de informações entre gestores das políticas e

⁴⁹ Misse sugere que, se “antes de conquistar os territórios era preciso sitiá-los, vencer-lhes a resistência, abordá-los militarmente com apoio da mídia e da opinião pública. O desafio da permanência agora não é, como se supõe, o de “levar políticas públicas” para os territórios, mas – por paradoxal que pareça – desterritorializá-los, isto é, integrá-los como bairros normalizados à cidade, dissolvê-los enquanto “territórios”, inclusive “territórios de UPPs”. Na visão do pesquisador, “a persistência de uma lógica de territórios indica, mais uma vez, a estabilização e fixidez, nessas áreas, das margens do Estado. Favela ou comunidade, não importa o eufemismo, o que se faz é reificar no território relações sociais de segregação e estigma, de desigualdade e repressão. Nesse sentido, as UPPs terão alcançado sucesso quando não buscarem a permanência, quando não buscarem uma nova (ainda que bem intencionada) territorialização. É mais ou menos como o Bolsa Família: o sucesso depende de que o programa alcance seu fim, isto é, que tenha como meta alcançável seu próprio fim. O grande risco é que a territorialização permaneça e, com o tempo, sirva novamente para que se reorganizem os dois principais mercados ilegais: o que oferece drogas a varejo e o que oferece mercadorias políticas” (Misse, 2011:4).

demandas comunitárias. Segundo Fleury; Borges; Bertholini; Guergu esse insucesso vem ocorrendo pois

a falta de poder político, a frágil institucionalidade e a noção limitada de participação dessas políticas resultam em vazio democrático e pouca efetividade das ações promovidas, já que o social está a reboque das decisões tomadas na área responsável pela reforma urbana. Apesar do propósito de cobrir a dimensão social da política de pacificação de forma participativa e articulada com outras políticas públicas, UPP Social e Territórios da Paz não encontram uma descentralização de poder ao nível do governo que lhes confira autoridade e recursos suficientes para responder às demandas da população local. Ao contrário, introduziu-se um modelo decisório extremamente fechado no qual a convocação à participação é frequentemente denunciada pelas lideranças locais como mera representação, incapaz de responder de forma eficiente às demandas estruturais da favela, como saúde, saneamento, moradia, trabalho e renda (2013:2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte das críticas à UPP descritas ao longo deste relatório começaram a ganhar mais espaço no debate público com as grandes manifestações que tomaram conta das ruas das principais capitais do Brasil desde junho de 2013⁵⁰. De certo modo, as UPPs hoje já não contam mais com a legitimidade de outrora. Se é verdade que, em um primeiro momento, a UPP incorporou como política de Estado duas críticas que comumente eram feitas à política de segurança do poder público – a saber, a intermitência e ineficácia das ações policiais e suposta ausência do Estado nas favelas –, e assim desarticulou e desarmou as críticas que comumente eram dirigidas às ações governamentais. Por outro lado, com o passar do tempo, novas críticas emergiram, reordenaram-se e ganharam fora.

Até pouco tempo atrás, parecia haver um consenso relativo, ao menos em grande parte da população e da mídia carioca de que a UPP era a melhor política de segurança instituída nas últimas décadas⁵¹. No entanto, a euforia por parte da mídia e dos moradores do “asfalto” – beneficiados pela brutal diminuição de tiroteios e consequente valorização dos imóveis em localidades próximas às favelas – parece ter, senão se perdido, ao menos se enfraquecido bastante. Casos como o desaparecimento de Amarildo⁵², os baixíssimos índices de aprovação do

⁵⁰ “Junho de 2013 foi marcado por um sem número de manifestações e mobilizações sociais em todo o Brasil. Originalmente convocadas pelo Movimento Passe Livre de São Paulo, os atos contra o aumento das tarifas de transporte público ganharam corpo e adesões em massa ao mesmo tempo em que as manifestações adquiriram outras cores e outras pautas. O curso dos eventos culminou em um ponto de inflexão na história das mobilizações sociais brasileiras. A mobilização de cidadãos e cidadãs nas ruas, levada a cabo por meios eletrônicos de comunicação social, particularmente as redes sociais, influenciaram enormemente a agenda política dos governos em todas as suas instâncias: federal, estaduais e municipais. E o fizeram de maneira tão instantânea quanto as mobilizações ganharam adesão massiva”. Fonte: <http://interagentes.net/2013/07/11/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013/> (Acessado em 29/10/2013)

⁵¹ Até 2012 diversos autores apontavam como as UPPs vinham sendo tratadas como um projeto de amplo sucesso. Burgos; Pereira ; Cavalcanti ; Brum e Amoroso, por exemplo, afirmavam que “após mais de três décadas de experimentos fracassados de programas de segurança pública no Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs têm sido tratadas como uma resposta bem-sucedida para a questão da violência nesse estado, em especial na sua capital” (2012:2). Barbosa ia além dizendo que era possível “elevar o tom e dizer que, desde a reforma urbana e sanitária do prefeito Pereira Passos (com o “bota-abaixo” dos cortiços e moradias pobres no centro da cidade, no início do século XX) e a remoção das favelas durante os anos 1960 e 1970, são poucas as ações governamentais que tiveram tanto impacto na vida dos moradores da cidade” (Barbosa, 2012:257)

⁵² Amarildo de Souza era morador da Rocinha e desapareceu depois de ser levado por policiais da UPP para prestar depoimento em julho de 2013. Apesar do corpo de Amarildo não ter sido encontrado, há fortes indícios de que policiais torturaram e mataram o morador da Rocinha. Este caso gerou uma grande comoção nacional. O questionamento “Cadê o Amarildo?” virou uma das principais bandeiras das manifestações que têm tomado conta das ruas da cidade. É interessante notar que esse caso abriu espaço para um amplo questionamento do projeto das UPPs, quebrando o consenso que parecia existir em torno do sucesso do projeto. Consenso este que, por um longo

governo Cabral – que provavelmente não elegerá o seu sucessor – e a pressão exercida pela população nas ruas sobre a ação policial – obrigando o secretário de segurança, o governador e o prefeito, a virem a público justificar e, por vezes, mesmo trocar o comando de diversas UPPs⁵³ - atestam o enfraquecimento do consenso em torno do projeto. Enfraquecimento este que é reconhecido pelos próprios policiais que dizem temer a desmoralização do projeto.

O caso do Amarildo, particularmente, para mim, me dá uma certa desconfiança, eu fico um pouco receoso com esse tipo de notícia, de vinculação. É uma preocupação de se acontecer algo... Qualquer excesso por parte de policial aqui dentro, qualquer erro de procedimento de um policial aqui, ganha uma proporção por conta de isso estar na mídia. Mas do dia-a-dia com os moradores não mudou nada. Policiamento continua o mesmo. Mas o nosso receio é justamente isso: de repente um evento que acontece aqui, aí ocorre uma briga, ocorre uma prisão de um policial por uma pessoa que o desacatou e aí aquela pessoa vai, filma, bota no Youtube e aquilo vai ganhar uma proporção porque já está ocorrendo uma tendência das pessoas desacreditarem, ou achar que são arbitrários os policiais, que o negócio não funciona, então... O receio passa a ser muito mais meu, uma preocupação muito maior para que o projeto não fique desacreditado, que não desconfiem das nossas atitudes do que efetivamente a mudança de comportamento dos moradores. (Trecho de entrevista com Capitão Rocha, realizada no dia 31 de julho de 2013, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

Outros fatores como a ampliação apressada de UPPs⁵⁴ - por necessidade de adequação ao calendário dos grandes eventos como Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016 – também parecem contribuir para enfraquecer internamente e externamente a estabilidade criada em torno do projeto das UPPs. E, nesse contexto, parece estar diminuindo a esperança de que a experiência das UPPs possa promover uma efetiva “pacificação” não só do território propriamente dito das favelas, mas também da própria polícia⁵⁵, criando condições para permitir uma reforma mais ampla na corporação⁵⁶. Ou seja, acredita-se cada vez menos que a “nova

período, deixou as UPP blindadas às críticas, que agora passaram a se multiplicar colocando a “estabilidade” do projeto em cheque.

⁵³ Em 6 de setembro de 2013, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) anunciou a troca de comando de 25 das 34 UPPs. A justificativa oficial para tal mudança foi de que “a decisão das mudanças no comando das UPPs surgiu a partir de uma análise feita pelo coordenador-geral das UPPs, Coronel Frederico Caldas, que durante o primeiro mês de gestão identificou a necessidade de “oxigenação” do programa UPP”. Mas, obviamente, essa foi uma tentativa de dar uma resposta às inúmeras críticas que as UPPs estavam enfrentando, especialmente, após a comprovação de que o comandante da UPP da Rocinha estava envolvido na morte de Amarildo.

⁵⁴ Os próprios policiais criticam essa ampliação apressada das UPPs: “Agora está meio que uma fábrica. Você viu hoje, não é? Em três minutos inaugura uma UPP. Toda hora, toda hora. Em locais que... O Complexo do Alemão era o QG do tráfico, não é de uma hora para a outra que você vai botar a polícia lá e todo mundo vai aceitar. É só você parar para pensar. (...) E da forma que é feita, avisa que vai entrar, avisa quando vai ser, não prende ninguém, todo mundo está lá ainda. É complicado.” (Trecho de entrevista com policial da UPP do Parque Proletário).

⁵⁵ Em 2012, Burgos; Pereira; Cavalcanti; Brum e Amoroso relataram que os moradores que entrevistas pareciam tinham a esperança de que a UPP promovesse uma “pacificação” da própria polícia. Os autores apontavam que “a questão central que está em jogo na experiência da UPP não é tanto a do seu efeito pontual em cada favela, seja no acesso aos serviços públicos ou no florescimento dos negócios, mas, sim, a de saber em que medida essa experiência criará condições que venham permitir a universalização dessa nova polícia, pautada pelo respeito aos direitos dos moradores das favelas e periferias, de que a UPP parece ser um ensaio” (2012:91).

⁵⁶ Em 2011, Luiz Eduardo Soares afirmou que o desafio das UPPs é “transformar o programa em política pública, ou seja, dotá-lo de universalidade e sustentabilidade, o que exige o envolvimento do conjunto das instituições policiais em sua aplicação. No Rio, não há esta hipótese, tal o nível de comprometimento das polícias com o tráfico, as milícias e a criminalidade em geral. Portanto, sem a refundação das polícias não haverá futuro para as UPPs. Elas se limitarão a intervenções tópicas, insuficientes para mudar o panorama geral da segurança pública e continuarão a conviver com nichos policiais, milicianos ou não, que têm sido fonte de violência e não instrumentos da ordem cidadã e democrática. No Rio, é preciso exorcizar a retórica tão patética quanto mascaradora do bem contra o mal e inscrever a mudança das polícias no centro da agenda pública. (Trecho do texto “Além do bem e do mal na cidade

polícia” possa contaminar a “velha polícia”, já que o contrário é o que parece estar acontecendo. As denúncias de corrupção⁵⁷ e abuso policial têm crescido e, mesmo tempo, a postura dos grupos armados que controlam a venda de droga nas favelas têm sido mais destemida, mostrando que os traficantes estão cada vez mais descrentes com relação ao poder efetivo dessa nova forma de policiamento.

Todas essas questões ajudam a corroborar o fato de que a UPP, enquanto projeto geral, tem perdido não apenas legitimidade, mas sua própria “estabilidade” parece estar em jogo. E as críticas que vem sendo feitas ao projeto parecem contribuir para que essa caixa preta se reabra e seja novamente problematizada. Portanto, há novas indeterminações à vista!

BIBLIOGRAFIA

ALLPORT, Gordon W.; POSTMAN, Leo 1988 *Psicología del Rumor*. Buenos Aires, Editorial Psique.

BARBOSA, Antonio Rafael 2012 Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, p. 256-265.

BARCELLOS, Caco 2005 *Abusado: O dono do morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Editora Record.

BATISTA, Vera Malaguti 2011 O Alemão é muito mais complexo. Texto apresentado no 17 Seminário Internacional de Ciências Criminais. São Paulo, IBCCrim.

BENEVIDES, Laíze Gabriela Benevides; RORIGUES, Matheus; ABREU, Rafael Rondis 2011 *Segurança Pública e Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro*. *Direito e Práxis*, vol. 03, n. 02.

BOLTANSKI, Luc ; CLAVERIE, Élisabeth 2007 *Du monde social en tant que scène d'un procès*. In : _____ ; OFFENSTADT, Nicolas; VAN DAMME, Stéphane. *Affaires, scandales et grandes causes : De Socrate à Pinochet*. Éditions Stock, Paris.

BURGOS, Marcelo ; PEREIRA, Luiz Fernando Almeida ; CAVALCANTI, Mariana ; BRUM, Mario ; AMOROSO, Mauro 2012 O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. *Desigualdade & Diversidade (PUCRJ)*, v. 11, p. 49-97.

CANO, Ignacio ; BORGES, Dorian ; RIBEIRO, Eduardo 2012 *Os Donos do Morro: Uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro*. 1. ed. São Paulo: Forum Brasileiro de Segurança Pública.

sitiada” de Luiz Eduardo Soares publicado em 20 de novembro de 2011 no Caderno Aliás do Jornal Estado de São Paulo).

⁵⁷ “O tráfico começou a se adaptar à forma como a UPP chegou. O projeto inicial da UPP é um projeto bom, é um projeto louvável. Só que a UPP, ela chegou de uma forma e ela permaneceu da mesma forma. Ela não se adaptou, ela veio com aquele projeto e achou que aquilo ali seria algo que iria (...) Também tem aquela questão da corrupção, entendeu? Fica uma coisa que a gente observa que tem alguma convivência. Porque não é possível que o camarada está vendendo pó o dia inteiro ali naquela esquina com uma viatura aqui do outro lado a menos de 500m e... Entendeu? Então também tem a corrupção. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

CARVALHO, Monique Batista 2011 A ação do Estado nas favelas do Rio de Janeiro: a experiência da UPP Borel. Em: Congresso Brasileiro de Sociologia (2011, Curitiba, Paraná, Brasil). XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade Federal do Paraná.

_____ 2012 A experiência da pacificação em um conjunto de favelas na Tijuca: rupturas e contradições na gestão da ordem pública. Comunicações do ISER, v. 67, p. 172-183.

_____ 2013 A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. O Social em Questão, v. 29, p. 285-308, 2013.

CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular 2010 O impacto sobre a primeira infância das políticas de segurança pública e iniciativas comunitárias em comunidades urbanas de baixa renda. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro.

CEFAI, Daniel 2007 Pourquoi se mobilise-t-on ? Les théories de l'action collective. Édition La Découverte, Paris.

CHATEAURAYNAUD, Francis 1991 La faute professionnelle: Une sociologue des conflits de responsabilite. Éditions Métailié, Paris .

COLETIVO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E SOCIABILIDADE (CEVIS) 2010 Virtudes e Limites das UPPs: uma avaliação socioantropologica. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro, Edital FAPERJ N0 04/20. Programa PRIORIDADE RIO – Apoio ao estudo de temas prioritários para o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

COSTA, Marcelo H.; CASTILHO, Sérgio R. 2011 Desenvolvimento econômico solidário e segurança pública na cidade do Rio de Janeiro: estratégias para a ação. Mercado de Trabalho, Rio de Janeiro, n. 46, p. 57-61.

CUNHA, Neiva Vieira da e MELLO, Marco Antonio da Silva 2011 Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, 4 (3): p. 371- 401.

CUNHA, Neiva Vieira da e MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 371-401, jul.-set. 2011.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ed.) 2004 Anthropology in the margins of the state. New Delhi: Oxford University Press.

_____ 2008 Sujetos del dolor, agentes de dignidade. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Instituto Pensar.

DIFONZO, Nicholas and BORDIA 2007Prashant. Rumor Psychology: Social and Organizational Approaches. American Psychological Association.

ESTRADA, Fernando 2007 La Información Y El Rumor En Zonas De Conflicto. anal.polit., Bogotá, v. 20, n. 60.

FARIA, Alessandra Maia Terra de Faria; COSTA, André Saldanha Costa; CORRÊA, Roberta de Mello 2012 Áreas Integradas de Segurança Pública e suas representações: Efetivo policial,

densidade demográfica e ocorrências criminais. Cadernos de Segurança Pública. Ano 3, número 04.

FIRJAN 2012 Diagnóstico sócio-econômico de comunidades com UPP do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

FLEURY, Sonia 2012 Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta. Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 30, p. 194-222.

_____ 2013 Do welfare ao warfare state. Le Monde Diplomatique (Brasil), v. 6.

_____; BORGES, Julio; BERTHOLINI, Frederico; GUERGU, Sabrina 2013 Rio: marca registrada da participação pacificada. Le Monde Diplomatique (Brasil), v. 6, p. 6-7.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2012 ‘Os donos do morro’: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (Upps) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

FREEMAN, James 2012 Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro. Revista de Estudos Universitários, v. 38, n. 1, p. 95-126. Sorocaba, SP.

GIDDENS, Anthony ,1978 As Novas Regras do Método Sociológico. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

_____ 1991As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP.

HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Silvia 2011 UPPs Social: ações sociais para a consolidação da pacificação. Rio de Janeiro.

IBPS – Instituto Brasileiro de Pesquisa Social 2009 O impacto das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro.

JEGANATHAN, Pradeep 2004 Checkpoint: Anthropology, Identity and the State. In: DAS, Veena e POOLE, Deborah. (orgs.). Anthropology in the Margins of the State: Comparative Ethnographies. Santa Fe, James Currey/School of American Research Press.

KNAPP , Robert H. 1944Psychology of Rumor, Public Opinion Quarterly, vol 8 N°1.

KNOFF, Terry Ann 1975 Race and Riots. Transaction Books. New Brunswick, New jersey.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve 1997 A vida de laboratório: a construção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

LEITE, Marcia 2012 Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v. 6, n. 2, Ago/Set 2012, pp. 374-389.

LEITE, Márcia P 2008 Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas, In: MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.) Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____ 2012 Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, n. 2, p.

_____. 2013 Território e ocupação: afinal, de que regime se trata?, Dossiê O Controle das Cidades: A Polícia e o Crime Organizado, ano 6, n. 67, fevereiro. Le Monde Diplomatique (Brasil), v. 6, p. 13-13.

LEMIEUX, Cyril 2007 L'accusation tolérante. Remarques sur les rapports entre commérage, scandale et affaire. In : BOLTANSKI, Luc ; CLAVERIE, Élisabeth ;, OFFENSTADT, Nicolas ; VAN DAMME, Stéphane. Affaires, scandales et grandes causes : De Socrate à Pinochet. Éditions Stock, Paris.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (org) 2008 Vida sob cerco: violência e rotina em favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____. 2010 “Afinal, qual é a das UPPs ” Disponível em www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br (Acessado em Março de 2010). Rio de Janeiro.

_____. 2010 As várias faces das UPPs. Revista Ciência Hoje, vol.46, n. 276.

_____. 2013 O controle do crime violento no Rio de Janeiro. Le Monde Diplomatique (Brasil), v. 6, p. 6-7.

MATTAR, Flávia; CHEQUER, Jamil e DIAS, Mariana 2010 UPP: Tecendo discursos. Democracia Viva, no 45, p. 72-81. Rio de Janeiro, Ibase.

MAZUR, Felipe Pires do Rio; PONTES, Lorena Rangel 2011 Um estudo acerca dos aglomerados de exclusão na Cidade Maravilhosa. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL.

MINAYO, Cecilia, SOUZA, Ednilsa Ramos de e CONSTANTINO, Patrícia (coords.) 2008 Missão prevenir e proteger: Condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz.

MISSE, Michel 2011 Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro. Le Monde Diplomatique Brasil.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de e ABRAMOVAY, Pedro Vieira 2012 As UPPs e o longo caminho para a cidadania nas favelas do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, F. L. de et al. UPPs, direitos e justiça: Um estudo de caso das favelas do Vidigal e do Cantagalo. Rio de Janeiro, FGVp. 123-47.

OST, SABRINA ; FLEURY, SONIA 2013. O mercado sobe o morro: a cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 56, p. 635-671.

PINC, Tânia 2011 Polícia Pacificadora: Que policiamento é este? Site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.

POLLAK, Michael 1992 Memória e identidade social Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212.

REIS, Gisele; FREIRE, Jussara 2003 Participação e arenas públicas: os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local. Cadernos Metrópole, n. 10.

ROCHA, Adair. Cidade Cerzida 2005 A costura da cidadania no Santa Marta. Rio de Janeiro: Editora Museu da República.

ROCHA, Lia de Mattos 2009 Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

_____ 2008 Uma favela sem tráfico? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FAPERJ/Nova Fronteira.

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza, LISSOVSKY, Maurício 2012 Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões. Comunicações do ISER, número 67, ano 31.

SCOTT, James C 1990 Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts. New Haven and London: Yale University Press.

_____ 1985 Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance. New Haven and London: Yale University Pres.

_____ 2002 Formas cotidianas da resistência camponesa. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31.

SOARES, Luiz Eduardo 2011 Além do bem e do mal na cidade sitiada. In: Caderno Aliás, Jornal Estado de São Paulo.

SERRANO-BERTHET, Rodrigo (coord.) 2013 O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro: Uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs. Rio de Janeiro, FGV/Banco Mundial.

SHIBUTANI, Tamotsu 1966 Improvised News, A Sociological Study of Rumor. Indianapolis-New York, The Bobbs-Merrill Co Inc.

SOARES, Barbara Musumeci 2012 Unidades de Polícia Pacificadora: O que pensam os policiais, Ano II. Rio de Janeiro, CESeC/Ucam,

SOUZA E SILVA, Jailson 2010 As Unidades de Polícia Pacificadora e os novos desafios para as favelas cariocas. Seminário Aspectos Humanos da Favela Carioca. Rio de Janeiro, Laboratório de Etnografia Metropolitana (Le Metro)-IFCS-UFRJ.

YUTZY, Chris 2012 Increased state presence through the Unidade de Polícia Pacificadora in Santa Marta, Rio de Janeiro: The creation of the city's theme park and resulting social issues. Revista de Estudos Universitários, v. 38, n. 1, p. 127-146. Sorocaba, SP.